



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DO DESENVOLVIMENTISMO AO ALINHAMENTO  
À CONDUTA MILITAR: AS PERIPÉCIAS DA POLÍTICA  
CAMPINENSE (1963-69)

THIAGO TRINDADE MARQUES

Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes

Linha de Pesquisa: História Regional

João Pessoa - Paraíba  
Setembro de 2012

# DO DESENVOLVIMENTISMO AO ALINHAMENTO À CONDUTA MILITAR: AS PERIPÉCIAS DA POLÍTICA CAMPINENSE (1963-69)

THIAGO TRINDADE MARQUES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas e Letras da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes

Linha de Pesquisa: História Regional

João Pessoa - Paraíba  
Setembro de 2012

M357d Marques, Thiago Trindade.

*Do desenvolvimentismo ao alinhamento à  
conduta militar: as peripécias da política campinense  
(1963-69) / Thiago Trindade Marques.- João  
Pessoa, 2012.*

113f.

Orientador: Paulo Giovani Antonino Nunes

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

1. *Historiografia.* 2. *História e Cultura  
Histórica.* 3. *História Regional – Campina  
Grande(PB).* 4. *Liderança regional.* 5. *Políticas  
Públicas – Campina Grande-PB.*

# DO DESENVOLVIMENTISMO AO ALINHAMENTO À CONDUTA MILITAR: AS PERIPÉCIAS DA POLÍTICA CAMPINENSE (1963-69)

Thiago Trindade Marques avaliado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ com conceito \_\_\_\_\_

## BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr.<sup>o</sup> Paulo Giovani Antonino Nunes  
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB  
Orientador

---

*Rosilene Dias Montenegro*  
Prof. Dr.<sup>a</sup> Rosilene Dias Montenegro  
Programa de Pós-Graduação em História – UFCG  
Examinadora Externa

---

*José Jonas Duarte da Costa*  
Prof. Dr.<sup>o</sup> José Jonas Duarte  
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB  
Examinador Interno

---

Prof. Dr.<sup>o</sup> Antonio Clarindo Barbosa de Souza  
Programa de Pós-Graduação em História – UFCG  
Suplente Externo

---

Prof. Dr.<sup>o</sup> Damião de Lima  
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB  
Suplente Interno

A dois meninos que não sabem falar, para meu sobrinho de dois anos, o “berê” da vovó,  
Miguel Trindade Bandeira de Mello, e ao Pitbull mais dócil de todos os mundos, meu  
cão, William Axl Rose.

“Eu queria Campina sendo a Capital”  
Vergniaud Wanderley

## AGRADECIMENTOS

Eis uma Dissertação feita no silêncio das madrugadas sempre frias de Campina Grande, onde no final desta, fica o desejo de ter conseguido responder os questionamentos feitos na qualificação, mas acima de tudo, a vontade de externar minha gratidão a quem tanto me ajudou. Entretanto, no conceito da “Nova História Política” ao qual me proponho a trabalhar, há o eminente anseio da fuga aos personalismos, mas vou incorrer ao equívoco de personificar a viabilidade deste Trabalho as seguintes figuras:

Ao ex-adepto do *campinismo*, **Profº. Drº. Damião de Lima**, uma espécie de “tutor intelectual” o qual sintetiza os melhores aspectos do ofício de historiador, tanto no que condiz a pesquisa acadêmica, quanto na lide diária em sala de aula, o profissional que além de despertar a urgência do tema abordado nesta Dissertação, me deu uma profissão, que sinceramente, não esperava seguir...

**Profº. Drº. Paulo Giovani**, um gigante na “arte de orientar”, a mais absoluta calma e paciência que conduziu minha Pesquisa, e a imensa disponibilidade de tempo destinada ao presente texto.

Na análise do meu trabalho, segue meus agradecimentos aos professores que avalizaram minha pesquisa, dois simpatizantes do *campinismo*, são eles:

**Profº. Drº. José Jonas Duarte**, pela imensa contribuição dada, seus valorosos questionamentos enriqueceram meu trabalho de forma exponencial, em especial, o conselho de usar dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em vários momentos do texto, e informações do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, fato este, que deu mais concretude aos argumentos que utilizei no transcurso da Dissertação, o qual, reitero os meus agradecimentos.

**Profª. Drª. Rosilene Montenegro**, que destinou seu tempo para analisar este trabalho e indicou notável lista de referências bibliográficas para aprofundar minha Pesquisa, além da extraordinária simpatia que por vezes me recebeu.

Para dar prosseguimento ao quesito “muito obrigado”, segue a lembrança ao **Profº. Drº. Josemir Camilo**, que nos últimos instantes da minha Graduação na UEPB, no longínquo maio de 2006, sugeriu o título para uma “futura Dissertação”, nome este que agora estampa a capa do presente trabalho.

Ao amigo **Profº. MSc. Ályson Campina**, que além da imensa satisfação de trabalhar e aprender com ele na rede privada secundarista, gentilmente se disponibilizou a “dar um confere”, e contribuir com uma “ruma de pitacos” sobre o meu texto.

A minha noiva, **Janielly**(quase) **Trindade**, por suportar minhas ausências, e meu cansaço crônico, devido a exaustão das viagens a João Pessoa e o trabalho nas escolas privadas e cursinhos pré-vestibulares de Campina Grande.

Agora peço licença às pessoas acima, e destilo meus mais limitados agradecimentos aos motoristas do “Real Bus”, ônibus que faz a linha Campina-João Pessoa, cuja pontualidade está de acordo com o horário (de qualquer país asiático), a proprietária do Fiteiro onde eu almoçava dentro da UFPB, a qual além de servir algo pouco comestível, me atendia com uma “simpatia” bem peculiar, aos técnicos em resfriamento de salas da UFPB, os quais contribuíram de maneira decisiva para que as aulas ficassem mais quentes, a uma “argentina” que vendia fatias de bolo do tamanho do futebol do país dela, por um preço do tamanho da economia chinesa, e a todos as demais pessoas que dificultaram minha vida no Campus.



## RESUMO

Esta pesquisa aborda o município de Campina Grande – PB, ao ressaltar a peculiaridade das políticas públicas postuladas nesta cidade, que se apresenta como uma permanente liderança regional. Encontramos na ebulição política da década de 1960, a temporalidade ideal para dimensionarmos a viabilidade da força da cidade em questão, pois na época em foco, a chamada “Rainha da Borborema”, capitaneou uma série de medidas visando a industrialização municipal, prática esta, que construiu o mito da vocação da liderança campinense em todo o interior do Nordeste. Ao perceber a administração Williams Arruda como a apoteose destes projetos desenvolvimentistas em meio a toda agitação político-social resultante do Golpe de Estado impetrado contra as instituições democráticas brasileiras em 1964. E ainda, o impacto das medidas desenvolvimentistas na economia da cidade, analisando as alterações no acesso aos serviços públicos municipais, como as mudanças na área educacional, onde o objetivo principal era fomentar mão-de-obra qualificada para as fábricas que estavam por vir. Utilizamos em nossa pesquisa, recenseamentos publicados pelo IBGE, divulgação de resultados do TRE-PB, além das fontes jornalísticas, as quais aliadas a produção acadêmica existente procuramos compor o enredo e problematizar o tema em debate. A presente pesquisa se adequa a linha de pesquisa “História Regional”, onde está focada na problematização da história política de Campina Grande, e nas possibilidades de criar vínculos com o contexto sócio-político nacional.

Palavras-chave: Políticas Públicas – Desenvolvimentistas – História Regional.

## ABSTRACT

This research is related to the city of Campina Grande – PB, highlight a uniqueness of the public policies in use in the city which is considered a leading city in the region. We find in the boiling of the politics of the 60's, the ideal timing to measure the power of the city. At that time the so-called “Queen of Borborema” headed some measures to make its industrialization possible, building the myth of leading vocation the city has in inland of the northeast region. The administration of Williams Arruda is seen as the main period of the development projects during all the political and social agitation resulting from the coup d'etat against the Brazilian Democratic Institutions in 1964. Moreover, the impact of the developmental measures in the economy of the city, considering the changes in access to the public services in the city, such as the changes in the educational area, in which the main objective was to stimulate the qualified, working force for the factories to come at that time. For the research we used data published by IBGE, results released by TRE-PB, news sources from that time as well as existing academic work on the subject to bring out the debate. The research satisfies the line of research “Regional History”, focusing the discussion of the political history of Campina Grande, and in the possibilities to contextualization with the national socio-political context.

Key words: Public Policies – Development – Regional History.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO Nº01: Partidos com atuação em Campina Grande (1945/64).	p.18
QUADRO Nº02: Resultado das eleições municipais de 1947.	p.19
QUADRO Nº03: Resultado das eleições municipais de 1951.	p.19
QUADRO Nº04: Resultado das eleições municipais de 1955.	p.20
QUADRO Nº05: Resultado das eleições municipais de 1959.	p.22
QUADRO Nº06: Resultado das eleições municipais de 1963.	p.23
QUADRO Nº07: Comparação entre setores da economia de Campina Grande com algumas capitais nordestinas.	p.30
QUADRO Nº08: Comparação do número de alfabetizados e infraestrutura disponível em Campina Grande com algumas capitais nordestinas.	p.31
QUADRO Nº09 : Comparação entre setores da economia de Campina Grande com algumas cidades de porte médio nordestinas.	p.32
QUADRO Nº10: Comparação do número de alfabetizados e infraestrutura disponível em Campina Grande com algumas cidades de porte médio nordestinas.	p.33
QUADRO Nº11: Evolução demográfica de Campina Grande (1950/1960/1970).	p.36
QUADRO Nº12: Tempo de residência no município de Campina Grande (1960).	p.36
QUADRO Nº13: Receitas da Cidade de Campina Grande em Cr\$ (1967/1969).	p.38
QUADRO Nº14: Rede bancária existente em Campina Grande na década de 1960.	p.39
QUADRO Nº15: Distribuição da população economicamente ativa (1950/1960).	p.41
QUADRO Nº16: Indústrias incentivadas pela SUDENE em Campina Grande (1964-69).	p.92
QUADRO Nº17: Comparação entre as inversões em infraestrutura dos Distritos Industriais de Campina Grande e João Pessoa, no período de 1969 – 1970.	p.95
QUADRO Nº18: Número de habitantes, utensílios domésticos e automóveis existentes em Campina Grande (1970).	p.98
QUADRO Nº19: Número de domicílios e instalações sanitárias em Campina Grande (1970) .	p.98
QUADRO Nº20: Comparação entre alguns quesitos elencados em Campina Grande (1960-1970).	p.99
QUADRO Nº21: Dados da Industrialização de Campina Grande (1960-1970).	p.100

QUADRO Nº22: Votação dos candidatos da ARENA e do MDB (1968/72/76).	p.102
QUADRO Nº23: Resultado das eleições municipais de 1982.	p.103
QUADRO Nº24: Resultado das eleições para Governador da Paraíba 2002.	p.103
QUADRO Nº25: Resultado das eleições para Governador da Paraíba 2006.	p.104

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AI:	Ato Institucional
AP:	Ação Popular
ARENA:	Aliança Renovadora Nacional
BIRD:	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDE:	Banco Nacional de Desenvolvimento
BNH:	Banco Nacional de Habitação
CAGEPA:	Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba
CELB:	Companhia de Eletricidade da Borborema
CEPAL:	Comissão Para a América Latina e Caribe
CINEP:	Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba
CHESF:	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CINGRA:	Companhia de Industrialização de campina Grande
COHAB-CG:	Companhia de Habitação Popular Campina Grande
COHAP:	Companhia de Habitação Popular
DASEC:	Departamento Autônomo de Serviços Elétricos
DNOCS:	Departamento Nacional de Obras Contra Seca
ELETROBRÁS:	Centrais Elétricas Brasileiras S/A
EUA:	Estados Unidos da América
FIDENE:	Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste
FERTINGRA:	Fertilizante Campina Grande
FPM:	Fundo de Participação dos Municípios
FUMINGRA:	Fundo Municipal de Indústria
FUNDACT:	Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica
FURNE:	Fundação Universidade Regional do Nordeste
GAP:	Grupo de Administração Pública
GTDN:	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBAD:	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBAM:	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
ICM:	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias
IPASE:	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado
IPES:	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPM:	Inquérito Policial Militar
ISEB:	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
KW:	<i>kilowatt</i>
JK:	Juscelino Kubitschek
MDB:	Movimento Democrático Brasileiro
PAEG:	Programa de Ação Econômica do Governo
PB:	Paraíba
PCB:	Partido Comunista do Brasil
PDC:	Partido Democrata Cristão
PL:	Partido Libertador
PMDB:	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PR:	Partido Republicano
PRP:	Partido de Representação Popular
PSDB:	Partido da Social Democracia Brasileira
PSB:	Partido Socialista Brasileiro

PSD:	Partido Social Democrático
PSP:	Partido Social Progressista
PTB:	Partido Trabalhista Brasileiro
SAB:	Sociedade dos Amigos do Bairro
SANBRA:	Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro
SANDU:	Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência
SENESA:	Saneamento de Campina Grande S/A
SERFAHAU:	Serviço Nacional de Habitação e Urbanismo
SUMOC:	Superintendência da Moeda e do Crédito
TELINGRA:	Telecomunicações de Campina Grande
TELPA:	Telecomunicações Paraíba S/A
TRE:	Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
UDN:	União Democrática Nacional
UNE:	União Nacional dos Estudantes
URN:	Universidade Regional do Nordeste
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID:	<i>United States Agency for International Development</i>

# SUMÁRIO

<b>DEDICATÓRIA</b>	<b>I</b>
<b>EPÍGRAFE</b>	<b>II</b>
<b>AGRADECIMENTOS</b>	<b>III</b>
<b>RESUMO</b>	<b>V</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>VI</b>
<b>LISTA DE QUADROS</b>	<b>VII</b>
<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS</b>	<b>IX</b>

## **CAPÍTULO 1: ENTRE DESENCONTROS E CONCHAVOS: AS AVENTURAS PARA O DESENVOLVIMENTISMO CHEGAR AO PODER MUNICIPAL**

---

1.1 Apresentação	1
1.2 Campina Grande no quadro político nacional	17
1.3 Campina Grande: a espera da guinada desenvolvimentista	29
1.4 A invenção do <i>Campinismo</i>	39
1.4.1 Crescimento meteórico via industrialização	39

## **CAPÍTULO 2: EM MEIO AO CRESCIMENTO E A SUBMISSÃO: O AUGE DO DESENVOLVIMENTISMO CAMPINENSE DURANTE O REGIMENTO DA CASERNA**

---

2.1 As tensões dos anos 1950 e o desfecho autoritário	46
2.2 O desenvolvimentismo entra em cena	62
2.3 Projetos de infraestrutura	64
2.3.1 A CINGRA: de projeto desenvolvimentista à ação da ditadura	67
2.4 Concepções desenvolvimentistas em Campina Grande: da educação a habitação	71
2.5 Desenvolvendo a boataria: Os imbróglios políticos campinenses	77

**CAPÍTULO 3: O ARREFECIMENTO DO  
DESENVOLVIMENTISMO E A ARRANCADA DO CAMPINISMO**

---

**85**

3.1 De Proa à Popa: O início do naufrágio da economia campinense	89
3.2 Resultados da política desenvolvimentista e o recenseamento de 1970	97
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	101
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	107



# CAPÍTULO 1 – ENTRE DESENCONTROS E CONCHAVOS: AS AVENTURAS PARA O DESENVOLVIMENTISMO CHEGAR AO PODER MUNICIPAL

## 1.1 Apresentação

Campina Grande. Cidade situada no agreste na parte oriental do Planalto da Borborema acerca de 550m acima do nível do mar,<sup>1</sup> a aproximadamente 130km de distância da Capital, João Pessoa,<sup>2</sup> que desde o início da República participava da “rota do algodão”<sup>3</sup>, talvez por este passado remoto já ocupar espaço de considerável relevância na economia regional, esta cidade (segundo o discurso corrente entre os políticos dessa urbe), desde “sempre” esteve vocacionada à liderança político-econômica. O palco primordial da suposta<sup>4</sup> envergadura da economia, e consequente, poderio político da cidade, se perfaz nas conturbadas décadas de 1950 e 1960, sendo assim, é nesta temporalidade que se debruça nossa pesquisa.

O discurso característico da também conhecida “Rainha da Borborema”<sup>5</sup>, foi de elevar a “nobreza” do município, a qual teria recebido a missão de liderar todo o interior nordestino, chavões como “Capital Econômica da Paraíba”, “Capital do Trabalho”, “Capital do Interior do Nordeste”<sup>6</sup>, já eram evocados desde os anos de 1950, eis o discurso precípua dos políticos da cidade, os quais, há tempos que de maneira, vezes caricata, atribuem a cidade, em especial, o fomento a uma intempestiva rivalidade com a capital, João Pessoa. É neste embate o qual os políticos contemporâneos com atuação em Campina Grande, insistem em apontar a arrebatadora liderança deste município no perímetro estadual, onde uma cidade que não é a Capital do Estado, tem a “obrigação” de protagonizar os “grandes projetos” de crescimento econômico da Paraíba, talvez, até

---

<sup>1</sup> RODRIGUEZ, 2002.

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> Para conhecer algo a respeito da época de ascensão da economia algodoeira em Campina Grande, vide: COSTA, 1996.

<sup>4</sup> Utilizamos a palavra, “suposta”, porque vamos averiguar a concretude do crescimento econômico de Campina Grande no decorrer da Dissertação.

<sup>5</sup> Campina Grande no transcurso do século XX ganhou muitos codinomes, onde não há uma data precisa ou uma fonte segura para identificar o surgimento do termo “Rainha da Borborema”, provavelmente fora construído mediante o discurso corrente da força econômica que este município possuiu em meados do século passado, ao ter atingido a liderança dentre as cidades que compõem o Planalto da Borborema.

<sup>6</sup> Estas expressões destinadas a Campina Grande, encontramos em vários artigos ao longo das páginas publicadas nos jornais pesquisados.

mesmo do Nordeste. Discurso este que atualmente não encontramos lastro econômico, não nos é perceptível qualquer dado estatístico que aponte esta proeminência do poder absoluto campinense na região, contudo, os atores políticos atuais insistem na referida preleção.

Foi quando surgiu a necessidade em se pesquisar o tema aqui proposto, o desejo premente em se buscar esse passado glorioso campinense tão evocado pelos políticos locais, afinal, acreditamos na possibilidade em se compreender a construção de uma cultura política específica a Campina Grande, defendemos que o caminho para se encontrar o nascedouro deste discurso (em parte) até hoje vigente, é trilhar pela idéia de desenvolvimentismo, plataforma de governo que teve seu apogeu no recorte temporal delineado neste trabalho.

De tal modo, é finalidade da presente Pesquisa, no que diz respeito ao Município de Campina Grande, caracterizar as medidas desenvolvimentistas, em especial, o incentivo a industrialização, analisar o seu quadro sócio-político antes da implementação dos projetos desenvolvimentistas, investigar se efetivamente a referida comuna detinha a hegemonia econômica no interior nordestino na virada da década de 1950 para os anos de 1960, mostrar como a sua economia foi atingida pelos primeiros momentos de centralização político-administrativa feita pelos militares, dimensionar as mudanças no projeto educacional com a encampação dos projetos desenvolvimentistas, contextualizar sua movimentação política, tanto o contato dos políticos campinenses com o Governo Federal, quanto as disputas destes entre si. Num outro plano, surge o desejo contextualizar o quadro político brasileiro do período em estudo, mas frisando que esta contextualização procura tão somente inserir os rumos da política nacional na temporalidade em foco, não sendo nosso objetivo aprofundar este debate.

Para atingir os objetivos em pauta, realizamos uma pesquisa onde encontramos fontes importantes no periódico *Diário da Borborema*, já que o jornal em questão, continha informações detalhadas a respeito de dados diversos sobre as administrações que ocuparam a chefia da Prefeitura Municipal de Campina Grande, são mostrados nos artigos, emendas parlamentares, votações na Câmara Municipal, dados relativos ao endividamento do município, e até mesmo, um balanço trimestral das contas da cidade, o qual a PMCG sazonalmente publicava, além de informações diversas a respeito do cotidiano político da cidade, vindo a contribuir de forma primordial para a viabilidade do nosso estudo.

Também foi extremamente enriquecedor a produção acadêmica já existente, tanto em relação específica a Campina Grande, como as pesquisas relativas a política estadual, fontes estas que serão oportunamente citadas no decorrer deste trabalho.

Nosso trabalho se coloca no campo do que se convencionou chamar “Nova História Política. Entendermos ser coerente aplicarmos conceitos relativos à renovação da História Política, pois se faz necessário abordar temáticas que se aproximem de questões culturais, juntamente com a virada da “Nova História Política” (RÉMOND, 2003.), a qual após um período de reflexão, percebeu a legítima condenação da História Política tradicional, esta com suas falhas inquestionáveis, as devidas acusações de elitismo, narrativa sem análise alguma, quase sempre tão somente descritiva ou biográfica, só estudando casos particulares, ao ignorar a sociedade global, parcial e excessivamente tendenciosa. Em suma, uma história factual, com seus temas tradicionais, grandes batalhas, reinos, legislações e etc. Logo, a história política representava esta valoração da história centrada no Estado, nos grandes monarcas, na factualidade da causa, e na busca obsessiva por uma consequência, deste modo, muito presa a linearidade, estando preocupada com o efêmero, ao desprezar a chamada longa duração, seria eminentemente narrativa, e elitista por ignorar as massas.

A crítica sistemática e organizada a essa produção tradicional da História Política emergiu com a primeira geração dos *Annales*, onde na França em especial, começou o estudo primordial da economia e sociedade, e diga-se que com justiça ignorou a historiografia que então se apresentava como política, se de um lado vinha a crítica dos *Annales*, de outro ângulo, aparecia algumas interpretações marxistas, ao sobrepor os fatores econômicos, ignorou a política, onde na mais otimistas das hipóteses, “ a política seria um problema econômico mal colocado” (JULIARD, 1976, p.182), entretanto, após essa espécie de autocrítica, a História Política retoma sua produção historiográfica antecedida pela palavra “Nova”, que já desperta o desejo proeminente deste irrevogável rejuvenescimento pois o

Motivo do retorno ao político é justo já que essa situação [de exclusão da História Política] não pode perdurar. Em primeiro lugar, porque não se ganharia nada em continuar a confundir as insuficiências de método com os objetos a que se aplica.(...) Por isso, a História Política não é forçosamente história factual , nem a condenada a sê-o. (JULIARD, 1976, p.180)

Em nossa perspectiva, a política na ótica historiográfica, deve ser compreendida como a junção de várias “políticas” sejam estas, econômica, cultural, demográfica, sendo resultado de todas as políticas setoriais, já que através do avanço dos meios de comunicação, se tornou político uma infinidade de acontecimentos, concluimos que o caminho indubitável para a renovação proposta nesta Pesquisa, é a aproximar a História Política de outros campos do saber, principalmente com a adoção de métodos quantitativos que serão elencados no Capítulo 3, como a observação de índices de crescimento demográfico, desenvolvimento econômico, disparidades regionais, resultado de eleições (número de votos para determinado Partido ou candidato), número de alfabetizados, número de domicílios com acesso a saneamento e etc.

Ao trilhar pelo retorno do político, nos deparamos com a questão da interdisciplinaridade, a qual, foi de suma importância para o debate teórico proposto. As contribuições da matemática por meio da estatística, onde se torna possível dimensionar a aceitabilidade de um governo, as pesquisas eleitorais<sup>7</sup>, a psicologia, quando se pode perceber toda a profusão de sentimentos que deságuam no voto, seja o amor ao candidato, apego a identidade do partido, enfim, toda gama de fatores que confluem pela opção do eleitor, afinal, “é impossível para a história política praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como ar de que precisa para respirar” (RÉMOND, 2003, p. 29).

Fato este que no caso da política nordestina, em especial na Campina Grande dos anos 1650 e 1960, é extremamente marcante, pois não é só a identificação de classe que conduz o sufrágio, inúmeros outros fatores contribuem para a escolha do candidato, é neste ponto que a ciência política enriquece o debate. Além de fatores que englobam aspectos da cultura local, uma gama de fatores servem de guias para compreender o embate político dentro do recorte delineado pelo autor.

Também achamos necessário aproximar da abordagem política aspectos culturais, quando vem à tona, as possibilidades de ser trabalhar o campo conceitual da “cultura política”, pois pelo fato deste conceito ser mais abrangente ao conseguir abarcar fenômenos mais complexos, afinal, cultura política não é “uma chave universal que abre toda as portas, mas um fenômeno de múltiplos parâmetros que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos” (BERSTEIN, 1998, p. 350). Destarte, a noção de cultura política é mais

---

<sup>7</sup> A respeito da relevância e problemas que englobam as pesquisas eleitorais ver: RÉMOND, 2003.

complexa, por isso uma das possibilidades é enxergá-la como “uma espécie de códigos e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um Partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política” (BERSTEIN, 1998, p. 355), assim a cultura política não é estática, está sempre se atualizando com as questões de momento, e não sobrevive caso esteja longe da realidade socioeconômica (o que é válido no caso do desenvolvimentismo em Campina Grande), e consegue ainda se adaptar as mudanças políticas com o passar do tempo, em suma, na nossa interpretação, os espaços políticos e econômicos devem caminhar juntos para uma análise segura do nosso objeto de estudo.

Entender a política como uma manifestação cultural também implica em despertar para o fato que as relações ou discursos do passado são construídos por vários indivíduos<sup>8</sup> e não necessariamente por profissionais de história<sup>9</sup>, ciente disso, elencamos como centro formador de uma cultura política que acreditamos ser corrente no município de Campina Grande, no Estado da Paraíba.

Identificamos uma cultura política específica na cidade supracitada, cultura esta, que esteve vinculada de maneira íntima inicialmente ao Partido Trabalhista Brasileiro, destacando a militância deste partido,<sup>10</sup> sem desprezar o fato dos nomes entrincheirados naquela legenda, por vezes ultrapassam o carisma de seu fundador nacional, aliás, pouco se fala no estadista Getúlio Vargas, o petebismo campinense ao ignorar (até certo ponto) as disputas nacionais se engalinhava nas disputas locais, tomando corriqueiramente por mote, questões que atingiam no máximo, a esfera estadual. Neste prisma, o personagem político transcende a sigla partidária, uma prova contundente desta hipótese são os resultados que serão apresentados ao longo desta Pesquisa, onde nas fontes consultadas, principalmente nos jornais, encontramos raríssimas referências ao cenário político do PTB em sua projeção federal ou estadual, no mais, em Campina Grande, entrou em suas discussões políticas, as questões de foro personalista, o apego ou repúdio a determinado político pelo seu comportamento pessoal, mas muito raramente se falava em Partido, e mais, os eleitores a nosso ver, pouco se importavam em que legenda determinado candidato estava filiado, afinal, em via de regra, na cultura política brasileira, se vota em pessoas e não em partidos, mesmo porque, sob o olhar do

---

<sup>8</sup> Uma excelente reflexão a respeito da temática em foco é estudada por: MOTTA, 2009.

<sup>9</sup> Para um entendimento elucidativo da inserção no saber histórico por pessoas que não são profissionais de história ver: FLORES, 2007, p. 83-102.

<sup>10</sup> Para conhecer uma discussão profícua a respeito do arcabouço metodológico e teórico para estudar partidos políticos, ver: BERSTEIN, 2003.

referencial teórico aqui aceito, as Culturas Políticas são práticas que ultrapassam as siglas partidárias, pois há pessoas que se identificam com determinada Cultura Política, mas não com os partidos nela inspirados<sup>11</sup>, mais delicado ainda, uma mesma Cultura Política pode fomentar o discurso de uma infinidade de partidos, mais uma vez não podemos nos furtar de lembrar que este é o caso da aceitabilidade do desenvolvimentismo em Campina Grande, não foi apenas o PTB que trouxe o citado ideário industrializante para este município, foi a burguesia mercantil daquela urbe, alinhada a grupos que frequentavam as Instituições de Ensino Superior da cidade, justamente porque a força do conceito em pauta reside na percepção de que parte das pessoas aderem a Cultura Política local, menos pela concordância com as ideais e mais por identificar-se com os valores e as tradições representadas pelo grupo. Logo, reduzir a movimentação política da cidade em foco à liderança de uma legenda partidária não faz sentido, quando na década de 1950,

Numerosos grupos de pessoas e consequentemente de eleitores chegavam de outros municípios e também de outros estados, sem nenhuma vinculação com as tradicionais correntes e partidos políticos locais e sem ligação com grupos familiares em que se fundamentavam a sociedade campinense. (ARAÚJO, 1985, p.73)

Apesar da ideia de enxergar no PTB uma possível fonte de investigação para o desenrolar da pesquisa, acreditamos que o próprio Partido Trabalhista Brasileiro já está inserido numa Cultura Política própria (GOMES, 2002), portanto, almejamos ir além, nosso objetivo também tem o fim de entender a cultura política peculiar ao petebismo campinense, onde os políticos locais estavam acima da legenda, na Campina Grande da virada da década de 1950 para 1960, petebismo era sinônimo de desenvolvimentismo, sobretudo, na ótica do crescimento econômico através da industrialização via incentivos fiscais.

Esta cultura política peculiar à Campina Grande, vez por outra é despertada, sobretudo, em período eleitoral. O discurso tanto midiático quanto dos atores políticos, e até mesmo da população conclamam um passado glorioso da cidade, período áureo de desenvolvimento econômico, assim, acreditamos existir uma cultura política própria da cidade em questão, cultura esta, que há mais de cinquenta anos habita o cenário político campinense, assim, o apontamento de uma cultura política característica a Campina

---

<sup>11</sup> Ver: MOTTA, 2009, p. 13 e segs.

Grande, não pode ser compreendida como algo efêmero, já que esta foi formada nos anos 1950 e tem desdobramentos até o presente momento. A plena utilização do conceito em análise para explicar a política campinense dos anos 1950 e 1960, é ratificada, ao passo que até mesmo políticos que são rivais entre si na esfera municipal, em disputas estaduais apelam ao eleitorado campinense a necessidade premente de eleger políticos locais independente dos embates municipais, nas disputas em âmbito estadual. É como o eleitorado primeiro se identificasse com as questões da cidade, só assim, pensaria nas questões referentes ao Estado.

A ideia postulada no parágrafo anterior se adiciona outra, como se para o político chegar ao Governo do Estado, “necessariamente”, teria que passar pela Prefeitura de Campina Grande.

Por conseguinte, percebemos que desde a historiografia francesa que havia iniciado os questionamentos pertinentes a cultura política, o conceito vem ganhando impulso renovado, em especial, em produções acadêmicas nos programas de pós-graduação em História em diversas Universidades no Brasil, neste debate, mais específico a produção nacional, emerge a noção de se credenciar a trabalhar com o conceito de cultura política assim definido por (MOTTA, 2009, p. 21)

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.

A Cultura Política<sup>12</sup> na ótica aqui aceita, não deve ser algo efêmero, se faz interessante estar arraigada, diluída na sociedade em questão, seja esta comunidade, o povo de um país ou a população de uma cidade, é notável perceber que os estudos relativos a culturas políticas regionais ou locais, podem alavancar um bom filão para estudo, já que a Cultura Política não é imune ao tempo, pelo contrário, mesmo ao manter as características básicas que lhe garantem a identidade, “elas podem adaptar-se as mudanças experimentadas ao longo do tempo, que tomam determinados temas obsoletos e trazem à tona novos problemas” (MOTTA, 2009, p.22).

Ao acreditar na viabilidade do conceito em questão, e aceitando a sugestão de Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p.21) ainda ressaltamos a necessidade de adicionar ao

---

<sup>12</sup> Imperativo destacar que Cultura Política não é o mesmo que Política Cultural, pois a última apenas representa medidas do poder público para incentivo à cultura. Ver: MOTTA, 2009, p.25.

nosso estudo sentimentos, valores, representações e tradições, os quais, em conjunto enriquecem nossa interpretação de cultura política, já que, em nossas fontes de pesquisa, encontramos vários dados que confluem para a valia de tais comportamentos, mesmo porque, não é só de estatísticas, contagem de sufrágios, tabelas de recenseamento, índice de crescimento econômico e demais dados técnicos que se edifica uma história centrada em fatos políticos, a política também é feita por meio do comportamento afetivo humano.

No que tange a sua metodologia, a coleta de dados quantitativos podem trazer bons frutos, o resultado das eleições em Campina Grande e os dados referentes a infraestrutura da cidade podem confirmar a simpatia da população por uma determinada Cultura Política, neste caso, em nosso entendimento seria o desenvolvimentismo.

O conceito de Cultura Política ainda está em formação, por isso, acreditamos que possamos vir a contribuir para sua formulação, visto que o interesse em se observar fenômenos políticos regionais sobre o prisma da cultura já vem sendo posto em prática em alguns trabalhos<sup>13</sup> na historiografia brasileira. Justamente pelo fato da jovialidade do conceito, apontamos os riscos ao trilhar pelo caminho por ele proposto, daí segue nosso cuidado em não incidir ao risco de acabar por interpor uma linha conservadora da história, cedendo ao risco de enxergar uma história estática, onde não haveria mudanças, e tudo se resumiria a repetição, e mais, a tendência a reduzir o presente Trabalho, determinação cultural dos acontecimentos políticos desamparando outras questões como o interesse e a preferência individual.

Mas este passado deslumbrante de fato existiu? Ou seria apenas discurso político? Neste momento se faz preponderante chamar ao debate a ideia de mito (GIRARDET, 1987.) para contrapor os discursos dos jornais da década de 1950 ao final dos anos 1960, assim, tentar desmistificar o possível mito de uma provável hegemonia de Campina Grande no interior do Nordeste, e se de fato esta supremacia realmente existiu, em que momento foi inserida no discurso político da cidade.

Acreditamos que ao tratar “mito” como conceito a ser trabalhado no âmbito da História Política, nos direciona a conveniência de embasar nossas análises em Raoul Girardet, quando o referido autor conceitua o mito para ser discutido da seguinte maneira:

---

<sup>13</sup> Para conhecer um excelente trabalho que aborda o conceito de cultura política, ver: SOHIET, BICALHO, & GOUVÊA, 2005. p. 285-303.



(...) do mesmo modo que o mito religioso, o mito político aparece como fundamentalmente polimorfo: é preciso entender com isso que uma mesma série de imagens oníricas pode encontrar-se veiculada por mitos aparentemente os mais diversos; é preciso igualmente entender que um mesmo mito é suscetível de oferecer múltiplas ressonâncias e não menos numerosas significações. (GIRARDET, 1987, p.15.)

Para nós, ao se tratar das questões que envolviam o cotidiano político do município nordestino em foco, o mito da pujança de Campina Grande, serviu como plataforma política dos grupos que compunham o governo da cidade na década de 1950 e 1960, justamente quando encontramos diversas citações, especialmente em jornais, aclamando pela hegemonia que a comuna citada “sempre” exerceu em todo o interior nordestino. Desta maneira, acreditamos ser no recorte temporal desta pesquisa, o momento em que a ideia do mito o qual apontava para a força inabalável da “Rainha da Borborema” entrou em cena. Ainda sobre mito, é interessante ressaltar como os filiados ao Partido Trabalhista Brasileiro, na cidade em pauta, repetiram a exaustão a já comentada “força titânica” campinense, a partir de então, achamos elucidativo entender todo este processo discursivo, e como este provável mito arrebatou inúmeros eleitores. Todavia, eis o fato concreto, independente de ter sido mito ou realidade factível, parte expressiva da cidade acreditou nas ideias do PTB campinense e concedeu o sufrágio a antiga legenda varguista.

Acreditamos no fato de todo o palco de pensamento político ser marcado por duas categorias balizares: espaço de experiência e horizonte de expectativa (KOSSELLECK, 2006.), onde uma complementa a outra, e para nosso objeto de estudo propõe ricas possibilidades de articular nossa pesquisa, aliás, como imaginar o cenário político de Campina Grande dentro do recorte aqui delineado, ignorando a experiência Petebista naquela cidade e na esfera federal, como também, incorrer ao imenso risco de atropelar as expectativas deste grupo de políticos cujo objetivo precípua era trazer o desenvolvimento meteórico para cidade. Por conseguinte, de acordo com Koselleck (2006, p.308) as mencionadas categorias seriam a

(...) experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político.

Assim, cientes que os estudos no campo da historiografia analisam os fatos que já foram articulados, portanto, estudados, ou, redesenham acontecimentos os quais ainda não tinham sido objeto de estudo (KOSELLECK, 2006, p. 305). Compreendemos que nossa pesquisa se encaixa na segunda ideia, desta maneira, necessitamos de algumas categorias científicas para melhor articular as fontes, é nesta ocasião que surgem as categorias citadas no parágrafo anterior.

Outro aspecto que jamais será pormenorizado, são as questões de foro econômico, pois é indissociável o vínculo da política com a economia, aspectos como balancete econômico, gastos da administração municipal, comumente serão apontados e utilizados como fontes capazes de corroborar com os objetivos propostos no presente texto dissertativo, já que fatores da psicologia no processo eleitoral também (apontados no parágrafo anterior) são levados em consideração. Entretanto, fatos, dados de cunho quantitativo, capital investido, planilha de votos, investimento em serviços públicos oriundos da esfera municipal, estadual ou federal, serão caracteres demonstrados de maneira reiterada neste Trabalho, ao dimensionarmos que o voto (além da comoção ou empatia pelo candidato), está majoritariamente vinculado ao incremento econômico da localidade, ainda mais, se tratando de um Município com cultura desenvolvimentista como Campina Grande, em especial, nas décadas no período em estudo.

Faz-se imprescindível perceber que a História Econômica desde sua eclosão, nas primeiras publicações dos *Annales* (final da década de 1920) até os primeiros instantes da Guerra Fria, a historiografia enveredou de maneira agressiva pelos fatos econômicos, tendo sua força amplificada com a produção histórica de cunho marxista, até mesmo chegando ao ponto de reduzir o debate histórico a caracteres apenas de cunho monetário, o chamado “economicismo”, seria este gênero supostamente capaz de tudo explicar e determinar, principalmente, através de complexos sistemas matemáticos que por vezes veio a ignorar as dinâmicas sócio-políticas, e outros tantos fatores extra econômicos os quais igualmente podem e devem ser utilizados como aspectos importantes, afinal o econômico não explica tudo, pois

(...) seria difícil negar que a excessiva ênfase dada ao econômico acabou por criar um monstro invertebrado, pouco atraente e, sobretudo, distante da complexidade inerente a história dos homens.(FRAGOSO & FLORENTINO, 1997, p.42)

No decurso da década de 1970 a produção da História Econômica começou a decair vertiginosamente<sup>14</sup>, contudo, estas percepções não condenam ao ostracismo abordagens econômicas, mesmo porque, pretendemos alargar os horizontes desta interpretação, ao tecer o vínculo da economia com fatos de foro sócio-político, nosso interesse é realizar a “construção de uma historia econômica sutil e complexa, sempre referida a uma totalidade” (FRAGOSO & FLORENTINO, 1997, p.50). Num outro prisma, procuramos estar atentos ao fato de ficarmos “alertas sobre o perigo de, ao desqualificar as pesquisas em Historia Econômica, inviabilizar-se a própria feitura da historia.” (FRAGOSO & FLORENTINO, 1997, p.60). A questão crucial é trabalhar conjunturas e estruturas econômicas, sem perder de vista outras exterioridades, ainda mais, quando nos propomos a debater o período histórico proposto neste estudo, já que a História Econômica

Refletindo [sobre] muitos dos questionamentos herdados dos anos 50, mas incorporando os impasses do desenvolvimento capitalista surgidos com os anos 60 (cuja tradução maior foi o golpe de Estado de 64), o foco da reflexão passou a ser constituído pela gênese da industrialização e seus desdobramentos. (FRAGOSO & FLORENTINO, 1997, p.63)

Fica nítida a inegável contribuição de dados econômicos, é por isso, que estas informações frequentemente serão elencadas, especialmente, ao nos debruçarmos sobre as especificidades dos projetos desenvolvimentistas para Campina Grande. Portanto, os fatores econômicos é um campo do saber historiográfico, aqui aceito e utilizado como um dos pressupostos fundamentais para a viabilização do presente Trabalho.

Como uma das principais fontes na realização deste trabalho são as jornalísticas é preciso ter o devido cuidado de perceber e legitimar a informação que foi escrita, ao levantar questionamentos como “de que opinião o jornalista é um reflexo? Da sua? Da opinião do seu jornal? Da opinião de seus leitores? No jornal quando não há censura política será que não existe censura social?” (JULIARD, 1976, p.191), são com estes pressupostos em mente que nos aproximamos de maneira tão reiterada de fontes jornalísticas, onde serão usadas de maneira corrente, por isso, vista com descrédito pela historiografia brasileira até meados da década de 1970, as fontes jornalísticas atualmente vivenciam um período de apogeu, onde sua viabilização foi significativamente impulsionada, ao ter como contributo a renovação da História Política.

---

<sup>14</sup> Ver: FRAGOSO & FLORENTINO, 1997.

A até então falta de objetividade, seria uma das críticas em se utilizar jornais na produção acadêmica, isso ao acrescentar suas influências vistas como pouco legítimas, aspectos como a pressão governamental, os compromissos da direção do jornal com seus patrocinadores, o número da tiragem, público-alvo do jornal, entre outros fatores que reduziam a validade do jornal quanto fonte fidedigna de pesquisa, costumeiramente sendo utilizado apenas quando não existia mais nenhuma outra fonte disponível.

No Brasil, a virada das fontes jornalísticas ocorreu após sua utilização por estudiosos renomados como Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Stanley Stein, Nícia Vilela Luz que

Não dispensavam a ida aos jornais, seja para obter dados de natureza econômica (câmbio, produção e preços) ou demográfica, seja para analisar múltiplos aspectos da vida social e política, sempre com resultados originais e postura muito distante da tão temida ingenuidade. (LUCA, 2010, p.117)

Jornais passaram a ser utilizados de forma mais recorrente a partir dos estudos relativos ao movimento operário, ou ainda, a questão da escravidão no Império (LUCA, 2010), mas o grande salto dos periódicos como fontes legítimas de consulta como já foi dito anteriormente, veio com a “Nova História Política”, pois é indissociável a relação, política e imprensa, já que os jornais em via de regra, registram cada passagem dos enfrentamentos políticos no palco do poder, principalmente em períodos ditatoriais, o jornal, ganha uma validade ainda maior, a prática da censura, com o desejo do poder institucionalizado pela violência em tolher o direito a liberdade de expressão, por vezes, acaba por fomentar a crítica ao poder central de forma subliminar, é quando formas sutis de contestação ao Regime vêm à tona.

Porém, na “contramão” da crítica ao poder tirânico, os jornais também podem servir de meio divulgador da propaganda política favorável ao governo ditatorial, acreditamos que este veio a ser o caso do periódico utilizado nesta Dissertação, o *Diário da Borborema*<sup>15</sup> na época de propriedade do controverso magnata da comunicação, Assis Chateaubriand. Em nossa compreensão, é no mínimo ingênuo subestimar o poder persuasivo dos empréstimos, verbas publicitárias e outros tantos recursos financeiros que podem ser ou não destinados pelo Governo aos jornais, ou ainda, em caso de crítica

---

<sup>15</sup>Com sua primeira publicação em 02 de outubro de 1957, este foi o primeiro periódico sediado em Campina Grande, fazia parte do conglomerado midiático referente ao grupo “Diários e Rádios Associados”, de envergadura nacional, e na Rainha da Borborema, atuou de maneira assídua no que diz respeito às nuances políticas da cidade como será mostrado ao longo desta Pesquisa.

vedada ao Regime, o simples fechamento do periódico. Como é curioso destacar o fato de que em Campina Grande uma diminuta parcela da população era alfabetizada, ainda assim, o jornal em foco era uma forma de plausível demonstração de alinhamento com a ditadura civil-militar de parte significativa da população campinense.

Mais uma cautela ao ter utilizado jornal como fonte primordial de pesquisa, foi o fato de destinar especial atenção para o destaque dado pelo editorial para a notícia utilizada, se a mesma está na Capa ou nas páginas internas, desta maneira há uma pista da “importância” e desejo em informar determinada notícia, além, de atentar se o fato noticiado foi novamente abordado nas edições seguintes (LUCA, 2010), afim de dimensionar a relevância da temática para a época em análise.

É imprescindível ressaltar o mais absoluto desapego do autor em personalizar o debate aqui proposto, figuras políticas hoje esquecidas em Campina Grande, como Edvaldo do Ó, Newton Rique, José Lopes de Andrade, Stenio Lopes, José Paulino da Costa Filho, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, e Williams Arruda. **Caso julgarmos apropriado**<sup>16</sup>, oportunamente os citaremos no transcurso do texto, todavia, não é nossa pretensão, elencarmos estes sujeitos políticos como “heróis do desenvolvimentismo”, ou, muito menos, apontá-los o quanto os únicos personagens que idealizaram uma meta de crescimento socioeconômico para o Município em foco. Pois cair no personalismo é muito “tentador”, ainda mais, quando o trabalho se perfaz embasado numa história centrada em questões políticas.

Paira em toda a nossa Pesquisa o espaço de experiência desenvolvimentista, por isso, se torna necessário explicitar de forma objetiva a noção de desenvolvimentismo por nós referendada, para tanto, nos apoiamos na definição de Ricardo Bielschowsky (1988, p.39) onde o referido conceito “é o ‘projeto’ de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento e de decidido apoio estatal”.

O despertar do horizonte de expectativas desenvolvimentistas no Brasil adveio com o economista Roberto Simonsen, que teria sido seu primeiro teórico, e o seu pensamento foi o precursor das opiniões de economistas renomados como Rômulo Almeida e Celso Furtado, ainda mais com inegável impulso após a formação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), a qual seria o

---

<sup>16</sup> Grifos do autor.

(...) organismo que ostentava a credibilidade da ONU, tornou-se o principal órgão a dar sequência imediata ao trabalho de legitimação que Simonsen vinha realizando através da FIEP e da CNI. A Cepal representou, em relação a Simonsen, um avanço importante: forneceu um poderoso instrumental analítico antiliberal que foi parcialmente incorporado pelos desenvolvimentistas da área privada e integralmente incorporado pela maioria dos desenvolvimentistas nacionalistas do setor público.( BIELSCHOWSKY, 1988, p. 92-93.)

Imprescindível grifar que o desenvolvimentismo como outras tantas teorias de crescimento econômico tem várias interpretações, em nosso estudo, julgamos coerente aproximar suas ideias as percepções do economista Celso Furtado, tanto pela aceitação do seu pensamento na segunda metade da década de 1950, quanto por acreditarmos que sua concepção de desenvolvimentismo está muito alinhada a noção de industrialização aceita pelos setores entusiastas da encampação do parque fabril em Campina Grande neste mesmo período, ainda mais, quando percebido o forte teor nacionalista deste discurso, e ainda, desprendido de qualquer vestígio apologético, acreditamos que Furtado contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento do Nordeste<sup>17</sup>, onde a mais notória tentativa de superar o atraso socioeconômico foi a idealização da SUDENE, ainda que esta instituição tenha cometido vários equívocos durante sua existência<sup>18</sup>.

Com isso, o desenvolvimentismo na ótica de Celso Furtado, teria tais características:

- a) Liderança do Estado na promoção do desenvolvimento;
- b) Necessidade da contribuição do Capital estrangeiro, desde que limitado a setores não estratégicos e submetido a controles;
- c) Submissão da política monetária e cambial à política de desenvolvimento;
- d) Compromisso com reformas de cunho social, como a tributação progressiva, projeto de desconcentração regional da renda e a Reforma Agrária<sup>19</sup>.

Numa época em que a industrialização era vista como a melhor solução para os países latino-americanos superarem o subdesenvolvimento, o qual só atingiu seu auge de aceitação na segunda metade da década de 1950, se faz interessante pontuar as fases

---

<sup>17</sup> Para um estudo aprofundado das propostas de Celso Furtado para o desenvolvimento nordestino, ver: FURTADO, 2009.

<sup>18</sup> Sobre a atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, ver: COSTA, 2002/2003.

<sup>19</sup> Ver: BIELSCHOWSKY, 1988, p. 159 e segs.

do desenvolvimentismo, por fins didáticos, almejamos perceber o refinamento de suas propostas cronologicamente, de tal modo, partiremos mais uma vez de Bielschowsky (1988, p. 299-500), embasados neste autor, sugerimos quatro etapas, sendo:

- a) O esboço do projeto desenvolvimentista: Teria início com o Estado Novo (1937-45) e a fundação de estatais de grande porte a exemplo da Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional, Fábrica Nacional de Motores, Companhia Hidrelétrica do São Francisco, além da Companhia de Aço Itabira, com uma ainda limitada, mas recorrente percepção que a industrialização provavelmente seria a melhor via de acesso ao desenvolvimento do país, em especial, no ano de 1943 com a fundação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, e do conselho de Política Industrial e Comercial.
- b) Amadurecimento da noção de desenvolvimentismo: Iniciado de forma análoga ao Segundo Governo Vargas (1951-54) e teria na fundação da Petrobrás o seu maior feito, e na criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o grande símbolo da austeridade econômica.
- c) Auge do desenvolvimentismo: Alavancado no transcurso do Governo Juscelino Kubitschek, sob o intuito de aumentar o ritmo do desenvolvimento urbano e industrial e simbolicamente representado no Plano de Metas, com os notórios investimentos em infraestrutura de serviços de energia elétrica e transporte, e nos segmentos fundamentais da indústria pesada.
- e) A crise do desenvolvimentismo: Ocorrida durante a gestão nacionalista de João Goulart (1961-64), caracterizada pela forte instabilidade política e disparada dos índices inflacionários, problemas sintetizados na suposta solução, as “Reformas de Base”, quando se foi começando a perceber que a industrialização sozinha não conseguiria resolver o problema do desemprego e da pobreza de maior parte da população, de fato a resolução do problema do subdesenvolvimento residiria numa interação entre crescimento econômico e distribuição de renda.

O desencanto de muitos pensadores econômicos e de parte significativa da população com o desenvolvimentismo na primeira metade dos anos de 1960, pode ser resumido no

Processo de crescimento econômico anterior, apesar do grande avanço da industrialização, havia propiciado a aparição de miséria e desemprego urbanos a níveis inimaginados por aqueles que haviam acreditado na industrialização como solução para as questões sociais do país. Ao problema de baixa absorção da mão-de-obra nos setores modernos da economia, típico do estilo de industrialização brasileira e por si só potencialmente causador de tensões sociais (...). (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 477)

O ciclo econômico do desenvolvimentismo foi se encerrando no âmbito nacional, mas curiosamente na Cultura Política de Campina Grande tem uma sobrevida espetacular, fato este objeto de análise no decorrer da presente Dissertação.

Deste modo, para alcançar os objetivos aqui propostos, dividimos o texto em três partes, no primeiro Capítulo, “Entre desencontros e conchavos: As aventuras para o desenvolvimentismo chegar ao poder municipal,” faremos uma discussão teórico-metodológica, como vimos, apontaremos uma síntese da História Política de Campina Grande no pós-45, ao trilhar pelos Partidos com atuação no Município em debate e as tramas políticas as quais tiveram o seu ápice com a intervenção militar e a imediata cassação da administração trabalhista que acabara de iniciar sua gestão, ainda caminharemos pelas condições de infraestrutura que a comuna dispunha antes da ascensão desenvolvimentista, para tanto, utilizaremos o método comparativo demonstrando a vitalidade econômica de Campina Grande no interior nordestino e até mesmo quando equiparadas a algumas capitais, logo após, caracterizaremos os sérios limites no que diz respeito a assistência social, a contradição entre avanço econômico e caos social também será apresentada no capítulo inicial, e ainda, um breve panorama da saúde pública e o sistema educacional, ao finalizarmos com a força do comércio da cidade, e de que maneira a industrialização era vista como sinônimo de prosperidade, além das relações políticas entre a Gestão Municipal e o Governo Estadual.

O Capítulo 2, “Em meio ao crescimento e a submissão: o auge do desenvolvimentismo campinense durante o regimento da caserna,” nesta parte discorreremos sobre as instabilidades da política brasileira durante o período democrático, ao propor uma discussão a respeito dos rumos sugeridos pelos gestores trabalhistas para o desenvolvimento do Brasil, após esta passagem centrada em aspectos de cunho político e econômico da conjuntura nacional, retomaremos nossas atenções para Campina Grande, ao dimensionarmos a efetivação dos primeiros projetos desenvolvimentistas, em especial, sua atuação na educação Básica e Superior, em seguida, caminharemos pelas Autarquias Municipais engajadas na industrialização da



cidade, ao darmos destaque especial, para a preocupação da gestão local em alavancar mais uma vez a industrialização, encerraremos a segunda parte, ao analisarmos a movimentação política e pontuarmos a ação de movimentos estudantis na cidade.

No Capítulo 3, “O arrefecimento do desenvolvimentismo e a arrancada do *campinismo*”, encerraremos o debate com o abrandamento da medidas desenvolvimentistas em Campina Grande, com especial ênfase na questão de lembrar que apesar de algumas conquistas, a industrialização dita, meteórica, não resolveu os problemas sociais da cidade, e mais, de que forma a economia do Município avaliado foi entrando em recessão, ainda mais acentuada com as primeiras medidas da governo militar em favorecer as capitais em detrimento das cidades de porte médio.

## 1.2 Campina Grande no quadro político nacional<sup>20</sup>

A experiência juscelinista em âmbito nacional foi determinante para o setor que assumiu a Prefeitura da cidade em discussão, a experiência do crescimento via incentivo fiscal para o desenvolvimento do parque fabril iria, inexoravelmente, levar ao engrandecimento de qualquer região do país, este raciocínio, era algo tido como “indiscutível” em meio aos estudos de economia política na travessia dos anos 1950 para a década de 1960. Esta experiência se torna elucidativa para a possível compreensão do cenário político campinense na época em destaque.

Como não pensar em expectativa ao se tratar de qualquer plano governamental? Seja este em que esfera for, viabiliza a categoria horizonte de expectativa tanto para o agrupamento que chega a PMCG em fins dos anos 1950, ao mesmo tempo em que nos dirigimos a população desta cidade. O desejo de ver a urbe num futuro próximo prosperando era inerente a todos os habitantes da localidade.

Este “horizonte” seria alargado ao passo em que a cidade assumisse em definitivo a dianteira da política regional, para tanto, a expectativa seria alcançada através de prognósticos (KOSELLECK, 2006.), onde os presságios apontavam para um futuro esperançoso ao abrir um amplo horizonte de expectativas.

Para compreensão do quadro social de Campina Grande e toda a trama que envolve o engajamento desenvolvimentista deste município, é indispensável nos

---

<sup>20</sup> Importante ressaltar a temporalidade proposta, neste momento estamos preocupados em destacar o município em foco na virada dos anos 1950 para a década de 1960.

debruçarmos sobre o cenário político local. Desta maneira, optamos por utilizar o termo desenvolvimentismo para recheiar o enredo desta história, já que acreditamos na capacidade de utilização deste conceito perante as transformações impostas pela Prefeitura da cidade em questão dentro do recorte delineado pelo autor.

Ponto de partida escolhido rumo à compreensão do cenário político campinense na segunda metade da década de 1960, iniciando com um sucinto retrospecto da conjuntura político-partidária local no pós-45, ao ser cronologicamente demonstrada com base nos resultados emitidos pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, entretanto, utilizado tão somente para pontuar as disputas partidárias, momento em que se torna necessário pontuar os personagens da política local e seus respectivos desempenhos eleitorais, em especial, com o surgimento de agremiações políticas naquele momento recém fundadas no âmbito nacional, passam a ter atuação em Campina Grande, as seguintes legendas:

#### QUADRO Nº01

##### **PARTIDOS COM ATUAÇÃO EM CAMPINA GRANDE (1945-64)**

União Democrática Nacional  
Partido Social Democrático  
Partido Trabalhista Brasileiro  
Partido Democrata Cristão  
Partido da Representação Popular  
Partido Republicano Trabalhista  
Partido Socialista Brasileiro  
Partido Social Progressista  
Partido Libertador  
Partido Republicano  
Partido Comunista do Brasil\*

Fonte: *Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba*.

\* O PCB em 07 de maio de 1947, teve seu registro político cassado em todo o país.

A História Política da cidade em meio à eclosão de vários partidos passou a vivenciar a fase dos interventores, período de março de 1945 a outubro de 1947, momento este que Campina Grande foi gerida sucessivamente por seis interventores<sup>21</sup>, este caos administrativo local, estava ligado a toda ebulição política nacional após a redemocratização oriunda dos últimos instantes do Primeiro Governo Vargas, etapa de estabilização dos sujeitos e partidos políticos, teve como ápice as eleições municipais de 1947, com a vitória do médico Elpídio Josué de Almeida (PSD), o qual conseguiu

---

<sup>21</sup> Ver: O nome destes interventores consta em: SYLVESTRE, 1982, p. 26-72.

abalar a liderança no âmbito municipal de Argemiro Figueiredo<sup>22</sup> (UDN), que havia apadrinhado a candidatura de Veneziano Vital do Rêgo do mesmo partido. Segue resultado daquele pleito:

#### QUADRO Nº02

##### **RESULTADO AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1947**

<b>Candidato</b>	<b>Partido/Coligação</b>	<b>Número de Votos</b>	<b>%Votos Válidos</b>
Elpidio Josué de Almeida	PSD/PDC	8.142	55,77%
Veneziano Vital do Rêgo	UDN	6.456	44,23%

Fonte: *Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba*.

Segundo o memorialista Josué Sylvestre (1982, p.113-116), a eleição municipal de 1947, teria sido a primeira disputa eleitoral em Campina Grande com a realização frequente de passeatas, com *jingle* de campanha, ampla distribuição de panfletos e cartazes propagados em toda a cidade.

Em 1951, mais uma disputa local se configuraria, desta vez aparecem algumas novidades, em especial as ambições de recuperar o prestígio político em Campina por parte do líder Argemiro Figueiredo, político que já havia ocupado vários cargos expressivos<sup>23</sup>, porém este retorno a liderança da cena política campinense foi frustrada como assinala o resultado daquela disputa:

#### QUADRO Nº03

##### **RESULTADO AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1951**

<b>Candidato</b>	<b>Partido/Coligação</b>	<b>Número de Votos</b>	<b>%Votos Válidos</b>
Plínio Lemos	PL-PSD	13.909	55,07
Agemiro de Figueiredo	UDN	11.124	44,04
Antonio Rodenbusch	PR	225	0,89

Fonte: *Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba*.

Nas eleições locais de 1955, ocasião em que merece destaque a ascensão dos setores conservadores campinenses, os quais através do “fenômeno eleitoral”, Severino Cabral (PSD), popularmente conhecido como “Pé de Chumbo”<sup>24</sup>, tinha amplos recursos para Campanha<sup>25</sup>, ao possuir vários empreendimentos empresariais, a exemplo, comerciante (dono da revenda de veículos da marca estadunidense *Chevrolet*), banqueiro, industrial, e ainda, latifundiário, cuja força eleitoral já havia sido

<sup>22</sup> Para conhecer parte da biografia deste personagem, que para muitos articulistas políticos, foi umas das maiores lideranças da política campinense no período democrático (1945-64), ver: TEJO, 2001.

<sup>23</sup> Argemiro de Figueiredo até aquele momento já havia sido interventor, governador e deputado federal pelo Estado da Paraíba. In: SYLVETSRE, 1982, p. 269.

<sup>24</sup> Sobre este codinome dirigido a Severino Cabral, a origem é atribuída a Raymundo Ásfora, aliado do candidato, que teria sugerido o citado apelido num comício. In: VASCONCELOS, 1993, p.193.

<sup>25</sup> Para um estudo detalhado da trajetória política de Severino Cabral, ver: SOUZA, 1988.

demonstrada através de métodos de obtenção de votos duvidosos, porém, com resultados esperados, como sua eleição para Assembleia Legislativa Estadual, quando obteve três mil novecentos e noventa e oito sufrágios (apenas em Campina Grande), sua candidatura para a chefia da edilidade campinense parecia ser “inevitável”.

Num outro *front*, emergiu o retorno de Elpídio de Almeida (PSP), candidato alçado pelos setores mais progressistas que vislumbraram na eleição do candidato do Partido Social Progressista, a única forma de evitar a eleição de “Seu Cabral”. Plano exitoso como demonstramos o quadro que segue:

#### QUADRO Nº04

##### **RESULTADO AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1955**

<b>Candidato</b>	<b>Partido/Coligação</b>	<b>Número de Votos</b>	<b>%Votos Válidos</b>
Elpídio Josué de Almeida	PSP/UDN	13.481	53,91
Severino Bezerra Cabral	PL	11.527	46,09

Fonte: *Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba*.

As primeiras iniciativas de cunho desenvolvimentistas foram encaminhadas na gestão de Elpídio de Almeida, quando sua administração se empenhou em trazer para Campina Grande, energia elétrica remetida da CHESF, e mais, ao ter sancionado uma Lei Municipal, cujo objetivo era isentar de uma série de impostos locais as indústrias que viriam para a cidade, ou, que já estivessem instaladas no município sem similares há cinco anos<sup>26</sup>. O despertar industrializante campinense da segunda metade da década de 1950, ainda se engajou em iniciar o projeto da implantação de uma companhia telefônica local.

Na campanha municipal subsequente realizada em 1959, Severino Cabral conquista<sup>27</sup> a PMCG, oportunidade do grupo pessedista enfrentar o crescente PTB campinense, agremiação política que efetivamente instaurou o discurso desenvolvimentista em Campina Grande, ao tomar por objetivo eleger o banqueiro Newton Rique, e sua audaciosa proposta de governo, a “Revolução da Prosperidade”, plataforma governamental capaz de propor um projeto de modernização (Ó, 2006) de vários setores socioeconômicos da Rainha da Borborema, e mais, ainda em 1959, os trabalhistas campinenses externavam a obsessão em atingir o crescimento via industrialização, como nos chama atenção Newton Rique quando afirma que,

---

<sup>26</sup> Ver: ARAÚJO, 1985, p.144-145.

<sup>27</sup> O candidato vitorioso naquele pleito chegou ao poder sob uma curiosa, contudo, “popular” plataforma de campanha, embasada nas velhas práticas assistencialistas, que tinha um “sugestivo” slogan: “Dividir, Doar e Ajudar”. In: SOUZA, 1988, p.42.

O processo de industrialização é ao meu ver, o próprio processo de civilização e progresso. Farei, portanto, girar em torno da criação de condições mais favoráveis à implantação de poderoso parque fabril em nossa cidade, o meu programa de administração. (...) Somente com a instalação de novas indústrias em Campina Grande, poder-se-á resolver o angustioso problema do desemprego, que é uma das notas mais alarmantes do nosso quadro social. (RIQUE *apud* SYLVESTRE, 1993, p. 248-249.)

Em meio às discussões disseminadas nas ruas, praças, e demais vias públicas campinenses, dois chavões populares surgiram no cenário da disputa eleitoral, de um lado o já mencionado “Pé de Chumbo”, cognome que deveria denotar a pretensa simpatia e humildade do candidato pessedista junto as massas, já o empresário Rique, também oriundo de uma das famílias mais abastadas da cidade, e conhecido pela estirpe intelectual, ganhou a alcunha de “punhos de renda”, epíteto a época, que provavelmente suscitava certa “arrogância” do candidato trabalhista próximo ao eleitorado mais humilde, pois

As passeatas de Cabral, com forte contingente de moradores dos bairros, costumavam levar como símbolo, panelas de barro. As passeatas de Newton Rique, de lenços amarelos, ala feminina, etc., era conhecida como “cintura fina”. Cabral consegue vencer principalmente pelo trabalho que vinha realizando nos bairros. Costumava anotar, em fichas, o nome do eleitor, a secção em que votava e o favor prestado, desta forma poderia calcular os votos que teria em casa secção. (ARAÚJO, 1985, p.147-148.)

No embate eleitoral de 1959, ainda merece destaque, a entrada efusiva do sistema radiofônico na campanha rumo a PMCG, quando as rádios para divulgarem os candidatos, só faziam o *merchandising* político mediante pagamento prévio, principalmente, pelo fato da legislação eleitoral do período ser extremamente leniente com as iniciativas empresariais nos meios de comunicação. A transmissão ao vivo de comícios e passeatas eram o carro-chefe, numa época em que não havia guia eleitoral gratuito, apenas era ouvido no rádio, quem pudesse comprar o horário, ou indicar um filiado de seu partido como jornalista de alguma emissora.

Ao passo que foi se percebendo os frutos do poder midiático das rádios, na época em pauta existiam em Campina Grande três emissoras de rádios, sendo estas, Cariri, Borborema e Caturité, além de uma difusora<sup>28</sup>, “A Voz de Campina”, a qual

---

<sup>28</sup> Ainda havia as difusoras de bairro com um número menor de ouvintes, porém não menos importantes. In: FEITAS, 2006, p.128-129.

havia espalhado alto-falantes pelas principais ruas do Centro da cidade. Estas empresas de comunicação disputavam entre si de maneira ávida as verbas publicitárias destinadas a propaganda eleitoral pelos candidatos mais apatacados, como ainda não haviam pesquisas de intenção de voto no perfil que existe atualmente, as “coletas de dados” eram feitas ao vivo, onde o repórter com microfone na rua saía abordando os transeuntes, entretanto, estas “enquetes”, tinham seus resultados previamente determinados pelo contratante, quando era avisado ao comitê de determinado candidato as ruas que o repórter iria percorrer, logradouros estes que os cabos eleitorais deveriam se fazer presentes.<sup>29</sup>

Terminada a eleição e contados os votos, o clientelismo do “Pé de Chumbo” venceu a peleja, vejamos o resultado:

QUADRO Nº05

**RESULTADO AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1959**

<b>Candidato</b>	<b>Partido/Coligação</b>	<b>Número de Votos</b>	<b>%Votos Válidos</b>
Severino Cabral	PSD	16.483	52,75
Newton Rique	PTB	14.767	47,25

Fonte: *Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba*.

Passada esta breve explanação da trajetória eleitoral de Campina Grande, partiremos com a finalidade de buscar uma saída para compreender os objetivos levantados ao longo da pesquisa, chegamos ao PTB campinense, Partido este arrebatado pelas ideias desenvolvimentistas, e que já vinha desenvolvendo projetos durante a administração de Severino Cabral, costurou uma aliança com este prefeito, visando às eleições de 1963, aceitou para o cargo de vice-prefeito o genro de Seu Cabral, com pouca experiência na política, o jovem presidente da Câmara de Vereadores, Williams de Souza Arruda - PSB<sup>30</sup>.

A chegada ao executivo municipal do grupo desenvolvimentista se deu nas eleições de 1963, quando o candidato pelo PTB obteve vitória ao se vincular com setores conservadores da cidade, a propósito, o ex-prefeito Severino Cabral, e simultaneamente, construiu laços políticos com personagens desenvolvimentistas, como o aficionado pela industrialização, José Lopes de Andrade. A controversa aliança entre o que viria a representar “o novo” com o símbolo do “velho”, a aliança PTB/PSD se

---

<sup>29</sup> Ver: OLIVEIRA, 2006, p. 73-121.

<sup>30</sup> Logo após a sua indicação para compor a chapa com os trabalhistas, Williams Arruda, muda sua filiação partidária, quando passa a compor as hostes do Partido Social Democrático.

mostrou imbatível naquele pleito, ao derrotar o candidato do Partido de Representação Popular (antigo Partido Integralista Brasileiro), Langstein Almeida.

Outro aspecto das eleições municipais de 1963 que merece menção, foi a cassação do registro de candidatura de José Pereira dos Santos, “o Peba”<sup>31</sup>, e de seu vice, Manoel Monteiro, ambos naquele momento, recém-filiados ao Partido Socialista Brasileiro, porém, com “fama de comunistas”<sup>32</sup>. Abaixo segue quadro demonstrativo da performance do Partido Trabalhista Brasileiro nas eleições de 1963 em Campina Grande:

QUADRO Nº06

**RESULTADO AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1963**

<b>Candidato</b>	<b>Partido/Coligação</b>	<b>Número de Votos</b>	<b>% Votos Válidos</b>	<b>Abstenção</b>	<b>Número de Votos Brancos e Nulos</b>	<b>Número de Eleitores</b>
Newton Rique	PTB/PSD	20.383	70,68	14.961	1.873	45.672
Langstein Almeida	PRP	8.455	29,32			

Fonte: *Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba*.

O então prefeito recém empossado, Newton Rique, começou uma administração dinâmica, buscava romper os laços cartoriais que vinha se solidificando na política local. Segundo o Prefeito recém empossado<sup>33</sup>, a situação econômica da PMCG era tão caótica que foi necessário pedir auxílio ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), que elaborou um minucioso relatório das limitações financeiras da máquina pública municipal, e direcionou um extenso prognóstico dos recursos a disposição de Rique, e ainda, o PTB local pôs em prática os projetos que vinham sendo idealizados desde a formação da FUNDACT<sup>34</sup>. Contudo, a conjuntura nacional não lhe era favorável, o grupo nacionalista vinha progressivamente perdendo espaço, sobretudo, com a interrupção abrupta em todo o país do sistema democrático.

Mediante a ebulição política que alcançava seu apogeu em 31 de março de 1964, ao contrário do que o prefeito campinense e seus aliados pensavam, viria, sobremaneira, a atingir sua administração.

---

<sup>31</sup> Para um estudo detalhado da militância deste ativista político, vide: AUED, 2006.

<sup>32</sup> *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 1963, p.1.

<sup>33</sup> Ver: SYLVESTRE, 1982, p. 256.

<sup>34</sup> A Respeito desta instituição iremos discuti-la com ênfase no transcórre da Dissertação.

Com as medidas centralizadoras providas pelo governo federal, as listas de cassações se multiplicam diariamente, esta “limpeza” acabava por atingir Newton Rique, impedindo de concluir o seu governo,<sup>35</sup> pois tem seu mandato cassado pelos militares, por ser considerado “subversivo”, na ótica dos militares, um pretense inimigo da moral e dos bons costumes. Para tanto, o novo grupo que administrava o país recebeu um Inquérito Policial Militar que denunciava as “arbitrariedades” do prefeito campinense.

O Inquérito Policial Militar que chegou às mãos do presidente Castelo Branco denunciava sua origem política, seu relacionamento com as bases varguistas, afinal, Newton Rique foi eleito pelo PTB, partido fundado pelo próprio Vargas em 1945, que possuía uma plataforma nacionalista. E mais, seu relacionamento “suspeito” com o inimigo da democracia,<sup>36</sup> Leonel Brizola.

Curioso se faz perceber os “esclarecimentos” emitidos pelo Coronel Otávio Ferreira de Queiroz, quando através do *Diário da Borborema*, veio a público “pontuar” os motivos que levaram a cassação da chapa vitoriosa em 1963, e ao apontar os “agentes subversivos” a manutenção do *status quo* em Campina Grande, que teriam dado lastro ao sucesso eleitoral nas eleições municipais, quando

(...) se uma das acusações que deram origem a cassação o mandato do Dr. Newton Rique, foi o fato de ele ter sido apoiado pelos esquerdistas, não seria admissível que as Forças Armadas naquela ocasião [do Golpe de 1964] ficassem alheias ao problema que surgiu com aquela cassação de mandato, uma vez que o Dr. Williams de Souza Arruda [também] havia sido candidato duma FRENTE POPULAR CAMPINENSE, que reunia entre seus elementos mais representativos, reconhecidos esquerdistas locais, inclusive do ilegal Partido Comunista, tais como os senhores Antonio Figueiredo Agra, Oliveiros Cavalcante e Oliveira, José Pereira dos Santos (o Peba), Manoel Monteiro da Silva, e Uziel Vale. (*DIÁRIO DA BORBOREMA*, 14 de ago. 1964, p.1.).

As denúncias ainda apontavam que Newton Rique quando diretor do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), teria desviado recursos na ordem de cinquenta milhões de cruzeiros com o intuito de patrocinar atividades “subversivas”.

No entanto, entre as denúncias que pesavam contra Newton Rique, a mais pitoresca, a qual foi classificada como improcedente e criminosa pelo aliado do ex-

---

<sup>35</sup> Em 14 de junho de 1964, mal havia completado o primeiro semestre de seu governo, Newton Rique tem seu mandato cassado e direitos políticos suspensos. In: *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 15 de ago. 1964, p.1.

<sup>36</sup> Este era o termo utilizado pelos entusiastas do golpe para definir Brizola.



prefeito campinense, o Deputado estadual Petrônio Figueiredo. Importante lembrar que não só o deputado citado, mas quase que a totalidade dos aliados do prefeito cassado, acreditavam que o golpe seria temporário, e que Newton Rique, num curto espaço de tempo seria repostado ao cargo que lhe foi atribuído nas eleições de 1963. Assim, na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba o citado deputado suplicou a favor da inveracidade da seguinte acusação:

(...) afirmam, na denúncia, que Newton havia adquirido armas na Bahia, para formar em Campina, uma resistência contra a revolução e que na prefeitura foram encontradas dezenas de metralhadoras. Observem os campinenses a que ponto chega a maldade humana, pois como todos nós sabemos, o ex-prefeito campinense, chegou a pedir, naqueles dias de agitação, a proteção das forças federais pelo fato do governo municipal não contar, não dispor, de um só homem armado.(*DIÁRIO DA BORBOREMA*, 19 de julho. 1964, p.8.)

Seu vice, Williams Arruda havia sido cassado pela Câmara de Vereadores e após recuperar seu mandato, assumiu a administração da cidade e surpreendeu, por não apenas ter dado prosseguimento às políticas industrializantes iniciadas pelo seu antecessor, como também, elaborou e desenvolveu novos projetos. Imprescindível ressaltar que para o grupo que compunha a FUNDACT, a industrialização era vista como o principal caminho para o desenvolvimento do Município, onde Campina Grande deveria servir como exemplo a ser seguido pelas demais cidades do interior do Nordeste. Pois, acreditava-se que nesta cidade estava se construindo uma sólida base industrial.

No dia 15 de Junho de 1964 foi enviada a câmara de vereadores do município de Campina Grande, resolução redigida pelo governo militar, que indicava a realização de eleições indiretas para os cargos de prefeito e vice-prefeito do referido município, cabendo a câmara de vereadores, eleger os novos administradores da cidade. Com a cassação do mandato e a suspensão dos direitos políticos de Newton Rique, e o impedimento de Williams Arruda outorgado pela Câmara, assumiu a chefia da prefeitura, através de votação na câmara de vereadores, o então presidente deste parlamento municipal, João Jerônimo da Costa. Para o cargo de vice-prefeito foi eleito, o também vereador, Noaldo Dantas.

Durante o curto período que administrou o município,<sup>37</sup> João Jerônimo tenta dar prosseguimento à política econômica que vinha sendo delineada pelo prefeito cassado. Mediante ao período extremamente curto que governou o município, fica difícil caracterizar sua administração, pois, não deu tempo, nem se quer, para empossar sua equipe de governo, muitas nomeações ainda estavam por vir, quando a justiça se pronuncia a favor da posse de Williams de Souza Arruda.

Deste conciso período em que Campina Grande foi administrada pelo ex-presidente da câmara, o fato que merece destaque é o apoio irrestrito que o prefeito cassado, por várias vezes, publicamente externou a João Jerônimo. Enquanto isso, ignorou a cassação do seu vice, ao ponto de, em nossa pesquisa, não encontrarmos nenhuma citação<sup>38</sup> de Newton Rique referindo-se à cassação do vice-prefeito eleito em 1963.

No nosso estudo, a administração João Jerônimo é entendida apenas como um rápido período de transição, entre a posse de Newton Rique e a chegada de Williams Arruda à administração municipal.

A chegada de Williams Arruda<sup>39</sup> (PSD) ao poder se deu num intenso embate político, pois, as forças que haviam lhe apoiado no último pleito, estavam agora forjando articulações políticas para que ele não fosse empossado. Os próprios membros do PTB municipal (aliados no pleito de 1963), lutaram através de liminares para que Williams não chegasse à Prefeitura.

Williams Arruda por ser genro do ex-prefeito Severino Cabral, político que se caracterizou pelas práticas clientelistas e cartoriais, tinha sua imagem como administrador, comprometida, mais ainda por ele não ter tido nenhuma experiência no executivo.

O vice-prefeito, que não tinha vínculos estreitos com os setores progressistas, ganhou a disputa em 63, por meio de uma aliança em que o grupo petebista entendeu que, naquele momento, era necessária para chegar ao poder, portanto, uma aliança tática. Não era desejo do agrupamento que compôs a plataforma de governo intitulada

---

<sup>37</sup> João Jerônimo esteve à frente da Prefeitura Municipal de Campina Grande de 15 de junho de 1964 a 30 de setembro do mesmo ano. In: *DIÁRIO DA BORBORMA*, 20 de out. 1964, p. 5.

<sup>38</sup> Chegamos a esta conclusão, através das consultas realizadas, por meio das publicações do jornal *Diário da Borborema* de 14 de junho 1964 a 30 de janeiro de 1969.

<sup>39</sup> Acreditamos ser imprescindível um estudo detalhado da gestão Williams Arruda, para compreender a efetivação das ideias desenvolvimentistas em Campina Grande, objetivo este que percorreremos no desenvolvimento da dissertação.

“Campanha da Esperança”, ver o genro de “Seu Cabral” presidir a administração municipal. Com isso, começaram as especulações.

Assim que Newton foi cassado, seu pai, o comerciante e banqueiro, João Rique, acusou Williams de ser o articulador daquela cassação, pois o vice-prefeito estaria cobiçando o cargo, com a suspensão dos direitos do Prefeito. Todavia, mesmo que Williams também tivesse sido cassado, havia esta suspeita por parte dos militantes petebistas, os quais vinham frequentemente a posicionar e conspirar contra a sua índole “subversiva”.

João Rique partiu para o ataque, alimentando a onda de boataria que se espalhou por Campina, afirmando que Williams escrevera vários manifestos<sup>40</sup> de cunho comunista, onde haveria afirmado ser a favor de Cuba, e ter estreitas ligações com os “subversivos” Brizola e Goulart.<sup>41</sup> Com o intuito de repudiar estas afirmativas, Williams publica no *Diário da Borborema* a seguinte nota:

(...) se o senhor está em condições de provar o suposto comprometimento que me tem atribuído, proceda como bom brasileiro, levando o fato ao conhecimento das Forças Armadas, tão legitimamente interessadas no enquadramento constitucional de pessoas ligadas a supostos grupos subversivos. Todavia se lhe faltam condições para isto, procure se comportar, com relação a minha pessoa, como me tenho conduzido em relação ao Prefeito de nossa cidade. (*DIÁRIO DA BORBOREMA*, 18 de jun. 1964, p.5)

É interessante, como, praticamente, todas as forças políticas municipais estavam se posicionando contra a posse de Williams, até mesmo o PSD (seu partido) através de vários vereadores que compunham sua legenda, não só votaram a favor de sua cassação, como, publicamente se pronunciaram contra sua subida ao poder.

Não foi apenas esta herança política que contribuiu para que as forças locais não se pronunciassem a favor do direito que Williams alcançou democraticamente. Ainda em 1964, já se delineava um receio de se contrariar as decisões militares,<sup>42</sup> a ponto de

---

<sup>40</sup> O suposto manifesto de cunho comunista no qual Williams Arruda seria seu autor fez parte apenas de boatos, desta maneira, não há como apontar com detalhes suas ideias, tão somente, dispomos por meio do “Diário da Borborema” da réplica do então prefeito, informação esta que mostraremos no decorrer deste item.

<sup>41</sup> Nos chamou a atenção nas pesquisas desenvolvidas para a elaboração deste estudo, o fato de que praticamente todos os atores políticos, com exceção dos militantes do PCB (que operava na ilegalidade), se referiam ao golpe militar, com a denominação de “Revolução de 31 de Março”, e, os expurgados pelo Regime, como “subversivos”.

<sup>42</sup> Após aberto o Inquérito Policial Militar, fazia-se investigações das denúncias contidas no mesmo, e caso fossem deferidas, cabia ao poder legislativo, apenas, ratificar a decisão que já havia sido tomada pelo alto oficialato das Forças Armadas.

mesmo após de ter obtido a liminar para voltar ao poder, a Câmara de Vereadores, por meio de seu presidente João Nogueira de Arruda, foi pedir ao já citado chefe do Exército na cidade, o Coronel Otávio Ferreira de Queiroz, autorização para empossar o vice-prefeito eleito em 63.<sup>43</sup>

Para anular a decisão da Câmara a favor da sua cassação, Williams juntamente com seu advogado vai à justiça impetrar Mandato de Segurança para contestar seu impedimento, e, embasa sua defesa em quatro pontos:

“1º A câmara municipal não tem competência para decretar impedimento (a instituição capaz de decretar esta medida seria a Assembleia Legislativa Estadual).

2º A cassação foi atitude de cunho político, e não referente a alguma provável arbitrariedade cometida pelo vice-prefeito.

3º Não houve acusação advinda do “governo revolucionário”.

4º Não existe impedimento para o cargo de vice-prefeito, quando seu ocupante não está exercendo o cargo de prefeito.” (*DIÁRIO DA BORBOREMA*, 10 de out. 1964. p. 1.)

Simultaneamente ao mandato de segurança ser deferido, uma espécie furor “anti-Williams” se espalhou entre os mais diversos agrupamentos políticos, principalmente entre os setores progressistas, pois, acreditava-se que Williams iria engavetar os projetos elaborados pela FUNDACT, e embasar seu pleito na política assistencialista, como fizera seu sogro. O período que foi promulgada a decisão em favor do mandato impetrado por Williams Arruda, coincidiu, com a época das comemorações do primeiro centenário de Campina Grande, o que pode ser compreendido como um “tempero” a mais, na ebulição política que a cidade vivenciava.

Dentro do cenário político campinense no transcurso dos anos 1960, sobretudo após a outorga do Ato Institucional nº2<sup>44</sup>, o cotidiano político da cidade não seguiu de maneira assídua a bipolarização da vida partidária no âmbito nacional. ARENA e MDB eram partidos que dentro do perímetro de Campina Grande até então viviam sem grandes conflitos, já que os vereadores do Movimento Democrático Brasileiro em sua imensa maioria (salvo seu líder João Jerônimo) apoiava as medidas desenvolvimentistas como também a administração de Williams Arruda, Prefeito este, que se aproximou da

---

<sup>43</sup> *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 01 de Out. 1964, p.1.

<sup>44</sup> Foi através do AI-2 que em 27 de outubro de 1965, o General Castelo Branco extinguiu o pluripartidarismo, simultaneamente, criando um partido de cunho governista (Aliança Renovadora Nacional) e outro que deveria ser uma espécie de oposição consentida (Movimento Democrático Brasileiro). Para um estudo aprofundado do tema ver: SKDIMORE, 1982.

ARENA provavelmente visando obter recursos junto ao Governo Federal, fato que iremos abordar no capítulo seguinte.

### 1.3 – Campina Grande: a espera da guinada desenvolvimentista

Começamos analisando os recursos que Campina Grande dispunha na década de 1960 pelo estudo da infraestrutura dos seus bairros, entendendo que é a partir dos mesmos que se viabiliza um dos meios para se compreender o índice de urbanização de um município.

A cidade carecia de um projeto de organização para seu perímetro urbano, o crescimento dos bairros não tinha nenhum planejamento, o prolongamento dos espaços destinado às habitações cresciam desordenadamente, fato que causavam transtornos imediatos.

Os problemas habitacionais partiam desde a divisão das áreas habitadas, piorando com a especulação imobiliária, a qual fazia que extensos lotes de terras ficassem sem edificações, os proprietários deste terrenos esperavam a valorização do lote para vender, consequência imediata desta agiotagem, é o amontoado de casas nas áreas menos valorizadas aliada a uma distribuição espacial desigual.

As ruas não cresciam a partir de lotes pré-estabelecidos pela Prefeitura, mas, pela simples ocupação do espaço e/ou conveniências políticas, assim, faltavam a grande maioria da população (até mesmo em bairros em ascensão, como a Prata) condições mínimas de infraestrutura como água encanada, a qual era um luxo restrito a uma pequeníssima parcela da população.

A desorganização das habitações era tamanha que ruas pavimentadas eram difíceis de serem encontradas (com exceção do Centro e José Pinheiro), bairros inteiros como Palmeira, Jeremias, Santo Antonio, Monte Castelo, Monte Santo, entre outros, não tinham se quer uma rua calçada, já em 1963. Contudo, ao analisarmos a infraestrutura que Campina Grande dispunha no período aludido em nossa pesquisa, se faz imprescindível uma ressalva, observar que os dados elencados até aqui, não tomam por base comparativa as demais cidades de porte médio na região Nordeste<sup>45</sup>, as quais, dispunham de uma infraestrutura tão precária quanto a de Campina Grande, vide exemplos como na baiana, Feira de Santana, ou ainda, no vizinho Estado de

---

<sup>45</sup> Essas comparações a faremos nos próximos parágrafos, mas com outros dados relevantes.

Pernambuco, a cidade de Caruaru, cuja situação de suas ruas eram tão limitadas quanto às do Município paraibano em foco, chegamos a esta conclusão observando o recenseamento de 1960<sup>46</sup>.

Porém, a metodologia de utilizar algumas cidades que serviriam de contraponto ao desenvolvimento de Campina é tentadora, e ainda serve como meio para ratificar as informações postuladas ao longo de boa parte do presente Trabalho, por isso, optamos por “ceder” a tentação, e elencar alguns dados que julgamos importantes para efeito de comparação entre alguns aspectos socioeconômicos, para tanto, julgamos coerente equiparar os dados referentes a Campina Grande, com cinco capitais nordestinas cujos resultado estão representados no quadro:

QUADRO Nº07

<b>Cidade</b>	<b>Setores</b>	<b>Número de pessoas economicamente ativas</b>	<b>Total de Habitantes</b>
Campina Grande	Agropecuária e Extrativas	28.214	207.445
	Atividades Industriais	5.655	
	Outras Atividades	26.850	
	Agropecuária e Extrativas	4.733	
Maceió	Atividades Industriais	10.208	168.055
	Outras Atividades	33.987	
	Agropecuária e Extrativas	2.635	
	Atividades Industriais	5.985	
Aracaju	Outras Atividades	24.335	114.162
	Agropecuária e Extrativas	4.706	
	Atividades Industriais	7.820	
	Outras Atividades	33.974	
São Luís	Agropecuária e Extrativas	12.747	158.292
	Atividades Industriais	4.819	
	Outras Atividades	23.211	
	Agropecuária e Extrativas	6.840	
Teresina	Atividades Industriais	5.460	142.691
	Outras Atividades	23.211	
	Agropecuária e Extrativas	6.840	
	Atividades Industriais	5.460	
João Pessoa	Atividades Industriais	5.460	153.175
	Outras Atividades	23.211	
	Agropecuária e Extrativas	6.840	
	Atividades Industriais	5.460	

<sup>46</sup> Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1962.

Fonte: VII – *Recenseamento Geral do Brasil*, 1960.

O Quadro seguinte vem destacando mais alguns setores que julgamos importantes, ao acrescer na análise destes outros aspectos a Capital potiguar<sup>47</sup>:

QUADRO Nº08

<b>Cidade</b>	<b>Número de Pessoas Alfabetizadas</b>	<b>Número de Domicílios</b>	<b>Iluminação Elétrica</b>	<b>Abastecimento D'Água</b>
Campina Grande	69.961	38.783	16.600	11.330
Maceió	80.300	34.143	19.268	16.532
Aracaju	58.879	24.059	14.769	11.876
São Luís	93.386	27.674	12.615	14.634
Natal	79.789	28.733	18.599	14.621
Teresina	53.415	24.919	8.376	5.112
João Pessoa	73.340	28.956	18.421	14.049

Fonte: VII – *Recenseamento Geral do Brasil*, 1960.

O método comparativo mostra para nosso objetivo, um excelente meio para quantificar o aspecto da força de Campina Grande, onde até mesmo confrontada com capitais, as quais costumeiramente recebem mais recursos tanto da esfera Federal, quanto Estadual, ainda assim, a Rainha da Borborema conseguia acompanhar o desenvolvimento de cidades que *a priori* recebiam mais atenção dos seus respectivos Governos Estaduais, por vezes pelo simples fato de ser Capital, quando o grande destaque campinense se deu através da sua densidade demográfica, e pelo amplo domínio do número de pessoas envolvidas com o setor agropecuário e extrativo. Em especial atraiu nossa atenção a força contundente de Campina Grande dentro do Estado da Paraíba quando desde meados da década de 1950, a referida cidade já gozava de prestígio interestadual, já que

(...) em termos quantitativos, o número de habitantes, de indústrias, e de lojas de comércio, somando-se a sua importância de polo-comercial do algodão, e, nessa década também do agave, fazia dessa cidade um centro de indubitável crescimento econômico. Sua relevância econômica em relação as demais cidades do Estado da Paraíba era tão evidente que se dizia, à época, que a Paraíba possuía duas capitais, uma administrativa e uma financeira, João Pessoa e Campina Grande, respectivamente”. (MONTENEGRO, 2004, p.70)

<sup>47</sup> De acordo com o recenseamento de 1960, Natal possuía uma população de 160.253 habitantes. Ver: IBGE, 1962.

Seguindo a mesma metodologia, vamos agora comparar os dados entre Campina Grande e algumas cidades de porte médio da Região Nordeste<sup>48</sup>:

QUADRO Nº09

<b>Cidade</b>	<b>Setores</b>	<b>Número de pessoas economicamente ativas</b>	<b>Total de Habitantes</b>
Campina Grande	Agropecuária e Extrativas	28.214	207.445
	Atividades Industriais	5.655	
	Outras Atividades	26.850	
	Agropecuária e Extrativas	6.358	
Mossoró	Atividades Industriais	1.313	57.199
	Outras Atividades	7.277	
	Agropecuária e Extrativas	28.714	
	Atividades Industriais	4.082	
Feira de Santana	Outras Atividades	18.180	139.747
	Agropecuária e Extrativas	15.950	
	Atividades Industriais	4.103	
	Outras Atividades	12.731	

Fonte: VII – *Recenseamento Geral do Brasil*, 1960.

Através da observação do quadro acima, é inegável a liderança quase que absoluta de Campina Grande no interior nordestino, não apenas pela densidade demográfica, como também, em relação aos setores econômicos exibidos, a hegemonia campinense é plenamente factível, por isso havíamos optado por comparar esta cidade com as algumas Capitais nordestinas.

A análise seguinte ocorrerá por meio dos dados aferidos em Campina Grande no Quadro Nº08, todavia, desta vez, utilizaremos as cidades de porte médio como contraponto, como segue:

QUADRO Nº10

<b>Cidade</b>	<b>Número de Pessoas</b>	<b>Número de</b>	<b>Iluminação</b>	<b>Abastecimento</b>
---------------	--------------------------	------------------	-------------------	----------------------

<sup>48</sup> Não faria sentido demonstrar dados relativos a cidades das demais regiões brasileiras, porque nosso objetivo é dimensionar aspectos socioeconômicos de localidades que mais a frente, receberam ou deveriam obter recursos via SUDENE.



	<b>Alfabetizadas</b>	<b>Domicílios</b>	<b>Elétrica</b>	<b>D'Água</b>
Campina Grande	69.961	38.783	16.600	11.330
Mossoró	26.061	10.517	3.741	1.772
Feira de Santana	54.734	26.375	6.547	5.948
Caruaru	40.500	22.286	8.049	9.705

Fonte: VII – *Recenseamento Geral do Brasil*, 1960.

Portanto, se reitera a liderança campinense, com especial destaque para o número de pessoas cujas residências tinham acesso a água potável e energia elétrica, que para o período se apresenta quantitativamente notório, simultaneamente, aparece mais uma vez um dado catastrófico, o baixíssimo índice de alfabetização por parte de todas as cidades elencadas.

Ao retomar de maneira mais específica nosso objeto de estudo, Campina Grande, é providencial perceber que as casas de alvenaria eram mais um luxo ao qual parte expressiva da população não dispunha, para os setores menos abastados a “taipa” era o componente mais comum dos materiais utilizados para a edificação do imóvel.

Os únicos bairros que possuíam alguma infraestrutura eram o São José (que detinha a sede de vários serviços assistenciais como o Hospital Pedro I, o SAMDU que funcionava como uma espécie de Posto de Saúde, o Corpo de Bombeiros e a Polícia), o Centro, e o José Pinheiro.

Estes dois últimos de fato poderiam ser classificados como bairros, aos demais até então apresentados, formavam mais um conglomerado de habitações que um bairro, entendendo que uma localidade para receber tal título deve ter uma infraestrutura, que ao menos, suprisse as necessidades mais básicas da população.

José Pinheiro poderia ser classificado como um dos bairros mais estruturados da cidade, pois, usufruía de um comércio ativo e sortido, o qual comercializava uma notável variedade de produtos, pois possuía; farmácia, padaria, um cinema, açougue etc. O habitante desta localidade não necessitava de ir ao Centro para comprar produtos de primeira necessidade.

O Centro por ter o centro comercial da cidade em seu perímetro, por si só, já possui uma infraestrutura de melhor qualidade, além do mais, as melhores casas da cidade estavam situadas neste bairro. Ruas como João Pessoa, Marquês do Herval, Cardoso Vieira, e João Suassuna. Compunham o foco da principal fonte econômica do município, o comércio.

Este bairro era o preferido da elite campinense (que progressivamente ia se deslocando para a Prata), pois, possuía várias ruas pavimentadas, água encanada, energia elétrica, esgoto, proximidade aos serviços públicos e etc. A Rua Getúlio Vargas era uma das mais majestosas da cidade.

A população dos demais bairros (com exceção do José Pinheiro) se dirigia ao Centro para adquirirem uma infinidade de produtos, os quais não tinham nos seus bairros.

Nos demais bairros a atividade comercial se resumia as “bodegas” que vendiam uma infinidade de produtos, que iam desde alimentos que compunha a base da refeição típica nordestina (feijão, arroz, temperos e etc.) a utensílios domésticos (vassouras, vasos, panelas e etc.), e ainda, ofereciam uma “vantagem” interessante, o pagamento poderia ser feito a prazo (sem burocracia), que no Nordeste é popularmente conhecido como “fiado”.

Em suma, os bairros campinenses tinham em comum a falta de planejamento urbanístico como a principal característica. Até mesmo o Centro, não possuía uma ocupação racional do espaço, os pontos comerciais se amontoavam sem um projeto urbanístico, consequência desta falta de visão, foi o precoce congestionamento das principais vias desta área.

Uma outra característica “peculiar” a Campina Grande, querer mostrar grandeza através da suntuosidade, ainda que esta magnitude se sobrepunha às necessidades urgentes da população como é ratificado:

Um dos grandes problemas de Campina é a busca da grandiosidade, que só tem paralelo na falta de serviços – água, esgoto, calçamento etc. – e equipamentos – saúde, escola, recreação. Essa tendência manifesta-se nas casas. Aprecia-se muito o estilo “funcional” que troca a solidez e o conforto pelo exagero das cores, a multiplicidade de materiais de revestimento, pedras, canjicas, ladrilhos, azulejos, e murais espalhafatosos. Até os bairros pobres e bem pobres, como Palmeira, por exemplo, percebe-se essa tendência; pode tratar-se de um casebre sem conforto, de cômodos sujos, mas a fachada é pintada de cores ditas na moda, com um frontão ou uma fachada falsa, com linhas quebradas. (DEPARTAMENTO NACIONAL, SESC, 1964, p.37.)

Tamanha é a suntuosidade das “políticas públicas” neste município, que justamente durante este período, onde os serviços públicos básicos não existiam ou funcionavam com extrema precariedade, em Campina se inaugurava o Teatro Municipal

Severino Cabral, obra extremamente moderna e cara, que até hoje chama atenção pelo arrojo arquitetônico.

Outra obra “interessante” e supérflua, se equiparada às necessidades imediatas da população, é a “notória” ideia de se construir em 1964 um viaduto na Avenida Floriano Peixoto, para “descongestionar” e “melhorar” o transporte público campinense.

O transporte público era um dos poucos serviços que funcionavam razoavelmente em toda cidade. Praticamente todos os bairros possuíam linhas permanentes, que ligavam os habitantes aos centros econômicos do município, porém, a qualidade dos ônibus (que eram o principal meio de transporte) deixava a desejar, vale lembrar que na primeira metade da década de 1960 Campina Grande dispunha de uma frota com 35 veículos, sendo estes pertencentes a cinco empresas.<sup>49</sup>

No que condiz ao transporte interestadual, apesar da existência de uma extensa malha ferroviária, as rodovias, através do ônibus e do caminhão, já representava o meio de transporte mais utilizado. Tanto para a condução de pessoas, como para o envio de cargas.<sup>50</sup>

O deslocamento de pessoas em direção a Campina Grande se intensificava, o êxodo rural começava a ganhar diâmetro nacional, e na referida cidade não era diferente, uma frota relevante de ônibus e caminhões se destinavam cotidianamente a Rainha da Borborema.

O desemprego estrutural resultava em mais um problema a ser enfrentado pela administração da cidade, pois, Campina Grande por ter sido desenvolvida a partir do entroncamento de várias cidades, e, caminho tanto para a capital paraibana, como para o Recife, acabava aglomerando uma expressiva massa de desempregados, que por não conseguirem sobreviver no campo, nem nas cidades de menor porte,<sup>51</sup> se dirigiam para as capitais regionais, justamente o que aconteceu com Campina, um exército de desempregados, especialmente, a partir da segunda metade da década de 1950 “invadiram” a cidade.

A força de expulsão do campo, a penúria do trabalhador rural que “sofria” com a expansão da pecuária (atividade rural que necessita de uma pequena quantidade de trabalhadores), falta de crédito rural (o qual descapitaliza o agricultor, onde este fica

---

<sup>49</sup> Ver: *DEPARTAMENTO NACIONAL*, op. cit., p.45.

<sup>50</sup> O serviço de transporte público não está sendo detalhado, por não fazer parte das discussões centrais do estudo.

<sup>51</sup> É importante ressaltar que estas cidades dependem quase que exclusivamente do capital gerado no trabalho rural, e quando as condições econômicas no campo não são favoráveis, seus efeitos são sentidos de maneira imediata nestes municípios, onde a ligação econômica entre campo e cidade é mais aguda.

sem recursos para adquirir insumos), o problema secular da divisão da terra embasada no latifúndio, a monocultura (com todos os seus problemas, em especial, o precoce esgotamento da fertilidade do solo). Somado a força de atração da cidade, resultou num “inchaço” das capitais regionais.

A procura por qualquer tipo de emprego na cidade se intensificava, com um agravante, a baixíssima escolaridade e/ou especialização profissional dos trabalhadores, os quais em grande maioria se destinavam para os trabalhos braçais, chegava-se ao ponto de Campina não comportar mais tamanho contingente de desempregados, como resultado imediato desta oferta desproporcional quando comparado o número de vagas para quantidade de trabalhadores. Restaram aos últimos partirem para migração em direção as metrópoles nacionais, daí destacam-se a rota para Rio de Janeiro, São Paulo e posteriormente Brasília.

O rápido acréscimo populacional que dificultou a entrada no mercado de trabalho, também resultou em problemas nos serviços públicos. Como já foi mostrado, os bairros eram desprovidos de um aparato assistencial que garantisse a população o preenchimento das necessidades básicas para a sobrevivência. Uma prova contundente é a sua evolução demográfica demonstrada no quadro abaixo:

QUADRO Nº11

<b>Distribuição por Zona</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>
Rural	91.874	81.171	27.929
Urbana	81.332	126.274	168.045
<b>Total</b>	<b>173.206</b>	<b>207.445</b>	<b>195.974</b>

Fonte: IBGE, *Recenseamento*. 1950 a 1970.

Ainda sobre o acréscimo populacional há outro dado que ratifica as informações do parágrafo anterior:

QUADRO Nº12

**Tempo de Residência no Município de Campina Grande 1960**

Residentes	Há menos de 1 ano	4.832
	Não naturais da cidade	45.472

Fonte: IBGE, *Recenseamento*. 1962.

Para piorar, a já complicada situação, a estrutura que faltava a população nos bairros, estava exaurida no Centro da cidade, e no bairro de São José. Os serviços de

saúde com dificuldade atendiam a população proveniente dos bairros, a qual não era apenas de Campina Grande e dos seus distritos, mas, de muitos municípios paraibanos.

Os problemas iam desde a quantidade de hospitais, onde existiam em Campina Grande em 1962, três instituições de saúde de grande porte, os serviços médicos estavam centralizados no Hospital Alcides Carneiro do IPASE, Hospital Pedro I (particular), e na Maternidade Municipal Elpídio de Almeida<sup>52</sup>, ao chegar na falta de informação da população que devido a ineficácia do poder público em não oferecer educação em quantidade acessível a maior parte dos cidadãos, e pior de qualidade aceitável aos poucos que tinham acesso ao saber escrito, onde não se conhecia preceitos básicos de higiene. Apenas 30% da população campinense bebia água encanada, o restante, era abastecida através de carro-pipa, latas de água (trazidas no lombo do jumento), e raríssimos chafarizes.

A falta de uma política pública de abrangência nacional, resultava na desinformação a população que acabava por afetar sua saúde e o crescimento profissional, ambos acabava por apontar a raiz do problema, justamente à extrema precariedade do sistema educacional campinense, fato “costumeiro” em outras tantas cidades brasileiras.

Apesar da cidade em 1962 contar com quarenta e seis escolas públicas de Ensino Fundamental, a evasão escolar era muito alta, apenas pouco mais de 54% dos alunos que frequentavam regularmente as aulas, eram ao final do ano letivo aprovadas, as condições socioeconômicas dificultava, e muito, que o estudante concluísse ao menos seus estudos básicos, e, fosse capaz de ler e escrever.

Os problemas se estendiam a estrutura física da sala, a ausência quase que absoluta de recursos didáticos, e especialmente a qualificação dos professores. Os baixos salários aliados à fraca formação dos profissionais da educação, que em sua imensa maioria, tinham concluído no máximo, o que hoje chamamos de Ensino Médio.

Em contrapartida, em Campina ocorria algo no mínimo curioso, enquanto os índices de analfabetismo eram altos, e as escolas careciam de uma infraestrutura básica, o município tinha nada menos que quatro faculdades. Estas eram as instituições de ensino superior da cidade em 1963, a Faculdade Católica de Filosofia, Faculdade de Serviço Social, Escola Politécnica, Faculdade de Ciências Econômicas<sup>53</sup>, fato que destaca as disparidades sociais do município.

---

<sup>52</sup> Ver: CARDOSO, 1964, p. 84-85.

<sup>53</sup> Ver: CARDOSO, op. cit., p. 74.

Entendemos que os problemas apresentados neste tópico, não eram restritos ao município de Campina Grande, nem mesmo a região Nordeste. Entretanto, a todas as cidades brasileiras que sofreram um “inchaço” populacional. Pois, não é apenas uma política municipal de cunho desenvolvimentista que seria capaz de sanar estas limitações, e sim, um projeto de envergadura nacional, partindo do Governo Federal.

Ponto nevrálgico a ser mencionado, era a composição dúbia do desenvolvimento campinense, já que do ponto de vista econômico a cidade havia conseguido ser inegavelmente destaque, mas na ótica do chamado “estado providencial” era um caos, essa foi uma característica do período pós-guerra nos países então chamados de terceiro mundo, os quais tiveram um crescimento econômico nas primeiras décadas da Guerra Fria vinculado a desorganização social, já que obtiveram **crescimento econômico concentrado e dependente**<sup>54</sup>, diferente do crescimento financeiro na Europa e nos Estados Unidos da América, e em geral nos países que passaram a ser chamados de primeiro mundo, onde aquele crescimento econômico e social terceiro mundista teve um período de duração muito curto na história do capitalismo, pois com exceção da Coréia do Sul, nenhum país vítima do neocolonialismo conseguiu alcançar o nível de país dito, desenvolvido<sup>55</sup>.

Mas por retornar ao nosso estudo de caso (Campina Grande), se num primeiro momento apontamos os problemas socioeconômicos, agora seguem os números relativos a força econômica desta cidade:

#### QUADRO Nº13

<b>Receitas da Cidade de Campina Grande em Cr\$ (1967/1969)</b>						
Ano	Impostos	Outras	Participação do ICM	Participação do FPM	Outras Receitas	Total
1967	128.100,00	135.153,00	<b>1.830.331,00</b>	<b>159.979,00</b>	741.087,00	2.994.650,00
1968	259.942,00	110.476,00	<b>2.161.265,00</b>	<b>445.482,00</b>	750.982,00	3.728.147,00
1969	541.915,00	293.017,00	<b>2.896.041,00</b>	<b>441.349,00</b>	1.477.764,00	5.650.086,00
<b>Receitas da Cidade de Campina Grande em % (1967/1969)</b>						
Ano	Impostos	Outras	Participação do ICM	Participação do FPM	Outras Receitas	Total
1967	4,28	4,51	<b>61,12</b>	<b>5,34</b>	24,75	100
1968	6,97	2,96	<b>57,97</b>	<b>11,95</b>	20,14	100
1969	9,59	5,19	<b>51,26</b>	<b>7,81</b>	26,15	100

FONTE:PMCG. *Balanco Geral do Exercício Econômico Financeiro*: Vários anos.

A percepção inicial compreendida, nos mostra que os números do quadro nº 13, nos permitem inferir que no transcorrer destes três anos, todas as chancelas passaram

<sup>54</sup> Grifos do autor.

<sup>55</sup> Ver: BEINSTEIN, 2001.

por alterações positivas. Todavia, o exame das taxas colocadas no referido quadro abalizam que, as únicas mudanças expressivas ocorridas no rendimento da cidade são, justamente, na chancela *outras receitas*, esta rubrica é composta quase que em sua totalidade, pelos repasses das administrações estadual e federal. Em suma, Campina Grande com o passar dos anos foi progressivamente ficando cada vez mais dependentes de outras esferas do poder público.

Outro fato notório é a extensa rede bancária e de cooperativas existente na cidade na década de 1960, como demonstra o quadro a seguir:

QUADRO Nº14

<b>Bancos em atividade</b>	<b>Cooperativas</b>
Industrial de Campina Grande S/A	Mercantil LTDA.
Comércio de Campina Grande S/A	Agrícola de Campina Grande LTDA.
Auxiliar do Povo	Central do Crédito da Paraíba
	Agrícola da Borborema
	Rural de Investimentos

Fonte: *Prefeitura Municipal de Campina Grande*, 1965.

Vale lembrar que o expressivo número de Bancos e Cooperativas as quais tinham as mesmas funções bancárias, serve para explicitar tanto a força do comércio, quanto o impulso das fábricas da cidade.

Apesar das dificuldades apresentadas o governo que sucedeu à administração Severino Cabral, almejava dar uma guinada no desenvolvimento municipal, porém, como foi mostrado no tópico anterior, o governo Newton Rique não conseguiu se quer encerrar o primeiro semestre de seu governo.

## 1.4 A invenção do *Campinismo*

### 1.4.1 Crescimento meteórico via industrialização

Durante a década de 1960 dentro do perímetro urbano campinense, o comércio representava, incontestavelmente, a maior fonte de receita da cidade. Pois, impulsionada pela formidável localização geográfica, situada no entroncamento de várias estradas que cortavam o Estado, facilitando o acesso tanto ao litoral como ao sertão, Campina Grande acabava por concentrar o setor terciário, englobando lojas de varejo e atacado que comercializavam os mais diversos produtos, porém, esta força econômica da

localidade em destaque, não se limitava a questão geográfica, o debate é muito maior, ao englobar os setores da burguesia mercantil campinense, cujos anseios desenvolvimentistas eram canalizados e absorvidos por setores políticos de visão progressista.

Foi através da pujança comercial que Campina Grande se sobressaiu no semiárido nordestino, assim, passou a centralizar uma série de serviços como hospitais, escolas, rede bancária, movimento rodoviário, e até, paróquias ligadas à diocese campinense, entre outros estabelecimentos e instituições, que acabam por vincular vários municípios a sua liderança. Fundamental notar que Campina Grande como todas as cidades brasileiras, as quais tiveram um acréscimo meteórico da zona urbana, “passou” por problemas de assistência social; como escolas, hospitais, creches, vagas disponíveis no mercado de trabalho, disponibilidade de habitações e etc.

A influência de Campina Grande em relação a todo interior paraibano, iam além das fronteiras estaduais, chegando a parte expressiva do Rio Grande do Norte, e a algumas cidades pernambucanas, o alcance do comércio campinense ao Estado que faz divisa com a Paraíba no sentido Sul merece destaque, pois, na referida província existiam dois polos comerciais, a metrópole nordestina (Recife), e uma outra cidade que possuía um comércio em ascensão (Caruaru). Apesar destes dois notáveis mercados, os produtos distribuídos através de Campina Grande conseguiam circular na economia pernambucana, vários municípios dos Estados do Piauí e Ceará, e até mesmo, Alagoas. Ainda que não dominasse a venda de mercadorias nestes estados, vendia aos mesmos, uma quantidade relevante de produtos, que concedia a Rainha da Borborema incomparável posição de liderança em todo interior nordestino.

A liderança comercial se notabilizou, especialmente, pelo domínio do comércio atacadista, o grande propulsor da economia campinense, sobretudo, o mercado de autopeças, com maior raio de abrangência, a Rua João Suassuna que era o grande polo deste produto.

A cidade de Campina Grande que havia perdido parte de seu território, devido à emancipação política de vários distritos que compunham seu território, todavia, o perímetro urbano girava em torno de 61%, sendo em 1960 a dimensão total do município (incluindo a zona rural) de 1800km<sup>2</sup>, cerca de 3% do território total do Estado da Paraíba<sup>56</sup>. Outro dado importante é a densidade demográfica, cujo o censo de

---

<sup>56</sup> Fonte: *Departamento Nacional*, SESC, 1964, p.42.



1960, apontava o aumento da população municipal, onde já passava dos 200 mil habitantes (a vigésima quarta cidade mais populosa do país), o que correspondia a 10% da população total do Estado da Paraíba<sup>57</sup>, obviamente este crescimento populacional tinha fortes vínculos com o apogeu comercial. No entanto, faltava uma estrutura tipicamente citadina, aqui nos referimos a uma rede de serviços públicos como água em grande volume, estação de tratamento de esgoto, energia elétrica em larga escala, entre outros serviços de cunho social que como já foi mostrado, faltavam ao município, para acompanhar o rápido crescimento da cidade, aliado a especulação imobiliária, e, principalmente, a falta de formulação de políticas públicas para o desenvolvimento da comuna, tem imensas dificuldades para adentrar no processo de industrialização. Afinal, um grande polo econômico deveria além de possuir um comércio forte (como Campina Grande já o tinha) deveria ter um parque industrial robusto, desta maneira, nos aponta o quadro da distribuição da população economicamente ativa com forte liderança do setor primário no período recenseado em 1950-1960:

QUADRO Nº15

<b>Setores das Atividades</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>
Primário	67.266	54.112
Secundário	2.163	3.004
Terciário	2.497	3.603
<b>Total</b>	<b>71.926</b>	<b>60.719</b>

Fonte: IBGE – *Censo Agropecuário, Comercial e Industrial do Estado da Paraíba*.

Naquela época se compreendia que a industrialização do município seria fator preponderante para que a cidade se mantivesse na liderança econômica no interior nordestino, a notável disponibilidade para o comércio não podia ser estendida à indústria, como constata Cardoso, (1964, p. 424), “Levando em conta o notável desenvolvimento comercial da cidade, seria de se esperar um desenvolvimento paralelo do seu parque industrial. Contudo, grande desigualdade se verifica entre os setores terciário e secundário.”

Portanto, o próximo passo seria rumo à industrialização, é sobre o desejo de sobrepor este obstáculo que os setores progressistas campinenses desenvolveram seus estudos, e formularam políticas de incentivo a industrialização.

Desde o início do século XX Campina Grande vinha passando por uma evolução econômica, onde os primeiros passos rumo à industrialização estavam sendo atingidos,

---

<sup>57</sup> Fonte: VII Recenseamento Geral do Brasil, IBGE, 1962.

seja através da produção têxtil, oriunda do ciclo algodoeiro, seja durante a Segunda Grande Guerra, com o fornecimento de matéria-prima (extração de minérios) para a indústria bélica.

Imaginava-se que a solidificação de Campina Grande como maior centro econômico do interior nordestino, deveria estar vinculada à questão da industrialização, que era apresentada como a grande mola propulsora do desenvolvimento, e na ótica dos setores progressistas, a cidade crescendo galgada na expansão industrial, todos os demais setores econômicos seriam contagiados, entretanto este projeto passou por uma série de percalços, que vão desde a intenção de ultrapassar o marasmo e a rapinagem das oligarquias rurais, à dificuldade de empreender um projeto audacioso numa região do país que tradicionalmente é excluída dos “grandes projetos” empreendidos pelo governo federal.

O Nordeste, no primeiro momento, estava abastado do projeto de desenvolvimento juscelinista,<sup>58</sup> continuava “beneficiado” pelo controverso DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra Seca)<sup>59</sup>, o qual fez estudos relevantes sobre aspectos físicos da região Nordeste, contudo “não se avançou em nada em termos de entendimento e desvendamento de sua estrutura socioeconômica” (OLIVEIRA, 1977). Também se faz importante destacar o fato de que o citado Departamento, deveria atuar em qualquer ponto do país que fora atingido pela Seca e não somente no Nordeste, mas acabou por ser “raptado” pelas oligarquias nordestinas, ao construir barragens em propriedades privadas, ou ainda, a corrompida formação das “frentes de emergência”, onde os agregados dos “coronéis” e seus “eleitores” eram recrutados como mão-de-obra para atuação nas obras em questão.

Ainda, não se pode esquecer que a política assistencialista, tão “peculiar” às oligarquias nordestinas, também poderiam “correr riscos” com uma política de desenvolvimento embasada na expansão industrial.

Na visão dos setores preocupados com a geração de renda, era preciso criar um órgão federal capaz de viabilizar o desenvolvimento do Nordeste, e como o Plano de Metas estava, sobretudo, compromissado com a questão do estímulo a industrialização, deveria haver um projeto para alavancar a industrialização nordestina. Havia uma forte

---

<sup>58</sup> O desenvolvimento na ótica de JK poderia se concentrar no Sudeste, que espontaneamente se expandiria pelo país, o que de fato nem de longe ocorreu, para tentar sanar este problema criou órgãos federais que se encarregariam de levar as maravilhas desenvolvimentistas às demais regiões do país. Ver: LIMA, 2004.

<sup>59</sup> Para um estudo detalhado sobre a atuação do DNOCS, ver: OLIVEIRA, 1977.

pressão de um pequeno, porém, ativo setor progressista nordestino que idealizava a industrialização, somado, ao importante e decisivo apoio da burguesia industrial do centro-sul.

A ideia de se criar um órgão federal para capitanear recursos para o Nordeste nasceu das discussões entre os setores compromissados com a industrialização para esta região, afinal,

Dentre as muitas manifestações de descontentamento com a política discriminatória do governo federal, destacam-se vários autores e diversas obras de análise da economia da região. Porém, o marco inicial da mudança na política econômica adotada para o Nordeste é, sem dúvida, o I Encontro dos Bispos do Nordeste, ocorrido na cidade de Campina Grande no Estado da Paraíba, em 1956. (LIMA, 1996, p.14-15).

Neste encontro a política econômica do governo federal foi o tema central das discussões, o imenso abismo que separava a economia nordestina do centro-sul permeou os debates, tendo como resultado a elaboração de um documento que apontava as principais deficiências da economia nordestina e em que setores o governo federal deveria investir de maneira mais efetiva.

É notório destacar a escolha de Campina Grande para sediar um evento de tamanha envergadura que teve a participação do presidente Juscelino Kubitschek, já nesta época, Campina Grande se destacava no interior do Nordeste como cidade que estava na dianteira na formulação de políticas públicas para a Região.

Com o intuito de atender as reivindicações dos setores que se organizaram para discutir alternativas de crescimento econômico para o Nordeste, o governo federal cria o GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), que a *posteriori* resultará na SUDENE.

O anseio da industrialização campinense por parte dos setores progressistas, se antecipa à criação do GTDN, logo após o I Encontro dos Bispos do Nordeste em 1956, foi criado um movimento a favor da execução das resoluções acordadas ao término do evento citado.

É proveniente deste movimento denominado Pró-execução das Deliberações do Encontro dos Bispos do Nordeste, que em Campina Grande um grupo de intelectuais que almejava participar da ascensão econômica juscelinista, objetiva colocar a cidade na rota do furor desenvolvimentista.

Deste cenário é criada a FUNDACT (Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica), além deste órgão que estava primordialmente compromissado

com a questão da industrialização do município, a partir da FUNDACT, foram enviados a SUDENE uma série de projetos visando a ampliação, instalação e modernização industrial do município, onde um número expressivo destes trabalhos foram aprovados, colocando Campina Grande na vanguarda da industrialização em todo interior nordestino, no que concerne ao desenvolvimento econômico, superando de maneira incondicional a capital João Pessoa.<sup>60</sup> Como já foi demonstrado, este grupo de notáveis de desenvolvimentistas formaram um movimento político para chegar a administração da cidade através da candidatura de Newton Rique (PTB).

É notável perceber que em meio a todo o processo de políticas desenvolvimentistas destinadas a Campina Grande dentro do recorte temporal delineado neste Trabalho, se faz preponderante destacarmos o elo harmonioso com a industrialização no qual o Governo Estadual do período em foco possuía, desde o Governo de Pedro Gondim<sup>61</sup>, já havia sido iniciado o processo de industrialização mais contundente tanto a nível estadual, como em Campina Grande, porém, o grande impulso a construção do parque fabril ocorreu com a administração estadual de João Agripino<sup>62</sup>, pois este chefe do poder estadual na virada da década de 1960 para os anos 1970, destinou uma extensa gama de projetos de cunho industrializante para as cidades de João Pessoa e Campina Grande.

Dentro do município de Campina Grande percebemos o vínculo político por meio da proximidade do então governante estadual com um político campinense, Severino Cabral, no que dizia respeito à formação da chapa para concorrer ao governo estadual nas eleições de 1965, aliança esta que mesmo não sendo viabilizada<sup>63</sup>, não impediu o forte incentivo ao desenvolvimento de Campina, assim, achamos frutífero sublinhar o aspecto desenvolvimentista do Governador Agripino. Em especial, os recursos disponibilizados para a construção do Distrito Industrial de Campina Grande, além do Distrito dos Mecânicos da mesma cidade, projeto este que desde a administração estadual anterior de Pedro Gondim vinha em desenvolvimento com a autorização para o início das obras em 1963, contudo, ainda sobre Agripino podemos destacar o uso da imensa articulação do então governador com o Governo Federal para alavancar o acréscimo do parque fabril paraibano por intermédio da SUDENE, que a

---

<sup>60</sup> Ver: LIMA, 1996

<sup>61</sup> Para um estudo abrangente sobre a gestão estadual do referido Governador, ver: CITTADINO, 1998.

<sup>62</sup> Uma análise completa sobre a gestão de João Agripino a frente do Governo Estadual consultar: CITTADINO, 2006.

<sup>63</sup> Para entender as tramas políticas estaduais e em especial a campanha eleitoral de 1965 recomendamos CITTADINO op. cit. p.151.

época do Governo Militar angariou recursos relevantes para a Paraíba, onde a grande tônica do período, era atingir a industrialização via incentivos fiscais:

Na verdade, João Agripino comungava com o ideário desenvolvimentista e cepalino propagado pela SUDENE, que via na industrialização a saída para a superação da situação de subdesenvolvimento que caracterizava o estado. Na sua perspectiva, o desenvolvimento industrial, por si só, seria capaz de retirar a população do quadro de pobreza e miséria a que estava submetida. (CITTADINO, 2006, p.266)

Desta maneira, desenvolvimentismo campinense e Governo Estadual caminhavam sintonizados na mesma frequência, onde uma maior envergadura do Parque Fabril arrebataria o crescimento econômico do Nordeste.

## CAPÍTULO 2 – EM MEIO AO CRESCIMENTO E A SUBMISSÃO: O AUGUE DO DESENVOLVIMENTISMO CAMPINENSE DURANTE O REGIMENTO DA CASERNA

### 2.1 As tensões dos anos 1950 e o desfecho autoritário

A segunda metade dos anos 50 foi marcada por um período de instabilidade política apesar do temporário crescimento econômico, onde pairava o constante perigo de um golpe de Estado, ainda assim, o Brasil durante boa parte do governo JK conseguiu manter suas instituições “democráticas” sem maiores percalços.

Esta placidez foi interrompida com as debilidades do projeto empreendido pelo governo federal, a paz já no final da década de 50 começara em definitivo a se despedir do cenário político nacional, o Brasil entrava na década de 60 numa expressiva ebulição política e social, as quais têm seus pilares no fracasso econômico da política desenvolvimentista.

A sequência dos dois governos que assumiram o poder do país após a era JK não conseguiram contornar a intensa efervescência política que atingia os mais diversos setores da sociedade. Esta fervura ideológica desembocou na instabilidade política que permitiu aos militares chegar ao poder em 64.

É este período de eclosão das disputas por espaços na vida política do país que os recortes históricos a seguir irão analisar, obedecendo ao corte temporal dos fatos, cronologicamente parte do governo JK, passa, pelo controvertido governo Jânio Quadros, analisa o caos político-econômico do governo Goulart, culminando com a chegada dos militares ao poder, e, suas primeiras medidas econômicas.

Em meio à instabilidade política que o país passava desde o início do segundo governo Vargas, e que teve seu apogeu com suicídio deste presidente, o Brasil estava sob a tensão de um possível golpe de Estado, a eleição de Juscelino Kubitschek que era oriundo da base varguista (JK foi eleito pela coligação PSD-PTB), agitava ainda mais o já tenso cenário político brasileiro.

A instabilidade política foi eminente no período de transição do governo Café Filho (vice-presidente da república) para o governo JK, pois havia uma forte tendência a um possível golpe de Estado. Defendido, sobretudo, pela UDN, principal partido de

oposição. Porém, esta tentativa de golpe não obteve êxito, pois mediante a comoção popular causada pelo suicídio de Vargas, tal projeto foi inviabilizado. Com isso, os militares se retraem e esperam dez anos para deferirem o golpe.<sup>64</sup>

A confirmação da eleição de JK com a consequente política econômica adotada pelo governo, resultou numa certa estabilidade política, lembremos que JK venceu a eleição com uma votação modesta (cerca de 36% dos votos válidos). Para compreensão do cenário político da década de 1950, se faz interessante destacar a ampliação do número de eleitores aptos ao sufrágio, aliado a representação numericamente mais expressiva no Legislativo Federal de políticos oriundos dos Estados mais pobres, como também é interessante sublinhar o aumento das forças políticas dos grandes centros urbanos<sup>65</sup>. Neste contexto, se reportar ao governo Kubitschek é tentar vislumbrar sua visão administrativa. Ao olhar a economia brasileira neste período, JK se apresenta por intermédio do Plano de Metas, mesmo porque, Segundo Celso Lafer<sup>66</sup>, Kubitschek teria sido o primeiro candidato a presidente da República a embasar sua campanha eleitoral em questões de planejamento como solução para os problemas brasileiros. Nesta interpretação, JK teria sido um caso bem sucedido de implementação de um plano de governo, ao saber conciliar o desejo de consumir das elites com a necessidade das massas, as quais, sempre iriam primordialmente ambicionar oportunidades de emprego, a liderança capaz de se locomover entre estes dois espaços de pressão política, teria força para lançar e atingir uma meta de governo.

A divisão metodológica coerente com a “Era JK”, defendida por Celso Lafer<sup>67</sup>, afirma que a administração em pauta, teria caminhado por um amplo planejamento da realidade brasileira dos anos de 1950, visualizando o país a partir de três etapas, diagnóstico da situação, proposição de objetivos e implementação do Plano. Todo este arcabouço de ideias teria como síntese uma enérgica política de industrialização, fato que acreditamos também ter sido professado pelos entusiastas do desenvolvimentismo em Campina Grande. Conceitualmente a percepção de desenvolvimentismo, caminharia por centralizar o crescimento econômico em investimentos maciços em transportes e

---

<sup>64</sup> Para um estudo detalhado do período relativo à tentativa frustrada de golpe de Estado em 1954, ver: SKDIMORE, 1982.

<sup>65</sup> Ver: LAFER, 2002.

<sup>66</sup> Apesar do minucioso estudo do Plano de Metas elaborado pelo referido autor, discordamos do conceito de *populismo* adotado pelo mesmo, ao creditar veracidade à ideia de conciliação de interesses entre as elites (agroexportadora e industrial) e a pessoa do presidente, que com seu carisma, conseguiria o controle político das massas, as quais seguiam “hipnotizadas e submissas” ao líder popular. Ver FERREIRA, 2001. p. 59-124.

<sup>67</sup> Ver: LAFER op. cit. p.25.

energia, pontuando os problemas de infraestrutura na cidade e/ou no país, questões que se resolvidas, desaguaria na inevitável industrialização, alicerçado na geração de infraestrutura e na substituição progressiva das importações.

O presidente recém eleito subiu ao poder sob o olhar desconfiado do capital externo, que naquele momento tinha se despedido de bandeiras nacionais, o que facilitou a sua entrada em várias economias nacionais. Este capital adentra nas economias nacionais sobre a batuta de grandes corporações, as quais têm a política liberal como componente ideológico.<sup>68</sup>

O investimento para entrar num determinado país deveria estar “protegido”, o governo seria responsável por uma série de medidas para garantir o lucro do montante injetado na economia nacional, ou seja, a negociação não era entre nações, mas entre financistas internacionais.<sup>69</sup> Neste momento, expandiram-se não as bandeiras das nações imperialistas, mas as logomarcas dos oligopólios, aliada a especulação do mercado financeiro, que são gerenciados por burgueses de várias nacionalidades, resultado desta política foi a criação da Comissão de *Bilderberg*.<sup>70</sup>

A Europa estava reestruturada e nessa vertente também se pode incluir o Japão (além dos EUA que vinha desenvolvendo sua supremacia desde o início do século XX), estes países passaram a ter capital disponível para investimentos externos, ou seja, se a burguesia internacional tinha dinheiro de sobra em caixa, JK tinha um país de dimensões continentais para receber este capital, assim, disponibilizava ampla liberdade ao capital externo para que o mesmo (literalmente) invadisse a economia brasileira, fazendo justamente o oposto do que era defendido pelo projeto varguista. Importante ressaltar que este momento da industrialização brasileira não teve nada de idílico, muito pelo contrário, pois estas multinacionais vieram para o Brasil obter o máximo de lucro possível, ao procurar compensar na América Latina, a margem de lucro não conseguiam mais obter nos Estados Unidos e na Europa<sup>71</sup>.

O capital estrangeiro compôs o tripé do projeto desenvolvimentista, pois forneceu máquinas, tecnologia e investimentos diretos em dinheiro (por meio de

---

<sup>68</sup> Sobre essa transnacionalização do capital internacional ver: BRUM, 1998.

<sup>69</sup> Corporações que tinham capital disponível, e buscavam mercados emergentes para investirem seus recursos, conquistando lucro através da obtenção dos juros e/ou por meio de investimentos na produção manufatureira.

<sup>70</sup> Instituição criada para defender os interesses empresariais das corporações estadunidenses e europeias, planejando as estratégias que seriam adotadas para manter a obtenção de lucro e mediar às disputas entre as potências capitalistas. Ver: BRUM, 1998.

<sup>71</sup> Ver: FERNANDES, 2009.



empréstimos). Com isso, o Brasil ficou mais globalizado, refém em definitivo das especulações internacionais, a política desenvolvimentista colocou o país a mercê das necessidades do capital externo, laços que se perpetuaram na economia nacional.

É difícil caracterizar o governo JK por uma única medida econômica, mas, se no plano externo dependia do capital de risco,<sup>72</sup> no contexto interno se embasou em dois aspectos: inflação e empréstimos compulsórios. Medidas econômicas que vieram a eclodir de forma maciça e determinante no final de seu governo.

A profissionalização do Serviço Público no Brasil na ótica do governo JK, deveria alcançar a difícil missão de conseguir conviver e manter os “empregos de favor”, ainda que estes fossem nos postos de menor importância, segundo critério criado pelo próprio Kubitschek, mas acima de tudo precisaria maximizar a capacidade de solucionar problemas e gerir a máquina pública nas principais estatais, como BNDE, Banco do Brasil, SUMOC<sup>73</sup>, nestes órgãos fundamentais para a execução do Plano, apenas profissionais com os devidos méritos ocupariam cargos relevantes. Ainda assim, coexistia o posicionamento dubio em relação ao serviço público, pois haveria o aumento da capacidade administrativa simultâneo à persistência da política de clientela (LAFER, 2002).

É importante pontuar que a maior parte da heterogênea burguesia nacional<sup>74</sup> rapidamente se aliou ao capital externo, pois percebeu que poderia obter lucro alto (ou relativamente alto se comparado ao obtido pelas multinacionais), em pouco espaço de tempo, através do fornecimento de produtos que não necessitavam de alto grau tecnológico para serem produzidos.<sup>75</sup>

O Estado na política desenvolvimentista, atendia a um dos baluartes da burguesia contemporânea, estava paulatinamente diminuindo suas intervenções na área

---

<sup>72</sup> Compõe o capital de investimento direto, como a instalação de fábricas multinacionais num determinado país. Porém, no Brasil este capital corria pouquíssimos riscos, pois a economia estava sob o julgo do capitalismo internacional, o mercado brasileiro já pertencia aos detentores do capital de risco, antes mesmo da sua chegada ao país. Ver: BRUM, op. cit. p. 142.

<sup>73</sup> O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico foi o principal financiador do Plano de Metas e a Superintendência da Moeda e do Crédito agiu como coordenadora da política cambial e controle das importações, onde os produtos deveriam ser importados de acordo com a relevância para a industrialização do país. Ver: LAFER op. cit. p.55-96.

<sup>74</sup> Aqui se entende que com exceção da incipiente burguesia industrial que financiava sua produção com capital nacional, a qual foi extremamente prejudicada com o Plano de Metas, afinal a indústria nacional ainda não tinha como competir nem qualidade, e principalmente, em termos de preços, com os manufaturados multinacionais. Retirando desta análise este setor da classe dominante, os demais setores desta camada foram profundamente beneficiados pelo projeto econômico juscelinista.

<sup>75</sup> O exemplo clássico deste “fenômeno” é a chegada da indústria automobilística, principalmente, a vinda da alemã Volkswagen, a indústria nacional em ampla maioria, se limitou (e satisfaz) em fornecer componentes que não necessitassem de tecnologia avançada para serem produzidos como estofados, parafusos, vidros e etc. Ver: BRUM, op. cit. p. 206.

econômica. Assim, JK conseguiu apaziguar as intenções golpistas durante o seu governo.

Para entender a ideia postulada no parágrafo anterior, é interessante conhecer o raciocínio que foi utilizado pela burguesia agro exportadora, deu-se por satisfeita, pois, agora exportava cada vez mais, e nesse furor econômico não entrou em debate a questão da Reforma Agrária.

As classes médias e baixas dos grandes centros urbanos no primeiro momento simpatizavam a política econômica do governo JK, a oferta de emprego e o valor dos salários estavam em crescimento constante, mediante a vinda de várias indústrias, que necessitavam de mão-de-obra, além da construção da Capital que estimulou a migração de uma imensa quantidade de trabalhadores, principalmente, operários da construção civil.

Contudo, o desenvolvimentismo juscelinista teve seus limites, que começavam a expor suas debilidades no final do seu governo, como estava embasado no empréstimo compulsório oriundo das grandes corporações, no momento em que estas empresas conquistaram o espaço que almejavam, diminuem drasticamente o montante de capital que dispuseram para o Brasil. Nesta perspectiva, vai desmoronando a estabilidade política e econômica do país, com um agravante, os conglomerados exógenos passaram a intervir constantemente na política nacional, fazendo valer suas posições, pois, os setores mais dinâmicos da economia ficaram sob o domínio multinacional, assim, o Brasil se despede em definitivo de autonomia para adentrar no mercado internacional.

As imensas remessas de lucros das multinacionais para suas matrizes, provocaram uma fuga de capitais, a massa do lucro obtido no Brasil não circulava na economia nacional, além da falta de propagação do desenvolvimento tecnológico de cunho nacional. O Brasil não desenvolveu um arcabouço tecnológico, os conhecimentos técnico-industriais não foram nacionalizados, em consequência, não foi desenvolvida pesquisa, as máquinas que foram utilizadas nas indústrias eram (assim como a propriedade das mesmas) internacionais, e em muitos casos obsoletas.

As limitações do governo JK desembocaram nas instabilidades político-econômicas que marcaram a década de 1960, o Plano de Metas custou caro à sociedade brasileira, a sucessiva busca de empréstimos no exterior, somado a consecutiva corrosão salarial, além das constantes elevações dos níveis de emissões, exaurem a economia nacional.

Fato notório, é que a classe baixa durante e após o governo JK entrou, ou quis entrar, na sociedade de consumo, se endividando e abraçando os preceitos da classe média, esta última que insiste em querer viver a realidade burguesa. Para tanto se desenvolve uma forte indústria de *marketing*, a exemplo,

A Propaganda, através dos meios de comunicação social cada vez mais eficientes e eficazes, divulga os produtos, cria necessidades, amplia a faixa de consumidores, atingindo também os segmentos da classe média, e, em alguns casos, certa percentagem das classes de menos renda, cujos interesses são constantemente espicaçados pela insistência dos convites da sociedade de consumo (ou consumismo), levando-os frequentes vezes a sacrificarem necessidades essenciais para poderem adquirir artigos dispensáveis ou supérfluos, geralmente em suaves (ou “suáveis”?) prestações. (BRUM, 1998. p. 138)

A massa da sociedade brasileira não participou das mudanças econômicas, o cidadão pobre permaneceu nesta situação, mesmo em meio às vultosas remessas de dinheiro que chegaram ao Brasil neste período.

Nas questões mais próximas ao debate político concernentes ao período Kubitschek, é importante sublinhar que JK foi o único Presidente do período democrático, cujo mandato conseguiu obter relativo desenvolvimento econômico e chegou juridicamente ao seu fim sem ser interpelado por um Golpe de Estado exitoso, onde acelerou o sistema capitalista de produção sem sacrificar o sistema democrático, ainda mais, com a criação do conceito de nacional-desenvolvimentismo, ficou perceptível um vínculo com o grupo ruralista (conservador e autoritário) e o nacionalista econômico (reformista e popular).

Dentre suas características, o desenvolvimentismo juscelinista manteve um firme compromisso com a democracia, e com a mesma, conseguiu encampar um projeto de industrialização de tipo capitalista (MOREIRA, 2003, p. 159), essa prática política, eleitoralmente foi incontestavelmente exitosa de acordo com os índices de aprovação de seu governo ainda em 1961, onde parte expressiva da população da cidade que estava se despedindo da condição de capital federal, o Rio de Janeiro, lhe considerou um governo exitoso<sup>76</sup>.

O juscelinismo teria feito a “revolução Industrial Brasileira”, ou criar ao controversa tendência de industrializar o país lastreado no capital externo, ainda assim,

---

<sup>76</sup> Para consultara aprovação do Governo JK não só na cidade do Rio de Janeiro, mas em todo o Estado da Guanabara, ver: MOREIRA, 2003, p. 161.

houve uma íntima aproximação de sua gestão com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que defendia o crescimento econômico galgado na industrialização imediata do país, com seus posteriores produtos majoritariamente destinados ao mercado interno, a ideia balizar do ISEB e por conseguinte de JK, era defesa da aliança entre os setores ditos progressistas, na linguagem da época “setores sociais dinâmicos os quais seriam burguesia, proletariado, camponeses e a nova classe média sob a direção da burguesia nacional (MOREIRA, 2003, p. 162), com a propagação do ideário do crescimento econômico nacional para tecer uma aliança entre estas classes dinâmicas contra os segmentos apontados como “arcaicos”, os quais seriam a elite agroexportadora. Os isebianos acreditavam que os ruralistas eram contrários a industrialização, ainda assim, o ISEB e JK tiveram um discurso muito próximo, onde este Instituto participou da imensa base política do então Presidente, junto com o PSD e o PTB, ao ser liderado pelo seu vice Goulart, o que dava a Kubitschek um aspecto centrista.

Ainda sobre o ISEB, vale destacar sua visão dos principais problemas que o Brasil deveria superar, era apontado como grande obstáculo para o desenvolvimento do país não a oposição ferrenha da União Democrática Nacional, mas o poder dos latifundiários, a seu ver seriam propensos inimigos da industrialização, fato este merecedor uma análise mais apurada.

A visão de desenvolvimento dos agroexportadores não era tão distante da creditada pelo ISEB e JK, segundo, Vânia Maria Lousada Moreira, havia por parte dos latifundiários, um incentivo sim à industrialização desde que ele viesse acompanhada de uma modernização do campo, já que o setor agroexportador tinha um inegável peso financeiro para o país, era desejo dos ruralistas o fomento a pesquisas que maximizassem a produção rural, a construção de rodovias interligando os pólos econômicos do país, em especial, a faixa litorânea a todo o interior, daí seu apoio em massa a edificação de Brasília, mas este “progressismo” ruralista tinha seus limites, o principal deles podemos dividi-los em quatro pontos: Proibição do voto para analfabetos; negação do imposto progressivo sobre as grandes propriedades rurais; repúdio a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural; contrários a qualquer possibilidade de redistribuição de terras.

Desta maneira, ainda de acordo com Moreira (2003, p.181) o projeto ruralista se embasava em outros três tópicos: Maior integração entre indústrias e agropecuária; modernização da agricultura; manutenção da Grande propriedade rural.

O governo JK se esquivou de encampar o projeto de Reforma Agrária, mesmo este debate sendo fervilhante nos anos de 1950, acabando por ocorrer a chamada “Nova Marcha para Oeste”, estruturada na expansão agrícola e latifundiária, e excluindo posseiros, indígenas e pequenos proprietários, justamente a maior parte da população brasileira que no período se concentrava no campo, compondo nada menos que 70% da população nacional<sup>77</sup>, fato este com calamitosa consequência na exclusão da cidadania para ampla arte dos brasileiros, fica nítida a questão da cidadania não ter atingido o mesmo desenvolvimento meteórico vigente no crescimento econômico, afinal,

A maior parte da população continuou à margem dos benefícios gerados pelo desenvolvimento e crescimento da economia. (...)JK não conseguiu elevar o nível de vida dos sertanejos, não superou as disparidades regionais, apesar do incontestável crescimento quantitativo da economia, não conseguiu reduzir a pobreza. (MOREIRA, 2003, p. 191)

O conceito de desenvolvimentismo engloba fatores como a industrialização, modernização da sociedade nacional, reformas profundas no sistema político eleitoral, na administração do Estado, estrutura agrária, educação e nas relações internacionais (MOREIRA, 2003, p. 161). Contudo, a industrialização seria o grande vetor desta plataforma de governo, momento em que apontaria o caminho para a superação do subdesenvolvimento, ainda mais, se estivesse vinculada as demandas do mercado interno.

Exposta a mentalidade desenvolvimentista se pode entender a inquietação dos setores nordestinos vinculados à geração de renda, e o incômodo que estes setores causavam as oligarquias rurais, que “dominavam” o cenário político nordestino, assim, estes últimos forjaram articulações políticas para que os recursos que chegariam via SUDENE atrasassem o seu destino, tanto que as verbas deste órgão só começaram a adentrar na região no governo Goulart. E ainda, a SUDENE se desvia quase que completamente do seu projeto inicial, entre outros fatores, canaliza recursos para áreas e empresas que de fato não precisavam de auxílio governamental.

Era nesta conjuntura que o Brasil iniciava a década de 1960, passando por uma intensa ebulição política, a qual se estendia a área social, econômica, e até mesmo, religiosa. A sociedade buscava alternativas para o desenvolvimento do país, porém, estas “escolhas” se davam num contexto de intenso embate ideológico, onde por mais

---

<sup>77</sup> Ver: MOREIRA, 2003, p. 181.

que seja diferente o poderio econômico das distintas camadas sociais, todas almejavam delinear um “futuro” para o Brasil.

A sociedade se divide, basicamente, em dois setores (que não são homogêneos), os nacionalistas, em grande parte ainda influenciados pela vertente desenvolvimentista, que acreditavam num projeto de desenvolvimento autônomo, utilizando o capital externo segundo as necessidades do país, sob um intenso ideário da formação de uma burguesia nacional, comandante dos rumos de nossa economia, e desagregada da supremacia dos oligopólios internacionais. A esfera nacionalista aglutinava uma infinidade de setores populares, entidades estudantis de nível médio e superior (nacionais e estaduais), o operariado urbano, através dos sindicatos, maior parte da pequena burguesia, amplos setores da juventude católica, parlamentares de vários partidos, entre outros grupos e entidades de classes. Os atores políticos que compõem este setor partiram para o confronto de ideias de maneira aberta e intensa, mais adiante, durante o Governo Goulart, neste momento, esta força política está em fase de articulação, e com o agravamento da crise este processo de formação ideológica se acelera.

Num outro extremo estava o outro setor, que neste trabalho foi denominado como entreguistas, grupo composto por maior parte da alta elite da sociedade brasileira. Elite que sempre foi “abençoada” pelo Estado, o qual em momentos de crise abdicou de um projeto nacional,<sup>78</sup> para manter as relações cartoriais e clientelistas que tanto satisfazem esta camada social.<sup>79</sup> Preferindo se aliar ao capital especulativo,<sup>80</sup> ocupando papel coadjuvante, no que condiz a investimentos na cadeia produtiva “a burguesia nacional torna-se ‘sócia-menor’ do capital estrangeiro” (BRUM,1998, p.254).

As relações antagônicas dos setores postulados nos parágrafos anteriores estavam caminhando para uma fase de enfrentamento, pois, a economia brasileira estava à beira de um colapso, por isso, é importante ressaltarmos que o Governo JK deixava

---

<sup>78</sup> Algo que englobasse um desenvolvimento em longo prazo, e fortalecesse a economia nacional, para em seguida, adentrar de maneira autônoma no mercado internacional.

<sup>79</sup> As elites brasileiras, desde a sua formação como tal, nunca abdicaram do lucro imediato em prol de um projeto nacional, projeto em que ela mesma seria a maior beneficiada, e que o único ônus seria “domesticar” temporariamente sua ganância consumista. Esta classe no Brasil, acaba por adquirir uma característica ímpar no mundo capitalista, o aspecto reacionário, o qual se difere das burguesias internacionais, sobretudo, as elites que hoje habitam nos países desenvolvidos, estas (ao contrário da brasileira) foram entusiastas das mudanças.

<sup>80</sup> Este capital é o que não gera emprego, ou qualquer riqueza eminente para o país, serve apenas para enriquecer a burguesia internacional e parte minúscula da burguesia brasileira. Adentra nos setores mais dinâmicos da economia, “comprando” títulos da dívida pública, deixando o país refém da conjuntura internacional.

como herança ao sucessor, a economia extremamente dependente as multinacionais,<sup>81</sup> com a indústria nacional que persistia em manter-se no mercado, agora, mais do que nunca, cambaleando.

Afinal os setores mais rentáveis da economia estavam ao dispor do capital externo, o desemprego alcançava índices alarmantes, a inflação reduzia o poder de compra, as camadas médias e baixas, assim como o campesinato,<sup>82</sup> reivindicavam maior espaço na vida política do país. Em suma, a situação da economia brasileira resumia-se em uma palavra: recessão. Nesta ebulição político-social os grupos conservadores conseguiram eleger Jânio Quadros.

Jânio Quadros de origem conservadora subia ao poder sem o apoio da maioria do Congresso, onde não contava com os recursos provenientes do Estado, pois este havia sido escamoteado pelo desenvolvimentismo juscelinista, e o capital externo já havia ganhado o espaço que desejara, além da desconfiança em relação ao novo presidente, que cada vez mais se apresentava como uma incógnita.

A falta de uma base forte no Congresso vai progressivamente diminuindo a governabilidade do presidente, que sem saída, tentou flertar com os setores populares, porém, mediante a incapacidade de articulação política do chefe do executivo nacional também não obteve êxito.

Restando a Jânio Quadros partir para a renúncia, esperando o apoio da elite política conservadora,<sup>83</sup> o que não ocorre. Seu tempo de Governo foi extremamente curto (pouco mais de seis meses), não conseguindo sustentação nem mesmo próximo aos setores que o elegeu.

A instabilidade política se acentuou com a chegada de João Goulart ao poder,<sup>84</sup> varguista declarado, que a época da renúncia do então presidente Jânio Quadros, estava fora do país, em visita a China socialista. Os entreguistas aproveitando sua ausência,

---

<sup>81</sup> A política desenvolvimentista deixou o capital transnacional ir além da economia, chegando à política, e como na primeira passando a influenciar nas decisões internas do país, aliado a elite conservadora.

<sup>82</sup> O camponês brasileiro politicamente se conscientiza enquanto classe, observa sua essencial participação para produção de riquezas do país, reivindica melhores condições de trabalho, o que resulta na formação das Ligas Camponesas, uma organização que luta na esfera política e social pela Reforma Agrária. Para um estudo aprofundado da atuação das Ligas. Ver: BENEVIDES, 1985, p. 32 e segs.

<sup>83</sup> Jânio Quadros imaginava que seria capaz de provocar aflição junto à elite entreguista, partindo do pressuposto que o vice-presidente João Goulart era discípulo de Vargas, portanto, um potencial adversário aos interesses transnacionais. Ver: BRUM, op. cit. p. 142.

<sup>84</sup> Na época havia eleição direta para a vice-presidência da República, onde este cargo poderia ser ocupado por um candidato de chapa diferente, o que ocorreu neste momento. Ver: IGLESIAS, op. cit. p. 78.

forjaram uma articulação de cunho parlamentarista<sup>85</sup> para impedir a posse de Goulart, ou seja, à volta do populismo.

Nesta etapa o grupo vinculado ao capital externo, sofreu uma expressiva derrota, com a formulação de um plebiscito no qual a população votou a favor do retorno ao presidencialismo. Assim João Goulart volta em pouco espaço de tempo ao poder efetivo.

À volta de Goulart ao poder não significou um novo apogeu do trabalhismo, pois mediante a conjuntura político-econômica, o ideário trabalhista já não correspondia às necessidades da população carente, estas estavam num grau quantitativo e qualitativo de discussões à frente das propostas trabalhistas, e pior, a vertente trabalhista ainda continuava a despertar o ódio conservador.

Como em todo período de crise a sociedade buscou uma saída para o impasse, estava em pauta uma discussão central que definiria quais políticas o país deveria adotar, o Brasil deveria continuar vinculado à supremacia financeira do capital transnacional, seguindo a cartilha do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, ou, bancar um projeto de cunho nacionalista, com desenvolvimento efetivo e sólido em longo prazo. Os atores políticos já estavam bem definidos.

Goulart inicialmente tentou forjar um projeto de desenvolvimento tímido, muito alinhado aos “conselhos” do grande capital, denominado Plano Trienal.<sup>86</sup> No entanto, este esboço não condizia com as lideranças vinculadas ao presidente, estas desejavam algo mais radical, capaz de fomentar mudanças estruturais, algo até então jamais proposto,<sup>87</sup> de maneira eminente pelas forças trabalhistas, este ideário estava exposto nas Reformas de Base.<sup>88</sup>

---

<sup>85</sup> O grupo de oposição a João Goulart consegue provisoriamente implantar o parlamentarismo (onde o presidente da República é apenas uma figura ilustrativa) no Brasil, alçando ao cargo de primeiro ministro três personagens, entre estes, um legítimo representante dos interesses da burguesia nacional vinculada ao capital externo que num futuro próximo ganhará destaque meteórico na política nacional, o mineiro Tancredo Neves.

<sup>86</sup> Este projeto foi elaborado logo após a volta ao presidencialismo, o Plano Trienal, criado pelos economistas Santiago Dantas e o paraibano Celso Furtado, seria a plataforma do governo Goulart para o restante do seu mandato. Todavia, este projeto estava profundamente vinculado às exigências de instituições financeiras internacionais como FMI, logo, entrou em contradição com as bases nacionalistas do governo federal.

<sup>87</sup> Vargas em nenhum momento ao longo do seu Primeiro Governo, nem mesmo no Segundo, onde estava muito mais alinhado aos anseios das massas, arquitetou um Plano que rompesse com os laços de vício da burguesia brasileira em relação ao Estado, ou se quer, ousou contestar a composição latifundiária do país. Portanto, as Reformas de Base atacavam direto os principais baluartes da burguesia reacionária brasileira.

<sup>88</sup> O comício realizado na Central do Brasil no dia 13 de março de 1964, na cidade do Rio de Janeiro, que reuniu mais de 150 mil pessoas, foi o momento decisivo do governo Goulart, pois, naquela ocasião o



Mais uma vez as elites conservadoras (que até o momento estavam um tanto dispersas) rapidamente se juntaram em torno de um projeto para obtenção do poder, não havendo nada de inédito, assim como das outras vezes, este “projeto” era embasado pelo capital externo. Na ótica reacionária<sup>89</sup> da direita brasileira, o Brasil estava próximo de uma revolução socialista.

Portanto, eram necessárias medidas “preventivas”. Estas elites que delinearam a situação política e econômica, as quais levaram Vargas ao suicídio, estavam cientes da situação adversa, e se a morte de Vargas em 1954 impediu o Golpe de Estado naquela época, neste momento as forças reacionárias estavam mais preparadas e se anteciparam ao grupo de Goulart,<sup>90</sup> deflagraram o “pânico comunista” na cúpula das Forças Armadas e em vários segmentos da imensa comunidade católica,<sup>91</sup> trazendo setores decisivos da sociedade para seu lado.

Contudo, não haviam indícios revolucionários de cunho socialistas propostos pelas Reformas de Base, estas aglutinavam um arcabouço de medidas que visavam melhor estruturar a economia nacional, para melhor se adequar aos desafios do mundo capitalista, pois

A burguesia industrial brasileira, junto com os minifundiários e os sem-terra, seriam os grandes interessados e principais beneficiários. No entanto, a burguesia nacional sempre esteve vinculada estreitamente ao latifúndio; nunca foi revolucionária. Surgira e evoluíra a sombra e sob a proteção do Estado-paternalista-*populista*. Retardatária, sem visão histórica, ao invés de colocar-se à frente do processo das reformas, a elas se opôs vigorosamente, preferindo a aliança com as corporações multinacionais. Unindo-se aos mais forte, será levada progressivamente a uma acentuada subordinação e em muitos casos engolida e marginalizada. (BRUM, 1998, p. 142.)

---

presidente levou ao conhecimento público seu desejo de implementar os projetos contidos nas Reformas de Base.

<sup>89</sup> Parte da elite brasileira (atordoada pela a ideia da desconcentração de renda contida nas Reformas de Base) entrou em desespero, seus intelectuais ressuscitaram a “ameaça comunista”, ainda que a ideologia comunista não fosse característica do trabalhismo varguista. Fazer a “revolução comunista” não era intuito das lideranças vinculadas ao presidente Goulart. A direita sabia disto, mas também era de seu conhecimento, o tamanho do pânico que poderia ser disseminado na iletrada sociedade brasileira uma eminente “ameaça comunista”.

<sup>90</sup> Lideranças como Leonel Brizola e Miguel Arraes (que canalizaram os ideais postulados nas Reformas de Base, a qual teve suas diretrizes construídas nos movimentos populares), estes políticos não conseguiram acompanhar as forças reacionárias vinculadas ao capital externo, os atores políticos nacionalistas, perderam a cadência dos acontecimentos. E assim, a elite vinculada ao grande capital mostrou mais uma vez ao longo da História do Brasil, estar mais articulada, efetivando seus “projetos” de aliança com o capital transnacional.

<sup>91</sup> O comunismo para grande parte dos clérigos católicos “era” visto como a doutrina de satã, portanto, deveria ser expurgado do Brasil.

Parte notável da historiografia aponta como “culpado” pelo sucesso do Golpe Civil-Militar de 1964 tão somente a figura do Presidente Goulart, seria este apenas um líder “populista”, logo demagogo, cerceado pela direita que, entre outras coisas, o indicava na condição de corrupto, e parte das esquerdas o classificava pejorativamente como um “líder burguês de massa” (Ferreira, 2003, p.346) sem vontade real de prover reformas sociais aclamadas pelos trabalhadores, resumidamente, toda as responsabilidades referentes ao Golpe deveriam ser interpretadas como a limitada capacidade do citado presidente em governar. É por justamente ao se distanciar destes personalismos, e ao adotar as percepções da “Nova História Política”, que sugerimos ampliar o debate.

Ainda na historiografia nacional, uma determinada vertente responsabiliza a encampação exitosa do Golpe reduzindo-o a questões econômicas, onde seria vislumbrada uma disputa entre o setor agrário-exportador com os industriais nacionalistas, o que em nossa compreensão, apesar da relevância já demonstrada no percurso dos aspectos econômicos, a economia sozinha ou superestimada não é capaz de explicar os acontecimentos.

Segundo Jorge Ferreira (2003, p. 347) ainda há uma vertente que interpretou a efetivação do Golpe, a chamada “Grande Conspiração”, na referida perspectiva, a “culpa” seria em conjunto dos Estados Unidos da América, militares conservadores e da ala tradicionalista da Igreja Católica.

Neste momento se faz nosso objetivo traçar um rápido panorama do turbilhão de acontecimentos políticos que ratificam a delicada condição de se administrar o país num período de proeminente instabilidade sócio-política, assim, ainda na fase parlamentarista com seus poderes políticos reduzidos, o Governo Goulart, cancelou a concessão de exploração de minério de ferro em Minas Gerais para um grupo norte-americano, o *Hanna Company*<sup>92</sup>, e ainda deu continuidade ao projeto de política externa independente que vinha sendo encaminhado desde seu antecessor, daí para frente, a abrangência dos problemas enfrentados pela gestão federal podem ser sintetizados em duas esferas:

- a) Internacional: A citada noção de política externa independente, com a fuga da bipolarização da Guerra Fria, ou até mesmo, o distanciamento dos

---

<sup>92</sup> Ver: FERREIRA, 2003, p.348.

conselhos estadunidenses relativos ao bloqueio econômico de Cuba e uma intervenção militar naquela Ilha, além da aproximação diplomática com o governo soviético.

- b) Nacional: O crescente sentimento entre parte dos oficiais militares em aderir a ideia de golpismo; a pressão das Ligas Camponesas em se viabilizar a Reforma Agrária; o eminente extremismo de algumas forças políticas que apoiavam o Governo; intensa crise econômica com disparada da inflação; a força do movimento estudantil através da União Nacional dos Estudantes, que pressionava o Governo, guiado por tendências comunistas; a inabilidade de negociar e se aproximar do grupo dos subalternos das Forças Armadas, em especial, dos sargentos que ganhavam projeção política.

Desta maneira, não se sustenta a hipótese de se reduzir a inserção dos militares no cenário político nacional apenas a suposta incompetência de um homem, ou um partido que seja. Mesmo porque, as agremiações política de direita estavam muito bem organizadas através de instituições como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o qual patrocinava organizações conservadores principalmente através de financiamento de estudantes brasileiros nos EUA, e ainda, tentava afinar o discurso dos oficiais militares com a Escola Superior de Guerra. Também é válido destacar, a fundação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), com sua atuação no financiamento de candidaturas nas eleições de 1962 de políticos com discurso conservador.

Num quadro de ebulição sócio-política o cenário foi se afunilando, e as já delicadas relações diplomáticas com os EUA se tornaram ainda mais tensas quando obteve a sanção presidencial a Lei de Remessas de Lucro<sup>93</sup> e da tentativa frustrada de encampar o já citado Plano Trienal, a partir de então, o isolamento do Governo Goulart pareceu inevitável, uma sucessão de fracassos administrativos e abalos diplomáticos vão simultaneamente varrer o país, a começar pelo fracasso da tentativa de aprovar a Reformar Agrária e o consequente rompimento político entre PTB e PSD, crescimento das articulações políticas conservadoras com parte expressiva da alta cúpula das Forças Armadas, situação agravada com a questão de insubordinação dos Sargentos do

---

<sup>93</sup>Ver: FERREIRA, 2003, p. 368 e segs.

Exército e fuzileiros navais que desobedeceram seus oficiais na questão de insistirem em se lançarem candidatos a cargos eletivos e possuírem representação direta no Congresso Nacional, acrescido da inflexibilidade do governo estadunidense, o qual por meio do Fundo Monetário Internacional bloqueou todos os créditos para o Brasil. O cerco ao Governo Goulart parecia intransponível.

A subida dos militares ao poder foi intimamente ligada aos agrupamentos políticos que desde a década de 1930 vinham tentando tomar o poder, com destaque para a UDN, e quando acham o espaço profícuo para deferir o golpe, tentando compelir a ebulição ideológica marcante da época, convocaram os militares esperando que estes “pacificassem” o país e lhes devolvessem rapidamente o poder, só que desta vez houve um “pequeno” imprevisto: os militares aproveitam o momento oportuno e colocam em prática seus projetos de desenvolvimento para o Brasil.

Destacar questionamentos que envolvem a inserção direta dos militares na vida política brasileira, é um tema no mínimo polêmico, pois até hoje desperta acalorados debates no meio acadêmico, e versões relativas ao Golpe de 64, pululam nas livrarias, tanto com publicações de historiadores profissionais, quanto diletantes. Propomos nesta parte do texto, uma síntese da nossa perspectiva do Golpe civil-militar, embasada nos autores que seguem indicados nas notas de rodapé ao longo da dissertação.

O projeto dos militares para alcançar a austeridade econômica brasileira, neste trabalho, foi entendido a partir de duas etapas. Primeiro, a sua solidificação como força política “incontestável”, marcada pela centralização política e administrativa. Segundo, a fase de implantação do modelo econômico,<sup>94</sup> o qual findou junto com o governo municipal de Williams Arruda. Entende-se que este corte temporal é imprescindível para a compreensão do cenário político do município de Campina Grande a época da referida administração municipal.

O governo do General Castelo Branco teve como meta no que concerne à área político-econômica, “estabilizar” o caos remanescente do governo Goulart, “pacificar” os atores políticos, e para alcançar tal objetivo, optou pelo uso “ostensivo” da força, mas, sempre procurando discernir qual era o setor que “merecia” um “corretivo moral”, assim, os militares deveriam logo mostrar para qual setor iriam destinar as benesses do seu governo, e logo se aliaram às forças conservadoras, só que desta vez estas forças deveriam abdicar, temporariamente, do poder político em prol da manutenção das

---

<sup>94</sup> Sobre esta periodização da história do governo militar ver: LIMA, 2004.

vantagens econômicas. Lembremos que a maior parte da elite brasileira, ainda estava temerosa em relação à volta do grupo vinculado as ideias nacionalistas, na visão dos entusiastas do golpe, o país precisava de “recompôr suas instituições” para em seguida voltar à democracia.

Porém, como já foi mostrado, neste momento os militares não compartilhavam com a ideia da volta a caserna, queriam encampar seu projeto, o governo Castelo Branco se caracterizou como a fase de preparação para o projeto maior que estava por vir “o milagre econômico”.<sup>95</sup>

Neste momento a política econômica do governo militar evidenciou a necessidade de conter os gastos públicos, e aumentar o preço das tarifas públicas, ou seja, o que ficou popularmente conhecido como arrocho salarial, que na verdade configurou o projeto das classes dominantes.

A elite econômica (seja esta agrária ou citadina) sofreu temporariamente uma pressão do governo para participar do “esforço nacional”, tendo que aceitar uma série de medidas (como pagar tributos mais caros e melhor se adequar à concorrência mercadológica) que não chegavam a confrontar os interesses da elite econômica nacional, nem mesmo, com os interesses da burguesia internacional, pois havia um setor na sociedade brasileira que tradicionalmente arcaria com ônus deste projeto: as classes baixas. Estas não tinham a quem repassar a sua cota de sacrifício.

Centralização era a palavra de ordem do governo militar, as medidas econômicas para organizar o caos que se encontrava a economia brasileira seriam criadas e gerenciadas pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) – 1964/66, e ainda, em 1965 foi elaborada uma Reforma Tributária<sup>96</sup> para pôr a maior parte de receita possível a dispor do governo federal, cabendo a este dividir os recursos, de acordo com suas conveniências.

Na esfera política os atos institucionais, gradativamente, deixavam explícito que a “nova ordem” não era tolerante à oposição, nem mesmo entre os atores políticos que foram favoráveis a sua subida ao poder, e muito menos, dentro das próprias Forças Armadas. Nesta conjuntura nascem a ARENA e o MDB, na teoria o primeiro seria

---

<sup>95</sup> A fase do “milagre econômico” não é objeto de estudo deste trabalho, pois devido ao corte temporal definido pelo autor, este estudo termina no que condiz a conjuntura nacional, no governo Castelo Branco.

<sup>96</sup> Esta Reforma Tributária, na visão dos militares, era necessária para centralizar a maior quantidade de recursos nas mãos do governo federal, pois, imaginava-se que esta “reorganização” dos recursos provenientes dos impostos municipais, facilitaria o controle do governo sobre a corruptela municipal. Assim, as cidades passam a depender dos repasses federais, que obviamente, não eram proporcionais as receitas que os municípios tinham antes da citada Reforma.

alinhado aos militares e o segundo formaria a oposição. O que na prática não foi o que de fato aconteceu, pois as lideranças oposicionistas estavam mais precisamente em dois lugares, exiladas ou sepultadas.

O capital externo é simpático ao poder que se instituiu no Brasil, em especial os EUA<sup>97</sup> através do seu governo, não só apoia o Golpe de 1964, como dispõe aos militares recursos financeiros para desenvolver seu projeto.<sup>98</sup> Afinal os militares apontaram como causadores do subdesenvolvimento brasileiro fatores que agradavam o grande capital, ou seja, déficit público, crédito excessivo ao setor privado, e os aumentos salariais.

Além da conveniência econômica, os militares estavam desarticulando os movimentos sociais, sejam citadinos ou rurais, e especialmente, sepultando de vez, qualquer possibilidade de reformas estruturais para o Brasil. É importante ressaltarmos que os EUA não estavam interessados em forças emergentes que num futuro próximo pudessem disputar mercado consigo, principalmente nas Américas.

É neste contexto político-econômico que o município de Campina Grande, entrou na primeira metade da década de 1960, período que compõem as discussões centrais do nosso estudo.

Todavia, antes de analisarmos o contexto enunciado no parágrafo anterior, vamos dissertar sobre os projetos desenvolvidos na cidade de cunho desenvolvimentista, sobretudo, as medidas na área educacional.

## 2.2 O desenvolvimentismo entra em cena

Como já debatemos em item anterior, sobre questões de foro educacional na administração municipal que entendemos refletir o apogeu do desenvolvimentismo campinense, porém neste item, iremos dimensionar o início de sua gestão, em especial o projeto de industrialização e o convívio com a classe política local, foi desta maneira, que indiferente às críticas, no dia 30 de setembro de 1964, Williams de Souza Arruda

---

<sup>97</sup> Nesta fase do século XX é imprescindível entender a conjuntura da Guerra Fria, que experimentava seu apogeu, com as “zonas de influência” as quais eram extremamente disputadas entre os EUA e a URSS. O bloco capitalista enxergou no governo militar (não só no Brasil mas em boa parte da América Latina) a oportunidade de conter o avanço soviético, afinal parte expressiva do alto oficialato do Brasil, recebera treinamento na Escola Superior de Guerra norte-americana. Ver: SKIDMORE, op. cit. p. 59.

<sup>98</sup> Os recursos estadunidenses chegariam ao Brasil através da USAID (*United States Agency for International Development*), capital que impulsionou e foi determinante para sucesso econômico do início do governo militar.

foi diplomado prefeito de Campina Grande, tendo que, imediatamente, quitar as dívidas referente às administrações anteriores, entre estas, os débitos com a CHESF, a Prefeitura Municipal de Campina Grande em novembro de 1964, contabilizava um débito com a Companhia Hidrelétrica do São Francisco no valor de Cr\$ 169.841.209,00 (cento e sessenta e nove milhões, oitocentos e quarenta e um mil, duzentos e nove cruzeiros)<sup>99</sup>, referente a conta de energia elétrica que constava quatro meses de atraso, em relação à Companhia de Industrialização de Campina Grande (CINGRA), a Prefeitura deste município, contabilizava uma dívida de Cr\$ 11.235.917,50 (onze milhões, duzentos e trinta e cinco mil, novecentos e dezessete cruzeiros e cinquenta centavos)<sup>100</sup>. Ainda havia os gastos excessivos relativos à Câmara Municipal A “Casa de Félix Araújo”, alegando falta de recursos para manutenção dos trabalhos naquela instituição, vinha solicitando novos recursos junto ao executivo, o qual acatava os requerimentos. Operação que deixou como saldo final, um déficit nas contas da Prefeitura de Cr\$ 75.912.750,00 (setenta e cinco milhões, novecentos e doze mil, setecentos e cinquenta cruzeiros). Valor muito a cima dos Cr\$ 15.426.620,90 (quinze milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, seiscentos e vinte cruzeiros, e noventa centavos)<sup>101</sup> que esta mesma Casa tinha como receita anual no período de 1959 a 1963, quando o então vereador Williams Arruda, presidia a Câmara Municipal, e mais, “exorcizar” os funcionários fantasmas da Prefeitura, no instante em que nova administração promove uma devassa na folha de pagamento do município, e descobre que mais de 600 (seiscentos) funcionários, nunca compareceram aos postos que lhe eram atribuídos na Prefeitura.<sup>102</sup>

O primeiro passo da nova gestão foi regularizar as contas da Prefeitura<sup>103</sup> e nomear seu secretariado,<sup>104</sup> para em seguida, poder encampar os projetos do novo prefeito, o qual deveria estar a par das medidas centralizadoras impostas pelo governo federal, estando atento à cadência dos acontecimentos para, além de conseguir recursos para seus projetos, poder manter-se no cargo. As listas dos “inimigos da pátria” outorgadas pelo governo militar, estavam se multiplicando diariamente.

---

<sup>99</sup> *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 10 de nov. 1964, p.1.

<sup>100</sup> *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 10 de nov. 1964, p.2-3.

<sup>101</sup> *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 10 de nov. 1964, p.4.

<sup>102</sup> *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 15 de jan. 1965, p.1.

<sup>103</sup> Com objetivo de mostrar a transparência da sua administração, o prefeito Williams Arruda, passa a publicar periodicamente no jornal *Diário da Borborema*, todos os gastos da Prefeitura.

<sup>104</sup> Entre os secretários do novo governo, merece mais uma vez destaque, o titular da pasta da economia, o economista Edvaldo do Ó, que como já citado em outra parte do texto, esteve de maneira constante elaborando projetos desenvolvimentistas para o município.

A visão política do novo prefeito, no que condiz à conjuntura nacional, não diferia muito de seus adversários locais, pois, acreditava na legitimidade da “Revolução de 31 de Março”, confiava nas boas intenções do presidente Castelo Branco, e mais, se pronunciou como um entusiasta da candidatura do líder udenista Carlos Lacerda, para a presidência da república.

Em entrevista concedida ao Diário da Borborema, em 10 de outubro de 1964, quando indagado sobre a índole do ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, Williams relembrou o fato da visita deste “subversivo” senhor à cidade de Campina Grande, quando ele então presidia a Câmara Municipal, repudiou e propôs veto às condecorações que seriam destinadas ao visitante gaúcho.

Obviamente, mesmo que fosse simpático a Brizola, Goulart, Arraes e outros tantos expurgados pelo Regime, dificilmente, naquela conjuntura, o chefe da edilidade campinense, teria a ousadia de se pronunciar a favor daqueles, como também de qualquer elemento considerado “subversivo”. Afinal, Williams, da mesma maneira que foi empossado, poderia rapidamente ter seu mandato e seus direitos políticos suspensos novamente. Assim seria mais “conveniente” seguir a tendência nacional de execrar os adversários da “revolução brasileira”.

## 2.3 Projetos de infraestrutura

Como nós destacamos no capítulo anterior, Campina Grande carecia de uma política econômica que visasse construir uma ampla infraestrutura para receber as indústrias que viriam para o município.

Almejando disponibilizar fontes para custear esta base, a Prefeitura foi buscar financiamento junto aos EUA, por meio da Aliança para o Progresso, a qual disponibilizou recursos através da USAID. O prefeito intensificou as visitas a Brasília, com o desejo de desengavetar os projetos enviados através da SUDENE. Além destes convênios, o município atingindo o equilíbrio das suas finanças, poderia viabilizar projetos com recursos próprios.

As primeiras medidas seriam de obter recursos para ser destinados de maneira emergencial a SANESA (Saneamento de Campina Grande S.A), afim de ampliar a capacidade de fornecimento de água para a cidade, em especial, para o Distrito



Industrial. O volume de água que chegava até Campina Grande não supria à demanda dos bairros, fato que deixava explícito a precariedade deste serviço.

A verba para a ampliação do fornecimento de água foi conseguida antes de completar o primeiro semestre de governo, com o início das obras de extensão da rede pluvial, apenas com a compra dos tubos a empresa Ferro Brasileira, que proporcionou a ligação entre o Açude de Boqueirão e a sub-adutora do Distrito Industrial, foi investido nesta obra a notória quantia Cr\$ 58.630.700,00 (cinquenta e oito milhões, seiscentos e trinta mil, e setecentos cruzeiros), referentes à compra de 3.300m de tubos,<sup>105</sup> realizada através de convênio com o BIRD (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Contava ainda, com recursos do Governo Federal, por meio da SUDENE (que seria a responsável pela execução dos serviços) e investimentos do Governo Estadual, acionista majoritário da SANESA.

Esta nova rede pluvial partiria do Açude de Boqueirão com destino ao Distrito Industrial (visto por todos os setores progressistas como o gérmen do desenvolvimento de Campina Grande), onde foi construída uma sub-adutora, que resolveria em definitivo o problema da carência de água naquela parte do município.

O problema de abastecimento de água não era restrito às proximidades do Distrito Industrial em construção, mas, a praticamente todo o perímetro urbano. Almejando minimizar este problema, a Prefeitura Municipal de Campina Grande, por meio da SANESA, investiu pesado, ainda em 11/12/1964 a SANESA compra a BRASILIT S.A, tubos para estender a rede de abastecimento de água e tratamento de esgotos, investimento na ordem de Cr\$ 357.000.000,00 (trezentos e cinquenta e sete milhões de cruzeiros)<sup>106</sup> na compra de tubos para ampliar a oferta de água no município, e aumentar a capacidade de tratamento da rede de esgotos.

O aumento da oferta de eletricidade também compunha a infraestrutura básica. Já na primeira quinzena de dezembro de 1964, a Prefeitura encaminhou ofício a CHESF, reivindicando a construção de uma nova subestação, a qual remeteria eletricidade para o Distrito Industrial. Além da ampliação da oferta de eletricidade e do fornecimento de água, a Prefeitura Municipal de Campina Grande, amplia a rede telefônica da cidade, por meio da criação em 1966, da TELINGRA (Telecomunicações de Campina Grande), estabelecendo contrato com a Ericsson do Brasil S/A, a qual

---

<sup>105</sup>DIÁRIO DA BORBOREMA, 27 de jan. 1965, p.6.

<sup>106</sup>DIÁRIO DA BORBOREMA, 10 de nov. 1964, p.9.

disponibilizou a partir do segundo semestre de 1967, a expressiva quantidade de 1.500 (mil e quinhentas) novas linhas telefônicas para a cidade de Campina Grande.<sup>107</sup>

A precariedade do serviço para o fornecimento de energia elétrica estava num ponto tão alto de carência, que eram comum as quedas de energia diárias na cidade, cuja responsabilidade deste problema se dividia entre a falta de investimentos do poder executivo municipal, com as sobrecargas constantes na ultrapassada rede local e a insuficiente quantidade de KW destinada a Campina Grande pela fornecedora regional, a CHESF.

Para sanar esta gama de problemas referentes ao fornecimento de eletricidade à cidade de Campina Grande, a Prefeitura cria o DASEC (Departamento Autônomo dos Serviços Elétricos), porém, esta instituição tem vida efêmera. A equipe do governo municipal, entendeu como necessário fundar uma concessionária de energia elétrica de grande porte, capaz de aumentar radicalmente a capacidade de distribuição de eletricidade não só para Campina Grande, como também, para todo compartimento da Borborema, com este objetivo foi criada a CELB (Companhia de Eletricidade da Borborema), sendo esta, entidade de economia mista, de acordo com a Lei nº61 de 8 de setembro de 1966, deveria ter obrigatoriamente 51% das ações pertencentes à Prefeitura Municipal de Campina Grande. Além de se responsabilizar pela manutenção e ampliação dos serviços relativos ao fornecimento de energia elétrica do município de Campina Grande, a CELB amplia seu raio de ação, após apenas um ano de sua fundação, em 1967 já era responsável pelos serviços de iluminação pública das cidades de Lagoa Seca, Fagundes, Queimadas, e Maçaranduba.<sup>108</sup>

Os trabalhos da CELB se iniciam através do novo Plano de Iluminação Pública, com medidas que visavam estruturar e melhorar os serviços de fornecimento de energia elétrica. Para tanto, por meio de convênio estabelecido com a SUDENE e a ELETROBRÁS, a CELB promoveu as seguintes medidas:

- Adquiriu veículos novos para manutenção da rede;
- Realizou a recuperação e implantação das redes de baixa e alta tensão em 197 ruas;
- Construiu a subestação seccionada localizada na Avenida Brasília;
- Viabilizou um reajuste salarial na ordem de 200% para seus funcionários;
- Construiu uma linha de subestação para a iluminação da cidade;

---

<sup>107</sup>DIÁRIO DA BORBOREMA, 10 de nov. 1964, p.10.

<sup>108</sup>DIÁRIO DA BORBOREMA, 07 de mar. 1967, p. 9.

- Elaborou o Projeto de distribuição de energia elétrica do Distrito Industrial;
- Liquidou as dívidas de fornecimento de eletricidade junto a CHESF, referentes ao consumo de outras gestões municipais. (*DIÁRIO DA BORBOREMA*, 07 de mar. 1967, p.1)

É fundamental discutirmos a necessidade da criação da CELB, pois esta Autarquia Municipal se encaixava perfeitamente nas metas desenvolvimentistas postuladas pelo chefe do executivo campinense. Mediante o aumento do consumo de energia elétrica que a cidade estava necessitando, ainda somado ao acréscimo da demanda deste serviço com o advento do Parque Industrial, Campina Grande deveria aumentar vertiginosamente sua oferta de eletricidade. Tal objetivo foi conquistado com a implantação da CELB.

Além de água em volume expressivo, energia elétrica em escala industrial, para maximizar a produção fabril já existente, a fim de manter as indústrias que já existiam e atrair novos investimentos, fazia-se necessário a melhoria das estradas que ligavam Campina Grande aos principais polos econômicos nordestinos, para facilitar o escoamento de mercadorias.

Os projetos de infraestrutura visando à industrialização estavam interligados a projetos de melhorias urbanísticas para cidade. Em alguns bairros do município de Campina Grande,<sup>109</sup> houve uma extensa obra de pavimentação e saneamento, com a construção de galerias subterrâneas, para facilitar o escoamento da água proveniente das chuvas.

A reurbanização do Açude Novo compôs mais uma obra pertinente ao projeto de reurbanização da cidade, com o aterramento daquela bacia hidráulica, obra que se viabilizou através do apoio do Exército brasileiro, por meio do Batalhão de Serviços de Engenharia, foi responsável pela disponibilidade de máquinas e corpo técnico para aterrar o Açude Novo, apoio logístico que economizou mais de dez milhões de cruzeiros aos cofres municipais,<sup>110</sup> ao modernizar o perímetro que liga o Centro ao bairro de São José.

### 2.3.1 A CINGRA: de projeto desenvolvimentista à ação da ditadura

<sup>109</sup> No primeiro semestre de 1965, Campina Grande já contava com mais de 7.500m<sup>2</sup> de ruas pavimentadas e saneadas. In: *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 08 de ago. 1965, p.1.

<sup>110</sup> *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 11 de jan. 1967, p.4.

Como foi constantemente enfatizado ao longo deste capítulo, a Prefeitura Municipal de Campina Grande durante o período chefiado por Williams Arruda, esteve direcionada à industrialização da cidade e, dissertar a respeito da ampliação industrial campinense é discorrer sobre a atuação da CINGRA (Companhia de Industrialização de Campina Grande), órgão administrado pela Prefeitura, responsável de maneira direta e/ou indireta por todos os projetos que visavam o aprimoramento da infraestrutura da cidade.

Mesmo tendo sido criada durante a meteórica passagem de Newton Rique pela chefia do executivo campinense, é na administração Williams Arruda que este órgão de desenvolvimento municipal executou a maioria dos seus projetos.

A CINGRA compunha a fonte de financiamento e logística, que notabilizou a viabilização dos projetos encampados pela Prefeitura, indo além da industrialização, como veremos nesta parte do trabalho. Servia também como órgão que prestava assessoria e ajuda à Prefeitura, no sentido de agilizar as medidas de cunho desenvolvimentistas. Para alcançar tal objetivo, foi formada como uma sociedade de capital misto, onde a Prefeitura Municipal de Campina Grande detinha 51% de suas ações, o que lhe conferia o poder de escolha da sua diretoria. Portanto, iremos detalhar a estrutura que permitia o funcionamento da CINGRA, começando pelo seguinte tripé que formulava suas metas:

- a) Implantação de Indústria;
- b) Financiamento a Empresas;
- c) Agenciamento de capitais “know-how”. (*DIÁRIO DA BORBOREMA*, 11 de jan. 1967, p. 5.)

Este tripé agilizava a atuação daquela Companhia, a qual agia como incorporadora de empresas de economia mista, (entre estas estava a FERTINGRA<sup>111</sup> – Fertilizantes de Campina Grande S/A), que objetivassem instalar empreendimentos que propusessem grandes dividendos econômicos e sociais para Campina Grande.

Atuava, ainda, na esfera de financiamento a empresas municipais com o fim de ajudá-las na solução dos problemas de ampliação, transferência, e modernização, bem como, na implantação de novas unidades de produção de rentabilidade comprovada.

---

<sup>111</sup> A FERTINGRA era responsável pela produção de adubos orgânicos para lavoura, utilizando o lixo como matéria-prima.

Finalizando as metas desejadas pela Companhia de Industrialização de Campina Grande, temos a ação no sentido de estimular a imigração de capitais e tecnologia para Campina Grande, com o apoio dos incentivos da SUDENE, e nos programas de desenvolvimento regional e estadual. Estes objetivos se realizavam através da presença marcante da equipe da CINGRA em vários congressos de amplitude nacional que ocorriam ao longo do país, sobretudo, os encontros realizados no eixo Rio - São Paulo.

Nestes congressos havia uma ampla explanação das potencialidades de Campina Grande, enfocando sua função como capital regional, e os esforços do governo local para incentivar a produção industrial, entre estes, a construção do Distrito Industrial de Campina Grande,<sup>112</sup> e uma série de questões favoráveis a Rainha da Borborema, como ratifica:

(...) irradiando sua influência em ampla área do interior da região, com uma profundidade de cerca de mil quilômetros, a cidade de Campina Grande Beneficiou-se, até julho de 1966, de diversos investimentos financiados de acordo com o sistema dos artigos 34/18, num total superior a 10 bilhões de cruzeiros, com média anual a cima de três milhões.

Entre 1940 e 1950, o crescimento de Campina Grande expressou-se numa taxa de urbanização a cima de 18%, o maior índice observado na região, entre 1950 e 1960, manteve-se a mesma taxa em torno de 10%, atingindo a aglomeração urbana os seus 10 mil habitantes. Apesar do decesso verificado, a taxa continuou a cima de Recife, Salvador, João Pessoa, e outras cidades e capitais de Estado de menores índices de urbanização.

A população operária empregada nos diversos estabelecimentos fabris da cidade, está a cima de 10% da população total, exprimindo-se por cerca de 15 mil empregos.( *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 11 de jan. 1967, p.1.)

A CINGRA possuía todo um arcabouço de divulgação elaborado em prol do desenvolvimento de Campina Grande, o qual obrigatoriamente precisava de recursos financeiros para ser mantido. Assim, as funções apresentadas, nos parágrafos anteriores, para serem realizadas com eficácia, necessitavam do apoio de um segundo órgão que se responsabilizasse pela administração do setor financeiro da CINGRA.

Com o intuito de preencher esta necessidade, a CINGRA gerencia o FUMINGRA (Fundo Municipal de Indústria), que tinha o dever de assegurar recursos para o desenvolvimento dos programas delineados pela CINGRA. O FUMINGRA embasava sua zona de atuação em quatro aspectos:

---

<sup>112</sup> O grande trunfo da equipe da CINGRA responsável pela divulgação da capacidade fabril de Campina Grande, era a vinda da fábrica de fogões Wallig, que destinava sua produção a todo Norte - Nordeste do Brasil.

- 1) Atender as necessidades de financiamento do processo industrial;
- 2) Coordenação do parque fabril que a cidade já dispunha;
- 3) Incentivar o empresariado para a abertura de novas frentes de produção;
- 4) Atuar diretamente no apoio as indústrias que não fabricam produtos similares na cidade.

Além do FUMINGRA, a CINGRA possuía outros órgãos municipais que auxiliavam seu funcionamento, compondo uma ampla burocracia ligada à industrialização. Estas empresas eram formadas por:

- Secretaria Executiva, coordena as atividades da CINGRA nos seus setores técnicos e administrativos;
- Departamento Financeiro, responsável pelas finanças da Companhia;
- Assistência Administrativa, tem a função de orientar as Companhias subsidiárias da CINGRA (COHAB-CG, TELINGRA, CELB, e FETINGRA).

A CINGRA necessitava deste aparelho burocrático, pois, se equiparmos suas responsabilidades, esta Autarquia Municipal orquestrava todo o Projeto que a equipe chefiada por Williams Arruda elaborava para o desenvolvimento da cidade, e, ainda mais, se levarmos em consideração o capital administrado por esta empresa, o qual representava uma quantia relevante.

Sua composição financeira se perfazia por meio do gerenciamento do montante equivalente a 10% do Imposto de Indústria e Profissão, que representava, no quadriênio tributário de 1964 a 1967, a expressiva quantia de quatro bilhões de cruzeiros.<sup>113</sup> Outro objetivo audacioso da presidência desta Companhia destinava-se ao ano tributário de 1968, cuja meta era obter a autorização do governo federal para gerenciar poupanças privadas.

Como foi mostrado a Prefeitura Municipal de Campina Grande, destinou a CINGRA uma notória quantia de capital, que retornaria ao município de diversas maneiras, “a sociedade campinense como um todo se beneficia da CINGRA, pois, seus investimentos

---

<sup>113</sup>DIÁRIO DA BORBOREMA, 30 de mai. 1968, p. 8.

retornam em forma de novos empregos, aumento da renda, fortalecimento tributário e consolidação da economia”. (*DIÁRIO DA BORBOREMA*, 11 de jan. 1967, p.5.)

Fica nítida a amplitude e a notável ambição da Prefeitura visando desenvolver a cidade de Campina Grande. A CINGRA, como mostramos, foi uma instituição que exigiu do executivo campinense um alto grau de investimento e compromisso com o erário público.

A CINGRA neste trabalho é entendida como a Autarquia Municipal que melhor representou os anseios da administração Williams Arruda (endossada pelo regime militar), até mesmo porque englobava praticamente todas as atividades da Prefeitura Municipal de Campina Grande no período de 1964 a 1968.

## 2.4 Concepções desenvolvimentistas em Campina Grande: Da educação a habitação

Os grandes projetos industrializantes foram, até aquele momento, apresentados como a vitrine do desenvolvimentismo na administração Williams Arruda, além disso, no seu governo também existiam metas de cunho social.

A ampliação das escolas da rede pública municipal, cujo objetivo era inaugurar duas novas escolas por mês,<sup>114</sup> centro educacionais que atenderiam cada um, 240 (duzentos e quarenta) novos alunos. Quando somado os 12 (doze) meses do ano, haveria mais 5.760 (cinco mil setecentos e sessenta) novos alunos matriculados nas escolas municipais, isto apontava mais uma meta do seu governo<sup>115</sup>. Desta maneira, o desenvolvimentismo como ideologia apregoada ao eminente alargamento do parque fabril, proferiu uma mudança pedagógica ao direcionar a vida estudantil as necessidades de mão-de-obra para as fábricas, seria uma imediata valorização dos cursos técnicos e superiores, afinal,

Optar por uma educação mais voltada para a instrumentalização de uma mão-de-obra integrada ao parque industrial nascente, por exemplo, nada tinha de neutro, significava comprometer-se com aquele projeto de desenvolvimento que a industrialização representava. (Ó, 2006, p. 15).

---

<sup>114</sup> Durante nossa pesquisa, não conseguimos obter dados suficientes para ratificar tal objetivo pretendido pela administração municipal. Entretanto, encontramos registros referentes à inauguração de várias escolas no período aludido neste capítulo.

<sup>115</sup> *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 13 de jan. 1965, p. 7.

Se Campina Grande viria exercer o posto de irradiação do acréscimo socioeconômico do Nordeste, educar minimamente sua população era um meta audaciosa, que se encaixava perfeitamente nas ambições de austeridade da cidade, pois uma economia que se pretendia embasar-se na produção industrial, precisaria de operários capacitados e esta preparação teria início com o aumento da disponibilidade de vagas, ou seja, o investimento na educação partindo da instrução básica, no ensino primário.

Isso não quer dizer que a administração municipal não tivesse projetos que visassem o Ensino Superior, tanto é, que já no segundo ano de seu governo, Williams Arruda mandou à Câmara de Vereadores mensagem solicitando a criação da URN (Universidade Regional do Nordeste), primeira Universidade de Autarquia Municipal no Estado da Paraíba, a qual deveria, inicialmente, funcionar gerenciada pela FUNDACT. No projeto de Lei apresentado à Câmara de Vereadores a URN ainda poderia torna-se uma Fundação de ensino Superior, ou, subordinada ao governo federal. Cabendo ao corpo docente desta instituição por meio de assembleia, onde a maioria simples definiria os rumos da instituição. Mesmo porque, não era objetivo da Prefeitura manter-se como principal patrocinadora das custas de manutenção desta Universidade<sup>116</sup>.

A instituição já começaria funcionando, de imediato, com dois cursos já existentes na cidade, Filosofia e Serviço Social. Ainda, no período máximo de três anos, se estenderia a mais quatro cursos: Direito, Arquitetura e Urbanismo, Ciências da Administração, e Odontologia. Suas atividades iniciais eram mantidas com uma receita de 500 milhões de cruzeiros, recurso proveniente da Prefeitura, que deveria ser direcionado para as despesas dos anos letivos de 1966 e 67. Não obstante, educar sua juventude almejando o acréscimo do parque industrial, era uma iniciativa pioneira até mesmo quando equiparadas as iniciativas tomadas na Capital do estado, pois

(...) para a elite de Campina Grande, a Universidade e o ensino superior devem-se colocar a serviço da comunidade, o que não ocorreu em João Pessoa. A elite campinense tinha da educação um entendimento pragmático, enquanto a de João Pessoa inseria-se no modelo *beletrista* e *bacharelesco* dominante entre os senhores de terras. Esta é uma das razões, entre outras, pelas quais se forma um polo de pensamento e difusão de ciência e de tecnologia em Campina Grande e não em João Pessoa. É da ideologia produzida na cidade de Campina Grande a busca

---

<sup>116</sup>DIÁRIO DA BORBOREMA, 15 de mar. 1966, p.1.



de soluções permanentes e funcionais. Esse parece constituir um traço permanente, oriundo de sua formação histórica. (LIMA, 2010, p.20).

A URN nasceu com o objetivo de apoiar a política da SUDENE, para “melhorar a multiplicar os recursos humanos exigidos pelo desenvolvimento do Nordeste, especialmente as áreas interioranas, onde esta cidade detém incontestável liderança”. (*DIÁRIO DA BORBOREMA*, 15 de fev. 1966, p.6).

Na visão da Prefeitura, Campina Grande por meio da criação de sua Universidade Regional, estaria por ratificar sua posição de liderança na região que integra o compartimento da Borborema, almejando mostrar a população desta região, que não era preciso dirigir-se a outros centros urbanos, para obter qualificação de alto nível. Para Williams Arruda

(...) sendo Campina Grande a quarta cidade economicamente mais importante da região Nordeste, estava convencido que não sustentará esta posição, na etapa de desenvolvimento acelerado em que a região se encontrou com o advento da SUDENE, se não incrementar, por todos os meios seu alcance. (...) Embora, os níveis primário e secundário do setor educacional sejam de fundamental importância para o desenvolvimento econômico e social, é no nível superior que Campina Grande atualmente está exigindo um esforço urgente, pois sem ele a cidade poderá rapidamente mergulhar na recessão. (*DIÁRIO DA BORBOREMA*, 16 de fev. 1966, p. 3.)

A implantação desta instituição de ensino superior também estava postulada como parte integrante do grande projeto de industrialização, no qual os setores progressistas tentavam inserir a cidade. Afinal, as indústrias para manterem-se funcionando, além de operários para trabalhar na linha de produção, precisariam de técnicos de nível superior, capazes de gerir as finanças e/ou a máquina burocrática da empresa.

Com isso, sob a Lei nº 23 sancionada em 15 de março de 1966, oficialmente foi criada a Universidade Regional do Nordeste, com autonomia administrativa, financeira e disciplinar, podendo outras entidades de Ensino Superior da região agregar-se aos seus domínios, mediante aprovação do colegiado da URN.

A manutenção dos trabalhos acadêmicos custeados pela Prefeitura gerava um aumento significativo da folha de pagamento do município, o que já apontava para o primeiro obstáculo a ser superado pela URN. Para poder capacitar professores e todo o corpo técnico necessário à manutenção e crescimento desta instituição de ensino, a

Prefeitura Municipal de Campina Grande conseguiu regulamentar um importante convênio com a Universidade Federal de Brasília.

A Universidade Regional ainda passava por problemas de ordem administrativa, porém, este percalço foi logo sanado, com a agregação da FUNDACT. Esta entidade vinha, desde a década de 1950, incentivando a organização de instituições de nível superior, como a Faculdade de Ciências Econômicas e a de Serviço Social, tendo ainda participação no início do funcionamento da escola Politécnica e da Faculdade de Filosofia. Com a anexação da FUNDACT, resultou na mudança de nome da nova instituição de nível superior campinense, que passou a se chamar FURNE (Fundação Universidade Regional do Nordeste).

Com esta união seriam centralizados os recursos para alavancar o ensino superior de Campina Grande e região. Os docentes da FUNDACT propuseram a união das duas instituições, embasados na lei nº 23 de 15 de março de 1966, a qual em seu Artigo 2º, parágrafo único, permite a agregação de outros órgãos junto a URN. Ratificando esta afirmativa, segue a referência do presidente da FUNDACT, o economista Edvaldo do Ó apontava que

(...) propomos aos corpos constituintes da URN lançarem mão imediatamente, desta faculdade legal, e tomamos para este fim, a iniciativa de juntar ao presente ofício, cópia autêntica da reforma que procedemos no Estatuto da “Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica” (FUNDACT) de acordo com a qual o esforço da prefeitura de Campina Grande, em benefício do Ensino Superior nesta cidade, é unificado e ampliado eliminando-se paralelismo de órgãos e dispersão de recursos na consecução do fim essencial perseguido. (*DIÁRIO DA BORBOREMA*, 13 de abril, 1966, p.8.)

De gerenciadora da Universidade Regional do Nordeste, a FUNDACT passou a fazer parte do corpo da Universidade citada, integrando seus membros e cursos, neste novo empreendimento educacional. A passagem de Autarquia Municipal para Fundação de Ensino Superior, fazia parte das medidas delineadas pelo Ministério da Educação, para facilitar o envio de verbas. Objetivo alcançado com a mudança de financiamento da Universidade, obtida através do corpo técnico e patrimônio oriundo da FUNDACT, que ultrapassava o montante de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros)<sup>117</sup>.

Merece destaque a função da FUNDACT na trajetória do ensino superior em Campina Grande, ainda durante a década de 1950, quando eram raras as entidades de

---

<sup>117</sup>*DIÁRIO DA BORBOREMA*, 07 de jul. 1966, p.7.

ensino superior no Nordeste. A FUNDACT articulava o desenvolvimento destas instituições em Campina Grande, sendo o primeiro fruto proveniente dos esforços dos grupos desenvolvimentistas campinenses.

A questão habitacional era mais um problema a ser enfrentado, mediante a crescente especulação imobiliária, que dificultava o acesso à moradia, por parte da população humilde.

A construção de novas casas populares seria feita através de convênio com o B.N.H (Banco Nacional de Habitação), que aprovara a liberação de capital para as obras empreendidas pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, com gerenciamento destas construções sob a responsabilidade da COHAB-CG, companhia de capital misto<sup>118</sup>, Embasado no Art. 3, Inciso I, da Lei Federal nº 4.380 de 21 de agosto de 1964, em Campina Grande a 30 de novembro de 1964, é fundada a Companhia de Habitação Popular de Campina Grande (COHAP), o maior acionista deveria ser a Prefeitura Municipal de Campina Grande, possuindo no mínimo 51% das ações. Este novo órgão disponibilizaria inicialmente do capital de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), deste montante Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) seriam destinados às instalações da companhia, subordinada à secretaria de economia do município.

Os recursos para viabilizar os projetos idealizados pela equipe da COHAB-CG demoraram muito até chegar a esta instituição. Foram necessárias inúmeras viagens ao então Estado da Guanabara, local que se situava a sede da SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo), para provar a viabilidade do audacioso empreendimento. Todavia, tão longo foi o caminho trilhado para chegar às verbas federais destinadas à habitação, que a Prefeitura chegou a cogitar desistir do projeto, afinal,

(...) como devem estar lembrados os senhores leitores, o BNH, prometeu a esta cidade, a construção de 500 casas populares, não obstante, até o momento nenhum recurso foi recebido pela COHAB-CG com aquela finalidade.

(...) em conversa com amigos e auxiliares de sua administração, o Prefeito Municipal, afirmou que até o mês de junho próximo, caso não receba os recursos prometidos pela professora Sandra Cavalcanti, dissolverá a COHAB pela falta de suportes financeiros para levar avante aquele órgão. (*DIÁRIO DA BORBOREMA*, 07 de abril. 1965, p.9.)

---

<sup>118</sup> *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 02 de dezembro. 1964, p. 3.

Através da insistência e após muitas promessas oriundas do governo federal, por meio da presidente do BNH, Sandra Cavalcanti, finalmente, as primeiras verbas começaram por chegar a favor da COHAB-CG, que até serem liberados os primeiros repasses para a construção das casas iniciais, foi necessário percorrer um longo decurso, que passava por uma extensa burocracia. Além de todo um detalhado levantamento topográfico dos terrenos que seriam utilizados para edificação dos imóveis, ainda foi exigido, fotos aéreas destas localidades.

Em agosto de 1965, se iniciou a construção do primeiro núcleo popular (assim eram denominados os lotes habitacionais), com a edificação de 172 (cento e setenta e duas) casas, no bairro do Catolé. Com isso, se iniciou de fato, o projeto idealizado pela administração municipal, que, antes do término deste primeiro lote de casas, já conseguia recursos e imediatamente iniciou a construção de mais 335 (trezentos e trinta e cinco) casas, sendo estas divididas entre os bairros do Cruzeiro e Jardim Paulistano.<sup>119</sup>

Estas casas foram inauguradas no primeiro semestre de 1967, estando presente à solenidade de inauguração, além do governador do Estado, João Agripino, autoridades federais representando o presidente da República, Castelo Branco. Mediante o sucesso desta primeira etapa das atribuições da COHAB-CG, a Prefeitura conseguiu a liberação de verbas federais para a edificação de mais 284 (duzentos e oitenta e quatro) casas, desta vez, para o bairro do Santo Antonio<sup>120</sup>.

Outro fato relevante relativo à construção das habitações populares através da COHAB-CG, é que estes centros habitacionais, eram beneficiados com toda uma infraestrutura, a qual englobava rede elétrica, água encanada, e ainda, uma escola municipal para atender as crianças da região. Isto é uma prova de que o governo militar operava junto ao governo de Williams Arruda.

A política assistencialista tão característica a várias administrações anteriores, em especial, à administração de Severino Cabral, vinha entrando em declínio. Os amplos e ambiciosos projetos implantados pela administração Williams Arruda com o apoio do governo militar, além de beneficiar diretamente a população, injetava uma quantidade expressiva de capital na economia do município.

Somente com a construção dos dois primeiros lotes habitacionais, foram injetados na economia de Campina Grande, a expressiva quantia de Cr\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros), dinheiro que aumentou a arrecadação

---

<sup>119</sup>DIÁRIO DA BORBOREMA, 02 de agosto. 1965, p. 10.

<sup>120</sup>DIÁRIO DA BORBOREMA, 01 de junho. 1967, p. 5.

tributária do município, pois, além de gerar novos postos de trabalhos, o material necessário para a realização da obra, era em maior parte possível, adquirido no comércio campinense.

Complementando as políticas públicas provenientes da administração municipal, esta apoiou a expansão das SAB's (Sociedade dos Amigos do Bairro), instituição comunitária que era responsável pela viabilização do vínculo direto da Prefeitura com a população, tanto que, no decorrer da nossa pesquisa, encontramos, em várias publicações do jornal Diário da Borborema, pequenos anúncios referindo-se a audiências que o Prefeito marcara com a população, através do intermédio dos "Amigos do Bairro".

Incontestavelmente, Campina Grande estava passando por uma evolução socioeconômica, quando comparamos a infraestrutura que a cidade dispunha até a primeira metade da década de 1960, e o consequente avanço que se notabilizou a partir de 1964 com a encampação dos projetos desenvolvimentistas, os quais, nesta cidade não se resumiram à industrialização, foram além, chegaram ao social. Medidas que foram tomadas, provavelmente para conter o revanchismo "populista" de antes ou à ação das esquerdas cassadas.

## 2.5 Desenvolvendo a boataria: Os imbróglios políticos campinenses

O cotidiano político campinense se mostrou extremamente ativo e revoltado de polêmicas em meio às medidas desenvolvimentistas, por conseguinte, com o intuito de evidenciar a intensa movimentação política da cidade, analisaremos o discurso tanto do governo quanto da oposição na etapa da história política analisada no período proposto em nosso Trabalho.

A disputa sobre qual agrupamento político iria assumir o controle da nação se espalhava e intensificava por todo o país, logo, em Campina Grande não podia ser diferente, assim, em 31 de maio de 1964, nesta cidade, a exemplo do que já havia ocorrido em São Paulo, foi realizada nas principais ruas do Centro a "Marcha da Família de Deus pela Liberdade".<sup>121</sup> Como mostra a reportagem de capa do jornal local, Diário da Borborema, ao comentar uma foto da multidão reunida na Praça da Bandeira:

---

<sup>121</sup> Para um estudo aprofundado deste episódio, ver: SIMÕES, 1985.

Campina Grande em peso na marcha – eis um aspecto do que foi a concentração de ontem, da população campinense, durante a realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, milhares de pessoas que aglomeram para render graças a Deus pelo expurgo da infiltração comunista em nosso país, num espetáculo jamais visto na região. (*DIÁRIO DA BORBOREMA*, 31 de maio. 1964, p.1.)

O apoio às forças golpistas, também se fizeram presente na Rainha da Borborema. Este fato mostra que os militares, ou, o grupo que estava lhe dando sustentação, tinha em certa medida base popular.

As contendas por espaços na política campinense, durante a gestão analisada neste Capítulo, centravam-se nos embates dos remanescentes aliados do ex-prefeito Newton Rique (que partira para um “autoexílio” no Estado da Guanabara), através da liderança do vereador João Jerônimo, o qual liderava o grupo oposicionista, contra os setores vinculados ao prefeito Williams Arruda, estes liderados pelo próprio chefe do executivo municipal.

Contudo, não poderíamos analisar as disputas municipais desvinculadas da conjuntura nacional. Por isso, discorreremos sobre os entendimentos da administração municipal com o governo federal, analisaremos as bases desta relação política, os métodos utilizados pelo Prefeito Williams Arruda para obter recursos junto aos militares, e as articulações do chefe da edilidade campinense para se manter no poder.

Depois de passado o primeiro ano do golpe, em 31 de março de 1965, não obstante do cenário político nacional, a Prefeitura Municipal de Campina Grande, iniciou uma série de festejos em comemoração ao primeiro ano da “Revolução Democrática Brasileira”. Várias instituições de capital privado como a FIEP (Federação das Indústrias do Estado da Paraíba) participaram e patrocinaram estas homenagens do “povo campinense”.

Tamanha era a satisfação da administração municipal e/ou o suposto receio de ser perseguida pelos Atos Institucionais, que o Prefeito Williams Arruda baixou o decreto nº. 17, de 29 de Março de 1965, o qual promulgava o seguinte:

“Art. 1º - Fica decretado feriado municipal o dia 31 de Março de 1965, data comemorativa do primeiro aniversário da Revolução Democrática Brasileira.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.” (*DIÁRIO DA BORBOREMA*, 28 de mar. 1965, p.1.)

Mais uma vez Campina Grande se mostrava ativamente envolvida nos acontecimentos que se passavam em âmbito nacional. Estas comemorações realizaram-se nas principais cidades do país, pois, ainda existia a ideia romântica<sup>122</sup> em relação à honestidade e as boas intenções do Regime que se instaurara no Brasil a partir de 31 de março de 1964.

As festividades se estenderam por um longo roteiro, além dos desfiles das bandas marciais; uma série de inaugurações<sup>123</sup> se realizaram na cidade, incluindo uma missa em homenagem aos “heróis revolucionários”.

Em meio às disputas que agitavam constantemente o cenário político campinense, um desses embates, tem peculiar importância na história política de Campina Grande. Em 7 de julho de 1965, o prefeito Williams Arruda através de uma reunião com o seu secretariado, e com a presença da imprensa, divulgava a sua mais nova e notória ideia democrática.

Com o suposto intuito de democratizar sua administração e mostrar a população a confiabilidade que o Prefeito tinha em relação à competência do seu secretariado, Williams Arruda determinou que cada secretário exerceria, sem restrições, o cargo de Prefeito de Campina Grande por quinze dias. A indicação do “Prefeito honorário” seria através de sorteio, com o nome dos nove secretários escritos em bolinhas de papel; um funcionário da Prefeitura seria a cada sorteio selecionado para sortear o nome do escolhido. O primeiro felizardo foi o secretário da agricultura, Francisco Coentro. Entretanto, as coisas não caminharam como Williams Arruda previa.

Esta proposta causou um furor épico na “Casa de Félix Araújo”, os vereadores oposicionistas repeliram com veemência a ideia do chefe do executivo, o qual, segundo estes, ratificava por meio desta atitude, sua incapacidade de administrar o município, pois, o Prefeito não teria base legal para embasar sua decisão. Afinal, estaria em pleno gozo de sua saúde, não estava fora do perímetro do município, e não solicitara autorização à Câmara de Vereadores.

---

<sup>122</sup> Os agrupamentos citados no primeiro capítulo do nosso trabalho, que apoiaram o golpe em 64, estavam entusiasmados com as atitudes iniciais do Regime, porque, progressivamente o governo militar estava fazendo uma “limpeza” no país, expurgando qualquer projeto político, que ao menos flertasse com os ideais “subversivos” das esquerdas. E mais, o respeito à farda, e, a tudo que simbolizava as instituições militares, em especial o Exército, era sinônimo de ordem, disciplina e amor à pátria.

<sup>123</sup> No dia 31 de março de 1965 em Campina Grande foram inauguradas, nada menos, que quatro novas escolas, nos bairros Casa de Pedra, Moita (atual Santa Rosa), Cruzeiro e Vila Cabral. In: *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 02 de abr. 1965, p.2.

E, ainda, se fosse abandonar o cargo deveria passá-lo para o atual presidente da Câmara, Augusto Ramos. Para a oposição, sem dúvida, Williams Arruda teria tomado uma medida de cunho “subversivo” e, portanto, deveria responder judicialmente por tal ato.

Para resolver o *imbróglio* gigante que estremeceu os pilares da política campinense, Williams Arruda foi a Câmara de Vereadores, debater com estes representantes da população, suas intenções com a polêmica medida. Para tanto, convocou representantes da FIEP, Associação Comercial, Sociedade de Amigos de Bairros, eclesiásticos, e a população em geral.

Em audiência com a Câmara Municipal, o Prefeito expôs qual era sua idéia, que havia sido distorcida pela imprensa. Apenas iria mostrar aos seus secretários, as dificuldades em se administrar um município de 200 mil habitantes, a complexidade da máquina burocrática do município, e a escassez de recursos que esta disponibiliza.

Os embates na Câmara Municipal seguiam, entre os pronunciamentos de oposicionistas e governistas, dentro dos “limites”<sup>124</sup> da democracia campinense. A propósito, mais um confronto desses setores se deu no julgamento das contas relativo ao primeiro ano da administração Williams Arruda.

Em cumprimento das suas atribuições constitucionais, a Câmara de Vereadores examinou as contas do Prefeito relativas ao ano de 1965. A grande esperança do grupo oposicionista, era encontrar possíveis irregularidades, que não se realizaram. A divulgação sazonal das finanças da Prefeitura, que a administração fazia periodicamente pelo jornal Diário da Borborema, já apontava o zelo e a transparência com os gastos do município que o governo tinha.

Coube a Câmara apenas ratificar esta responsabilidade. Porém, o que nesta sessão na “Casa de Félix Araújo” se destacou, foi o “profundo interesse” de alguns vereadores pela pauta do dia, como sublinha o

Fato pitoresco na reunião de ontem na Casa de Félix Araújo: alguns vereadores mostravam mais interesse na transmissão do jogo da seleção do Brasil, na Suécia, do que com o desenrolar da Sessão. Vereadores que colocaram o rádio ao ouvido: Edvan Leite, Noilton Dantas, e João Nogueira de Arruda. (*DIÁRIO DA BORBOREMA*, 05 de jul. 1966, p.6.).

---

<sup>124</sup> O termo, *limites*, aparece aspeado, porque não era fato raro durante as sessões na Câmara Municipal, as ofensas pessoais profanadas no ápice dos encalorados debates, e por vezes, estas ofensas iam além da simples divulgação de palavras afora do vernáculo português, partia-se para a violência, e até mesmo, ameaça com arma de fogo. In: *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 01 de dez. 1966, p.1.



O relacionamento do Prefeito Williams Arruda no que condiz à Câmara de Vereadores, ao longo destes dois primeiros anos de governo, foi marcada pelos constantes ataques do grupo que compunha a oposição, todavia, estas acusações faziam parte do jogo democrático, característico a qualquer tribuna.

O fato que mais nos chamou atenção nos pronunciamentos da Câmara Municipal consultados para a realização do nosso estudo, foi a contínua disponibilidade que o Prefeito reservava para responder em pronunciamento naquele parlamento, as acusações dos vereadores opositoristas. Sempre que algum questionamento da oposição começava a ganhar repercussão, Williams Arruda, utilizando seus atributos de bom advogado,<sup>125</sup> imediatamente, ia fazer a defesa de seu governo, para tanto, exigindo a presença da imprensa e do propugnador da denúncia.

Outra questão marcante foi em 1 de maio de 1966, quando Campina Grande entrou em ebulição com a visita do Presidente da República, o Marechal Castelo Branco.

Sua visita à Paraíba se deu sob forte expectativa, sobre quais análises o presidente faria dos atores políticos campinenses. Porém, Castelo Branco deteve-se, a dissertar sobre o “sucesso extraordinário” do seu governo relativo às melhorias a favor do trabalhador brasileiro. A estabilidade e a garantia que o Governo dispunha ao trabalhador, evidenciando que qualquer reforma das leis trabalhistas, foram e seriam sempre tomadas, a partir de um extenso debate democrático com esta classe, pois

(...) ao promover medidas em benefício dos operários, sempre procurou o governo agir com seriedade, estudando os problemas em profundidade, debatendo com os representantes da classe e somente após esse longo processo de aferição de suas vantagens, foram estas providencias transformadas em leis. O acervo do que foi realizado é digno de registro, pois o que levamos a efeito, em favor dos assalariados, no curto período de dois anos, é superior a muitos Governos, ditos trabalhistas. (*DIÁRIO DA BORBOREMA*, 01 de maio, 1962, p.2.)

O discurso do presidente militar praticamente em nada se diferenciava dos administradores civis. Em toda exposição, Castelo Branco preocupou-se em enumerar as conquistas da sua administração e, como naquele momento era festejado o “dia do trabalhador”, cabia naquela ocasião exaltar os feitos do governo em prol desta classe.

---

<sup>125</sup> Em nosso estudo não dissertamos sobre a biografia de Williams Arruda, por julgarmos que os dados referentes a sua vida profissional e pessoal, não enriqueceriam as discussões centrais deste trabalho.

Assim, ressaltou os projetos de cunho trabalhista, como as reformas agrária e habitacional. Estas, centradas nas benesses para os trabalhadores, diferindo, segundo o Presidente, das plataformas demagógicas e imediatistas, que caracterizavam as plataformas políticas dos governos anteriores, pois, o Brasil agora estaria crescendo estruturado numa base sólida e duradoura, como

(...) tudo isso acentua a necessidade de pensarmos em longo prazo, evitando decisões agradáveis no momento, aconselhados pelo oportunismo político, mas que representam simples transferência de problemas agravados para outras gerações. A isso se recusa o meu governo, que procura legar ao seu sucessor uma perspectiva de longo alcance e um conjunto de medidas capaz de transformar o Brasil na grande Nação que merece ser, que pode e deve ser. (*DIÁRIO DA BORBOREMA*, 01 de maio, 1962, p.3.)

Esta foi a tônica do discurso de Castelo, mostrar que o Brasil estava sob um novo governo, numa nova era, a prosperidade finalmente chegava ao Brasil, a partir da confiabilidade que a população deveria ter no governo militar, respeitando a ordem e as leis.

Em relação a Campina Grande, nenhuma novidade. Elogiou a evolução econômica porque esta cidade passava, saindo de um emergente centro comercial, e tornando-se um promissor polo industrial, mais uma cidade engajada no grande futuro que estava por vir, onde

(...) também aqui, ao contemplar o extraordinário desabrochar desta cidade, em pleno coração do Nordeste. E que de modesto empório comercial se transformou em verdadeira metrópole, centro de numerosas e prósperas atividades, não existe qualquer pessimismo sobre o seu futuro. [...] Como é próprio das coletividades em acelerada evolução Campina Grande está principalmente voltada para o futuro. De fato tudo aqui nos convida a olhar para frente. (*DIÁRIO DA BORBOREMA*, 01 de maio, 1962, p.4.)

A passagem do General Castelo Branco por Campina fazia parte da visita que o presidente estava realizando nas principais cidades do Nordeste e, chegando neste município, apresentou-se como representante de um governo desvinculado de vaidades e perseguições. Com isso, daquele momento em diante, segundo Castelo, o Brasil deveria olhar para frente, esquecendo os descasos do passado, onde a corrupção aliada aos ideais subversivos, provocaram o caos social ao qual o Brasil se despedia com o novo Regime.

Definitivamente, a manutenção do *status quo*, era uma questão ambicionada de maneira obsessiva pela ditadura militar, mesmo porque, os militares haviam sido “convocados pela nação” para manter este preceito burguês.

Outra questão interessante na movimentação política do período, foram os debates em torno do desenvolvimento acelerado da cidade, e toda trama que envolveu o desenvolvimentismo, que ainda pode ser observado sobre a ótica dos movimentos de esquerda<sup>126</sup>, é quando entra em cena uma gama de associações que puseram os debates relativos tanto a política municipal, quanto o contexto nacional na ordem do dia.

Em Campina Grande era ativa a atuação do Movimento Nacionalista Brasileiro, Seção Campina, entidade que alavancava os debates nacionalistas no referido município, chegando a possuir um Jornal com tiragem semanal, “A Evolução”, e um programa na Rádio Borborema, “Voz Nacionalista”. Programa estes que debatiam os rumos da política nacional, as tensas discussões relativas a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, ou ainda, embates eminentemente locais, como a rentabilidade de fábricas e grupos financeiros instalados em Campina Grande, como a SANBRA e o grupo Anderson Clayton.

Próximo a organização de estudantes, operava a militância aguerrida do “Centro Estudantal Campinense”, movimento de caráter socialista, capaz de se articular com os políticos locais, até mesmo, participando diretamente da campanha eleitoral para Câmara Municipal de Vereadores, de um político que começava a demonstrar sua liderança na cidade, Ronaldo Cunha Lima. Também merece menção a eclosão das Ligas Camponesas, e como de praxe, Campina mostrou-se atenta ao debate da Reforma Agrária, quando da formação da Liga Camponesa do Bairro do Tambor, organização esta que mantinha relações estreitas com a famosa Liga de Sapé, do lendário militante, João Pedro Teixeira.

O Partido Comunista Brasileiro demonstrou forte atuação em Campina Grande, onde este município recebia lideranças socialistas regionais, já que esta cidade funciona como um entroncamento rodoviário, ligando o Ceará a Pernambuco. Faz-se importante mencionar a edição de manifestos de cunho comunista, fato este apontado pelo periódico *Diário da Borborema*, na Manchete do dia 25 de setembro de 1969 destacava, “Material Subversivo Apreendido no Ônibus que ia Para a Capital”. Ainda sobre o PCB

---

<sup>126</sup> Para uma análise detalhada sobre a atuação dos movimentos estudantis em Campina Grande durante os primeiros momentos da Ditadura Militar ver: SOARES, 1999.

cabe sublinhar o envio de estudantes campinenses para União Soviética com o intuito de aprimorar sua formação intelectual no que condiz ao ideário “comunista”.

Dentre as agremiações políticas ainda destacamos a participação de entidades católicas engajadas com questões políticas com atuação em Campina Grande, no enredo do nosso estudo, percebemos a atuação da “Juventude Universitária Católica” que originou a “Ação Popular”<sup>127</sup>, organização política plenamente envolvida com os debates nacionais, a exemplo da encíclica “Paz na Terra” promulgada pelo Papa João XXIII, que defendia o envolvimento da Igreja nos debates políticos, a qual na Rainha da Borborema teve relevante atuação, ao ponto de enviar representantes campinenses para o XXX Congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo.

Portanto, se havia um grupo conectado com as dinâmicas desenvolvimentistas no perímetro nacional, também existiu em Campina Grande uma ativa militância estudantil, atenta e acompanhando as nuances da política nacional, sendo inevitável a inserção desta juventude militante, no contexto do golpe militar de 1964.

---

<sup>127</sup> Apesar de ter nascido no seio da ala “progressista” do catolicismo, a chamada AP, partiu para uma aproximação com o pensamento comunista, pela sua incorporação ao PC do B, portanto, ganhando traços favoráveis a uma pretensa Revolução operária no âmbito nacional.

## CAPÍTULO 3 – O ARREFECIMENTO DO DESENVOLVIMENTISMO E A ARRANCADA DO CAMPINISMO

O segundo biênio da administração Williams Arruda, é entendido como uma fase de extensão dos dois primeiros anos de governo, pois já em 1967, não são criados novos projetos de cunho desenvolvimentistas, mas, a viabilização das metas traçadas ainda nos primeiros meses de sua administração, como também, em toda primeira metade do seu governo. As empresas de capital misto implantadas na gestão municipal aludida neste trabalho como a TELINGRA, CELB, e COHAB-CG. Irão no período de 1967 a 1968, limitar-se a efetivar os projetos já mencionados no decorrer deste capítulo. Ainda, não são implantadas novas estatais administradas ou vinculadas de alguma maneira a Prefeitura Municipal de Campina Grande.

O jornal local *Diário da Borborema*, em, praticamente, todas suas edições, no período de 1967 ao primeiro semestre de 1969, sobretudo, as publicações relativas ao ano de 1968. O periódico mencionado centralizava em seu caderno político as notícias alusivas às eleições municipais, visando o pleito daquele ano, fato que ratificava a proposição firmada no parágrafo anterior, como sublinha o *Diário da Borborema*, já no segundo bimestre de 1968:

Com vistas ao pleito sucessório municipal de novembro vindouro, o caldeirão político de Campina Grande começa a ferver, desde agora com a intensa movimentação dos possíveis candidatos, cada um procurando ganhar tempo, no alicerçamento de suas respectivas bases eleitorais.

Com a vigência do bipartidarismo, estreitou-se o raio de opção das preferências populares, o mesmo ocorrendo com desaguadouro das tendências ideológicas, o que, de certo, virá ter também, sua influência embora reduzida, no desfecho da pugna que se aproxima. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 14 de abr. 1968, p.1. )

Portanto, o cenário político campinense no último ano da administração Williams de Souza Arruda, deteve-se nas discussões pré-eleitorais. Ainda que o dia do pleito fosse a 15 de novembro de 1968, já em meados do primeiro semestre, a corrida eleitoral protagonizava as discussões políticas no município. Enquanto os projetos econômicos foram postos em segundo plano, assim, iremos discutir a ebulição política da cidade em meio à radicalização da centralização política imposta pelo governo do general Costa e Silva, onde as capitais não teriam eleições diretas para suas respectivas

prefeituras. Logo, a corrida rumo à Prefeitura Municipal de Campina Grande ganha notoriedade em todo o Estado.

O último acontecimento que visava melhorar a infraestrutura da cidade ocorre nos primeiros dias de 1967. Pois, passados o primeiro biênio da sua administração, Williams Arruda, executou uma profunda reforma administrativa na máquina burocrática municipal, visando maximizar os trabalhos deste aparelho governamental. Esta reestruturação foi possível através do apoio dos técnicos do GAP (Grupo de Administração Pública) órgão ligado a SUDENE, instituição que coordenou a reforma administrativa que se estendeu ao longo do primeiro semestre de 1967.

Como já salientamos, a Prefeitura Municipal de Campina Grande delineou uma gama de projetos de cunho desenvolvimentistas, almejando intensificar a industrialização da cidade, em contrapartida, a burocracia não sofrera mudanças estruturais; operava sob a mesma estrutura dos governos anteriores. Mudara-se a equipe de governo com a posse de Williams, mas, a estrutura manteve-se, e esta era a preocupação do Prefeito em 1967: reformar a máquina pública.

A reestruturação completa da máquina burocrática, começou pelo gabinete do Prefeito, o qual passa a ter a sua disposição órgãos de assessoramento, com o objetivo de melhorar a utilização dos recursos municipais. Assim, a Prefeitura passou a gerir seus projetos a partir dos Planos de Trabalhos, que eram sistematizados pela Assessoria de Planejamento e Organização, diretamente vinculada ao Prefeito. Neste órgão, mapeavam-se todas as metas que a Prefeitura almejava alcançar, com a elaboração de orçamentos setoriais, ou seja, cada setor dependente das receitas da Prefeitura tinha um projeto específico para seu desenvolvimento. Veremos detalhadamente como funcionava essa distribuição de tarefas, conhecendo o novo funcionamento da Secretaria da Fazenda. Esta reforma não se deu apenas na secretaria da Fazenda, mas em todas as Secretarias municipais, sem uma única exceção. Utilizamos o exemplo da secretaria da Fazenda para detalhar o novo funcionamento da máquina burocrática municipal, porque esta Secretaria era responsável pela administração financeira e tributária do Município, onde todos os recursos obrigatoriamente passavam pelo seu controle.

A Secretaria da Fazenda estava limitada a repassar as verbas obtidas pela Prefeitura, seja através de impostos municipais, repasses federais e/ou estaduais. Não tendo nenhuma função no que diz respeito ao controle efetivo das receitas do município e interferência na orientação da política financeira e fiscal da cidade. Com a referida reforma, passou não somente a interferir no planejamento dos gastos municipais, como

também a executar as atividades tributárias e a arrecadação das rendas municipais. Contando com o apoio logístico de um novo aparelho burocrático criado para auxiliar as novas atribuições desta secretaria, este apoio era composto por:

- Junta de Recursos Fiscais;
- Unidade de Administração;
- Contadoria Geral;
- Tesouraria Geral;
- Serviço de Tributação.

Além destes cinco novos órgãos de apoio, a Secretaria da Fazenda ainda passava a contar com um assessor direto a dispor do seu secretário, que o substituíria em eventual caso de sua ausência no cargo.

Logicamente, esta Reforma Administrativa aumentou a folha de pagamento do Município;<sup>128</sup> todavia, reestruturou a máquina burocrática municipal, a qual estava movendo-se embasada num aparato administrativo ultrapassado, que tinha como consequência direta, a demora expressiva na viabilização de projetos de interesse da população; e mais, aperfeiçoou a fiscalização da qualidade dos serviços públicos, e aumentou as receitas do Município com a maximização da cobrança de impostos. Antes da vigência desta Reforma Administrativa, no período de 1965-66, a Prefeitura Municipal de Campina Grande, registrava a falta do pagamento de responsabilidade dos munícipes, relativos aos seguintes tributos: Imposto Predial no valor de NCr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros novos) e do Imposto de Indústria e Profissão avaliado em NCr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos), sendo este último imposto extinto pela Reforma Tributária outorgada pelo Governo militar.<sup>129</sup>

Na Câmara Municipal a Reforma Administrativa foi aprovada sem maiores percalços, o que de fato “esquentava” os debates no parlamento municipal eram as “picuinhas políticas”. A oposição após sucessivas derrotas nas votações na Câmara Municipal,<sup>130</sup> optou por outro caminho para externar seu repúdio à administração do

---

<sup>128</sup> Cabia ao Prefeito a nomear os ocupantes dos novos cargos, como também, exonerar os titulares dos cargos desocupados.

<sup>129</sup> *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 06 de abr. 1967, p.5.

<sup>130</sup> Entre as inúmeras derrotas da bancada oposicionista merece destaque as eleições para presidente da Casa de Félix Araújo, onde o candidato governista sempre ganhava a disputa, sendo alçado por duas vezes ao cargo de presidente deste parlamento os vereadores situacionistas, Augusto Ramos (1965 a 1966), e Prof. Anézio Leão (1967 a 1968). In: *DIÁRIO DA BORBOREMA*, 14 de abr. 1968, p. 6.

município, através da divulgação “anônima” de cartazes que “denunciavam” o subdesenvolvimento de Campina Grande, apontando como principal responsável o Prefeito, o qual entre uma infinidade de acusações, estaria administrando o município desligado da expressiva zona rural campinense.

Aspirando conter a boataria que se espalhava pela cidade, o vereador João Nogueira de Arruda,<sup>131</sup> vai a tribuna da câmara reivindicar uma atitude energética do poder legislativo municipal contra estas acusações, como enfoca:

Sr. Presidente: considerando que tem aparecido ultimamente em nossa cidade e mesmo fora dela cartazes e dísticos desairosos ao seu desenvolvimento e brio de cidade civilizada. Considerando que cabe ao poder público zelar pela sua integridade combatendo aqueles que as escondidas fazem campanha sórdida e desleal, inclusive colocando cartazes em estradas e letreiros em para-choques de caminhão com dizeres infundados sobre nossa cidade.

Requeiro, ouvido o plenário [...] promover uma reunião com todas entidades de classe [...] órgãos de divulgação falados e escritos, e o povo em geral ,para tratarem em comum, de um meio para combater sistematicamente, por meio da imprensa e outros meio de comunicação, a campanha mesquinha que estão fazendo contra o desenvolvimento de nossa terra.(*DIÁRIO DA BORBOREMA*, 05 de jul. 1967, p.1. ).

Esta assembleia solicitada pelo grupo governista não se realizou, entretanto, o fato que merece destaque neste momento é o agravamento das disputas locais visando às eleições municipais de 1968, as quais estavam se aproximando, e à medida que o pleito se achegava, as “colisões” entre os agrupamentos políticos se acentuavam.

Ainda que Williams Arruda já tivesse publicamente anunciado que não iria se beneficiar da prorrogação do seu mandato, fato que poderia ocorrer embasado na resolução expedida pelo presidente Castelo Branco no Ato Complementar nº37, o qual indicava o adiamento da realização de eleições municipais para o ano 1968. Pois, o prefeito campinense julgou tal medida como antidemocrática (*DIÁRIO DA BORBOREMA*, 30 de mar. 1967, p.1.), portanto, não haveria de convir com a mesma.

Mesmo criticando a medida citada no parágrafo anterior, classificando-a como “antidemocrática”, Williams Arruda só entrega o cargo em 30 de janeiro de 1969, ou seja, acaba por se beneficiar do Ato aprovado pelo governo militar.

---

<sup>131</sup> O vereador João Nogueira de Arruda, conhecido popularmente pelo seu pomposo apelido: “Pinta Cega”, era o maior aliado do Prefeito na Câmara, e conhecido no cenário político estadual como fervoroso militante do argemirismo. João Nogueira de Arruda se elegeu no pleito de 1963 com um “curioso” slogan: “não vote às cegas, vote em Pinta Cega”. In: SYLVESTRE, 1993, p.156.



O furor eleitoral, as expectativas referentes ao pleito de 1968, estavam tão grandes, que a questão da permanência de Williams Arruda à frente da chefia do executivo municipal, não entrou em pauta nas discussões realizadas na Câmara Municipal.

A partir da análise centrada na segunda metade dos anos sessenta chegou-se a conclusão que a Câmara de Vereadores de Campina Grande, tinha como maior característica, a falta de arcabouço ideológico, ou, simplesmente, o mínimo de interesse dos vereadores campinenses, em procurar meios para solucionar os problemas da população.

A pequenez política, o apego ao medíocre, era fato comum no cotidiano do parlamento municipal. No Diário da Borborema, dentro do seu caderno de política, eram publicadas diariamente pequenas notas referentes à pauta do dia na Câmara, é impressionante como as discussões diárias se resumiam a aprovação de votos de aplauso (para figuras “ilustres” da cidade, principalmente, oficiais do Exército) e a concessão do título de cidadão campinense para os “forasteiros” bem sucedidos. No mais, restringia-se a elogiar ou repudiar (dependendo do partido), o desempenho do executivo municipal, e pior, sem argumentação convincente, independente do objetivo do pronunciamento.

### 3.1 De Proa à Popa: O início do naufrágio da economia campinense

Mediante o quadro que retrata o apogeu e os primeiros instantes da crise econômica de Campina Grande, se faz preponderante dimensionar as nuances financeiras e administrativas, e o trágico resultado final destas oscilações, o declínio socioeconômico que a cidade passou a atravessar depois de iniciado o processo de centralização político-administrativa interpelado pelos militares. Com isso, os graves problemas da cidade relativos ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, fornecimento de energia elétrica, habitacional, e de cunho educacional, não foram totalmente resolvidos com a administração municipal chefiada por Williams Arruda. Sem nenhum ranço apologético, o que houve no período de 30 de setembro 1964 a 31 de janeiro de 1969, foi algo novo na política municipal, a ideia de planejar cuidadosamente os diferentes setores da economia, e o consequente desenvolvimento

social de Campina, isto feito em um período extremamente conturbado da história nacional.

Finalmente, os problemas básicos da sociedade campinense tinham projetos específicos, que progressivamente vinham estruturando a cidade, não em sua totalidade, pois, só uma política de abrangência nacional pode alcançar tamanho êxito. Mas, dentro do município de Campina Grande, os primeiros passos rumo a este objetivo maior estavam sendo iniciados. As empresas criadas durante a gestão aludida em nosso estudo ratificam esta premissa.

É indiscutível o fato das empresas municipais de capital misto implantadas no período referente à administração Williams Arruda, estarem num grau quantitativo e qualitativo superior as empresas equivalentes, não só na região Nordeste, mas, em parte relevante do país. Ao ponto de a única empresa que fazia parte das fornecedoras dos serviços públicos municipais que não havia sido criada durante a gestão Williams Arruda era, justamente, a única empresa de utilidade pública, a qual era frequentemente criticada pela população, sobretudo, pela péssima qualidade dos seus serviços, a SANESA, que apesar da Prefeitura Municipal de Campina Grande deter algumas de suas ações, cabia ao Governo do Estado da Paraíba a sua administração. Interessante frisar, que ainda com a discutível atuação da SANESA e posteriormente da ainda mais sofrível, CAGEPA, Campina Grande dispõe de uma cobertura de ruas saneadas superior a média nordestina, e até mesmo, em relação a capital do Estado.<sup>132</sup>

Como destacamos no segundo capítulo, a falta de água era um problema antigo e constante no município de Campina Grande, não apenas o Bairro do Centro e na Prata (os mais nobres), como também, em todos os bairros da cidade, a SANESA então presidida pelo “Coroné” Veneziano Vital do Rego, estava tão desorganizada, que chegou a ter seu fornecimento de energia elétrica cortado pela CELB, motivado pelo atraso do pagamento da conta de energia elétrica, perfazendo o valor de 118 mil cruzeiros novos, como nos chama atenção o presidente da CELB, Edvaldo do Ó afirma que

(...) os dirigentes da CELB, por diversas vezes, haviam mantido contatos com a SANESA, visando a um acordo, o que não evitou que o problema cada vez mais se agravasse, em decorrência da grande displicência administrativa dos dirigentes daquela empresa. (...)

---

<sup>132</sup> Dado extraído do censo 2010, disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/pnsb.pdf>. Acessado em, 02/05/2012.

Somente com medidas desta natureza os dirigentes da SANESA terão mais responsabilidade. (*DIÁRIO DA BORBOREMA*, 16 de dez. 1967, p.9. )

As Autarquias Municipais campinenses tinham a boa prestação de serviço como sua principal característica, especialmente, a CELB, que até mesmo, mais de trinta anos após sua fundação, continuava a ser a empresa de serviços públicos campeã absoluta, no que diz respeito, a excelência na qualidade de seus serviços. Enquanto, a CAGEPA, empresa criada a partir da absorção da SANESA, ainda na década de 1990, “era” a empresa pública que “tinha” os seus serviços mais criticados pela população.

Williams de Souza Arruda e sua equipe administrativa, pensavam de acordo com o que havia de mais moderno no seu tempo, ainda que o desenvolvimentismo na economia nacional tenha causado rupturas até hoje não recuperadas,<sup>133</sup> em Campina Grande esta ideologia proveu bons frutos, a cidade crescia galgada em projetos econômicos sólidos (ainda que alicerçados na polêmica política de incentivos fiscais), e o fato de Williams, antes de tornar-se prefeito, não ter sido um grande entusiasta da política desenvolvimentista, compunha mais um fator interessante aos rumos que a política econômica municipal se destinou a partir da sua posse, como afirmou este personagem político em entrevista concedida a Damião de Lima em 10 de novembro de 1995, quando deixou claro que inicialmente não era um entusiasta da industrialização, maiormente, devido a sua formação política ter sido originada de setores tradicionais da política local, mas posteriormente, “durante a convivência com o prefeito [Newton Rique] passou a entender a importância do projeto desenvolvimentista para o município e, por isso, resolveu dar continuidade ao projeto iniciado pelo prefeito cassado” (LIMA, 2004. p. 144.).

Ao dar início a sua administração, Williams Arruda definitivamente compactuou com o ideário desenvolvimentista, ao destacarmos seu principal secretário, o economista Edvaldo do Ó. É impressionante como este entusiasta da industrialização estava presente em todas as iniciativas da Prefeitura durante a gestão analisada.

Williams Arruda montou sua equipe de governo visando encampar os projetos desenvolvimentistas, trazendo estes ideários para prática através das verbas oriundas do governo federal.

---

<sup>133</sup> Para maior conhecimento das consequências relativas às medidas desenvolvimentistas em relação à economia nacional, ver: BRUM, 1998.

O parágrafo anterior mostra como Williams soube barganhar com a sempre desconfiada ditadura militar, tanto que, os recursos federais para o desenvolvimento dos projetos delineados pela Prefeitura, foram conseguidos sempre que o prefeito os solicitasse, ainda que demorassem em chegar aos cofres da Prefeitura, as instituições federais estavam através de vários convênios ligadas à Campina Grande.

As instituições nacionais como a SUDENE, que representava o órgão federal de maior envergadura no Nordeste, foi constantemente sondada, levando em consideração o fato de Campina Grande ser durante a década de 1960, nada menos, a quarta cidade nordestina, no que se refere ao envio e aprovação de projetos destinados ao crivo da SUDENE, ficando atrás apenas, das três metrópoles nordestinas, Recife, Salvador e Fortaleza. Eis quadro demonstrativo relativo às indústrias que se instalaram em Campina Grande e receberam vários outros incentivos via Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste:

QUADRO Nº16

<b>INDÚSTRIAS INCENTIVADAS PELA SUDENE EM CAMPINA GRANDE (1964-69)</b>			
<b>Ano</b>	<b>Estabelecimento</b>	<b>Produto</b>	<b>Objetivo do Projeto</b>
1964	Cande	Tubos plásticos rígidos	Implantação
			Complementação
1965	Incompresa	Elementos vazados ladrilhos e hidráulicos	Implantação
	Ilcasa	Leite Pasteurizado	Implantação
	Sibral	Sisal	Compra de equipamentos
	Wallig Nordeste S/A	Fogões a gás liquefeito	Implantação
	Cande	—	Reformulação financeira
1966	Fibrasa	Beneficiamento de Sisal	Compra de equipamentos
	Ipelsa	Celulose e papel	Reformulação financeira
	Premol	Artefatos de Concreto	Ampliação
	Wallig Nordeste S/A	—	Reformulação financeira
	Bentonit União Nordeste	Beneficiamento de Argila/Betonita	Implantação
1967	Artefatos Metalúrgicos Müller S/A	Utensílios Domésticos	Implantação
	Fertilizantes de Campina Grande S/A	Industrialização de Lixo Urbano	Implantação
	Bentonit União Nordeste	—	Ampliação
	Wallig Nordeste S/A	—	Compra de equipamentos
	ArbameMallory do Nordeste S/A	Artigos elétricos	Implantação
1968	Frigrande	Tecidos comestíveis e subprodutos bovinos e suínos	Implantação
	Bentonit União Nordeste	—	Aumento da colaboração financeira
1969	Besa	Placas esponjosas de borracha	Implantação

Fonte: *SUDENE*, 1970.

Esses projetos aprovados tiveram origem no Sistema 34/18. Trata-se, na prática, de uma menção ao Artigo 34º da Lei n. 3.995 de 14/12/1961, que admitia a dedução do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas de recursos designados a aplicações financeiras na região, e ao Artigo 18º da Lei n. 4.239 de 27/06/1963, que alargava esta dedução à obtenção de obrigações lançadas pela SUDENE, para aumentar os recursos do Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (Fidene). Este fundo, cujas fontes abarcavam também recursos de origem orçamentária, era utilizado na subscrição pela SUDENE de capital de companhias abrigadas no Nordeste. Assim, o Sistema 34/18 convencionava incentivos fiscais (sobretudo para a capitalização do Fidene) e monetários (por meio da subscrição de capital pela SUDENE). É apropriado grifar que o Sistema 34/18 se destinava a operações de capital de risco, em que o incentivo outorgado ao depositante deveria ser aplicado em investimento, com todos os riscos inerentes à iniciativa. As operações diferiam, portanto, das do chamado capital de empréstimo, nas quais se requeriam reembolso fixo e obrigatório.

A criação dos incentivos do Sistema 34/18 buscava atrair para o Nordeste o *know-how* ou a envergadura empresarial do Centro-Sul necessária para gerar a industrialização da região, como também, desejava aliciar capital para o aproveitamento em projetos de interesse regional. A lei em questão consentia assim, a aplicação de recursos incentivados em projetos de desenvolvimento no Nordeste, almejando, como principal objetivo:

- Elevar a poupança interna do país e da região;
- Ampliar o efeito multiplicador dos investimentos, induzindo a criação de novas fontes de formação de capital;
- Evitar interferências nas decisões relativas ao funcionamento das empresas;
- Reduzir as perspectivas de riscos e prejuízos futuros dos empreendimentos localizados na região;
- Quantificar os custos sociais inerentes aos programas de desenvolvimento regional. (HIRSCHMAN, 1969)

Na realidade, o Sistema 34/18 favorecia os grandes depositantes, que aplicavam em seus próprios projetos e não pagavam qualquer tipo de comissão aos corretores, e os grandes projetos que conseguiam mobilizar recursos a taxas bastante inferiores às praticadas no mercado. Destarte, considerava-se o sistema de incentivos dispendioso, ineficaz e de fraco vigor social, já que cooperava para a concentração de renda e

favorecia, em primeiro lugar, a burguesia empresarial do Centro-Sul, para onde era destinada a maior fatia dos recursos financeiros provenientes do Sistema 34/18.

Ao fechar o parêntese sobre a industrialização via incentivos fiscais, e ao retomar as realizações da Prefeitura Municipal de Campina Grande, que conseguiu trazer financiamentos estadunidenses para seu território, usufruindo da Aliança para o Progresso, quando viabilizou uma quantidade notória de obras, através de verbas que chegavam a SUDENE, por meio da USAID.

Ainda que a industrialização campinense tenha se desenvolvido a partir das políticas de incentivo fiscais, liderada pela SUDENE, com todos os problemas inerentes a estes incentivos,<sup>134</sup> que na verdade funcionavam como favorecimentos, Campina Grande indiscutivelmente estava um passo a frente de muitas cidades no interior nordestino, ditando normas e criando modelos a serem copiados, característica que paulatinamente foi se distanciando desta cidade.

O desejo da meteórica industrialização, unido com a crença que boa parte dos problemas seria resolvidos através desta, por si só, já produziu algo interessante nesta cidade, foi capaz de agitar os atores políticos, colocar parte dos representantes da sociedade para pensar em soluções que, ao menos, amenizam os problemas de primeira ordem da sociedade.

Entretanto, esta compreensão do processo de desenvolvimento industrial era extremamente simplista, pois a conjuntura regional e nacional havia mudado radicalmente, com o governo do Marechal Costa e Silva, a centralização político-econômica que vinha sendo arquitetada desde 1964, se acentuou. Com isso, passava a ser prioridade do governo militar o investimento pesado em favor das capitais. Logo, cidades de porte médio como Campina Grande, que ocupavam a liderança em todos os aspectos econômicos, e até mesmo, demográficos<sup>135</sup> do Estado, passam a sofrer o esvaziamento de sua economia.

Mas é imperativo frisar que salvo a percepção de algum analista mais perspicaz (como demonstraremos mais a frente), **este processo centralizador em prol das capitais estaduais, só foi sentido na cidade em meados da década de 1970**<sup>136</sup>, e teve

---

<sup>134</sup> Para saber mais sobre a política de industrialização pautada nos incentivos fiscais ver: LIMA, 1996.

<sup>135</sup> Em 1964 a zona urbana do município de Campina Grande, era composta por cento e trinta e cinco mil habitantes, à frente da população urbana de João Pessoa que girava em torno de cento e nove mil habitantes. Ver: SYLVESTRE, 1988. p.265.

<sup>136</sup> Grifos nossos.

como fator deflagrador das insatisfações, o fechamento da Wallig Nordeste S/A<sup>137</sup>, naquele momento a maior fábrica da cidade<sup>138</sup>. Vejamos o quadro abaixo que aponta o favorecimento do Governo Federal em prol da Capital paraibana, em detrimento de Campina Grande, ao tomarmos por base a comparação entre as inversões em infraestrutura dos distritos industriais no período de 1969 a 1970, utilizando como referência o Cr\$:

QUADRO N°17

Período	Campina Grande		João Pessoa	
	Cr\$	%	Cr\$	%
1969	1.526.167,08	72,5	580.182,98	27,5
1970	577.624,47	32,4	1.202.451,99	67,6

Fonte: Paraíba. *Manual de dados do Estado da Paraíba*, 1974.

O Quadro acima deixa explícito o favorecimento de recursos para beneficiar a industrialização de João Pessoa, quando mais do que dobrou as receitas designadas ao ampliamiento do seu parque fabril, ao assinalar, simultaneamente, a queda de mais de 40% dos investimentos industrializantes destinados a Campina Grande.

Portanto, devem ficar claros dois períodos da industrialização campinense, o primeiro, em que não houve impedimento da eclosão das medidas desenvolvimentistas (foco primordial de nosso estudo), as quais curiosamente como já foi provado, tiveram seu ápice nos primeiros cinco anos do Regime autocrático interposto pelas Forças Armadas, talvez por um contraponto histórico<sup>139</sup>, estas metas durante a presidência do General Castelo Branco, ganharam envergadura em Campina, não obstante, está endossado o alinhamento da gestão municipal com a conduta militar, o segundo<sup>140</sup>, o processo de decadência das fábricas atraídas pelos incentivos da SUDENE, onde a maior parte destes estabelecimentos eram originários do Centro-Sul, em Campina Grande apenas transformavam matérias-primas de outras regiões, chegaram na década de 1960, seduzidas pelas isenções fiscais e pelos baixos salários pagos aos operários, na

<sup>137</sup>Fábrica que vinha definhando ao longo da segunda metade dos anos de 1970, e encerrou suas atividades em definitivo em 1979.

<sup>138</sup> Ver: LIMA, 1996, p. 89.

<sup>139</sup> Usamos o termo “contraponto histórico”, pela questão de foro econômico extremamente delicada, quando na esfera nacional, o General Castello Branco havia adotado uma série de medidas de caráter recessivo nos moldes liberais, foi justamente quando Campina Grande deslanchou em crescimento.

<sup>140</sup> Por uma questão de recorte cronológico não vamos nos debruçar sobre esta então nascente crise econômica em Campina Grande. Neste instante, se faz objetivo nosso tão somente apontarmos o início das dificuldades financeiras, mesmo porque, já existe um trabalho de fôlego sobre esta temática, para tanto, ver: LIMA, 2004.

segunda metade da década de 1970 puseram o “pé na estrada”, e fecharam suas portas, afinal, estas fábricas em maioria expressiva, não teceram vínculos de forma alguma com a produção, e menos ainda, com o mercado local, nunca aproveitaram as potencialidades da região, de tal modo, propomos uma breve síntese dos principais empreendimentos que partiram sem retorno como a

Cooperativa Regional dos Produtores de Sisal, que administrava uma indústria de corda, duas usinas de beneficiamento de leite, uma rede de supermercados, uma frota de veículos pesados. Na esteira destes fechamentos ainda entram outras grandes empresas, como a Sanbra, Susy, Bravisa, Sanca, Mimonor, Sibril, Fracalanza, Incopresa, Fibrasa etc. (...) Tudo isso sem falar nos inúmeros casos de *pequenas empresas e médias empresas, nem por isso menos importantes*, que silenciosamente deixaram de operar. (LIMA, 1996, p.90).

Já as empresas campinenses de capital misto também tiveram um destino nefasto, pois foram (com exceção da CELB) absorvidas por empresas de abrangência estadual, sediadas na capital João Pessoa, como:

Fruto da centralização administrativa do governo federal e estadual [...] vejam o impacto que, três dessas novas empresas criadas durante o governo militar, no caso a CINEP; a CAGEPA e a TELPA, causará ao desenvolvimento campinense.

Com a criação da CINEP, a Companhia de Industrialização de Campina Grande (CINGRA) ficou impossibilitada de desenvolver qualquer ação, sob pena de o município sofrer intervenção, pois, contrariar essa norma significava se insurgir contra a política de “salvação nacional”, ocorrendo, desta forma o esvaziamento da CINGRA. A mesma coisa aconteceu com a criação da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), que absorveu a SANESA, uma empresa mista de água e esgotos que havia sido exemplo para o país e para a América Latina, e, nesse sentido, a TELPA deu o mesmo destino a TELINGRA. (LIMA, 2004, p.150-151.)

Resultado imediato deste processo de evasão das instituições que viabilizavam o progresso de Campina Grande, aliado a Reforma Tributária,<sup>141</sup> foi à decadência econômica que progressivamente se instaurou no município, a qual paulatinamente foi se agravando, em especial com a perda de arrecadação da cidade, e diminuição de repasses do Governo Estadual oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (LIMA, 2004).

---

<sup>141</sup> Para um estudo aprofundado da Reforma Tributária outorgada em 1965, ver: LIMA, 2004.



Imediatamente após o apogeu das medidas industrializantes, a economia de Campina Grande no decorrer da década de 1970 vai perdendo força<sup>142</sup>, obviamente quando equiparado ao crescimento que vivenciara na segunda metade dos anos de 1960, como já demonstramos em páginas anteriores, e mais, ainda em 1965, setores progressistas da cidade já previam a névoa que desceria sobre a Serra da Borborema. Mais um aficionado pela industrialização, o professor José Lopes de Andrade, através de artigo publicado num periódico local chamava atenção, pois

Se Campina Grande deseja participar com eficácia do *rush* de industrialização do novo Nordeste, que cresce mais que o Brasil (...) seus líderes nos diversos setores econômicos terão de adotar uma nova política de estoques e absorver muito mais recursos do art. 34/18, do que têm feito até agora (...) expandir seus negócios a um ritmo mais acelerado, eis a única salvação que ainda resta a esta cidade da região nordestina. (A GAZETA DO SERTÃO, 15 de out. 1965, p.3.)

No que concerne à política local, visando às eleições de 1968, o grupo desenvolvimentista campinense movimentou-se para articular a candidatura de um jovem político, o então defensor ferrenho do nacionalismo, Ronaldo Cunha Lima.

### 3.2 Resultados da política desenvolvimentista e o recenseamento de 1970

Quando discutimos a força socioeconômica de uma cidade, estamos contextualizando as condições de vida da sua população, é com este objetivo que julgamos interessante analisar meticulosamente os dados coletados no recenseamento populacional e da produção fabril de 1970 pelo IBGE, o qual passou a dar uma série de detalhes que não eram postulados por cidade nos recenseamentos anteriores<sup>143</sup>, assim, passamos a ter acesso a várias informações relevantes, e acreditamos com isso, dimensionar os frutos e as limitações do desenvolvimentismo campinense. Dentre estes quesitos proeminentes, destacaremos os dados explicitados no quadro que segue:

---

<sup>142</sup> Uma prova contundente do resfriamento da economia campinense está no fato de João Pessoa ultrapassar a arrecadação de Campina Grande já em 1970, quando a Rainha da Borborema havia arrecadado naquele ano tributário a soma de Cr\$ 15.785.549,44, e a Capital paraibana o montante de Cr\$ 16.432.908,06. In: LOPES, 1989, p.33.

<sup>143</sup> Somente a partir do censo de 1970 o IBGE passou a detalhar por município a “disponibilidade de utensílios domésticos e automóveis”, como está exposto no Quadro nº17.

#### QUADRO Nº18

<b>Campina Grande 1970</b>		
Número	Habitantes	195.974
	Domicílios	36.483
<b>Disponibilidade de Utensílios Domésticos/Automóveis</b>		
	Lenha	4.922
Fogão	Gás	13.804
	Outro Combustível	12.373
Rádio		20.797
Geladeira		6.758
Televisão		4.528
Automóvel		2.383

Fonte: IBGE, 1972.

Importante perceber no quadro nº18, que apesar do número de domicílios ter caído em contraponto ao senso de 1960, quando Campina Grande possuía 38.783 casas<sup>144</sup>, como também a população ter diminuído, quando em 1960, habitavam no referido município 207.445 pessoas<sup>145</sup>, passamos a dimensionar novos dados, os quais, representam de maneira bastante interessante as condições de conforto no lar nas casas campinenses, merece especial destaque a quantidade de televisores, acreditamos a importância deste dado mediante o *status* social na virada da década de 1960, em possuir um aparelho de TV em seu imóvel, ainda mais, quando em Campina Grande já havia uma emissora de televisão local, a TV Borborema, única do gênero em todo o interior nordestino.

Outro quesito que nos chamou atenção ainda no censo de 1970, foram as instalações sanitárias apontadas a seguir:

#### QUADRO Nº19

<b>Campina Grande 1970</b>		
Número de Domicílios		36.483
	Instalações Sanitárias	
	Séptica	3.193
Fossa	Rudimentar	15.071
	Outro escoadouro	776

Fonte: IBGE, 1972.

Neste caso, não há dados a serem comemorados, pelo contrário, se atualmente Campina Grande conta com uma disponibilidade de saneamento com de mais 85% do

---

<sup>144</sup> IBGE, Censo 1960.

<sup>145</sup> Idem.

município com esgotamento sanitário<sup>146</sup>, no despertar da década de 1970, a cidade se apresentava como um caos de saúde pública, sobretudo, quando é sabido a quantidade de moléstias que a comunidade fica exposta quando não há o devido tratamento dos detritos.

Para finalizar estes dados elencados no censo publicado em 1970, se faz imprescindível retomarmos as amostras coletadas na década de 1960, por isso segue a amostragem comparativa:

QUADRO Nº20

Quesitos	Campina Grande	
	1960	1970
Número de Domicílios	38.783	36.483
Iluminação Elétrica	16.600	23.947
Abastecimento D'água	11.300	15.668

Fonte: IBGE, *Recenseamento* 1960-1970.

Fica claro a evolução nos quesitos elencados no quadro acima, com atenção especial para a ampliação da rede elétrica, concluímos que isto foi possível devido a exitosa atuação da CELB, autarquia municipal já mostrada em nossa Pesquisa, enquanto ao aumento da oferta d'água o mérito deve ser destinado aos últimos instantes de vida da SANESA, cujas operações foram finalizadas após a fundação da CAGEPA.

Mas estes aumentos quantitativos dos serviços elencados no quadro nº18, como no quadro nº20, não resolveram os problemas de maior parte da população que continuou a viver a margem desta prosperidade, vide o número de habitantes e domicílios, ou ainda, a expressiva somatória de pessoas apontadas pelo recenseamento de 1970 como “sem instrução”<sup>147</sup>, entretanto, também é fato que esta precariedade de sua infraestrutura lamentavelmente também “era” comum a parte relevante do Nordeste.

Vejamos agora os dados referentes à evolução industrial, ao detalharmos os gêneros fabris selecionados pelo IBGE, no censo industrial de 1960 e 1970, mais uma vez com fins comparativos, para investigarmos as implicações da política desenvolvimentista em Campina Grande, portanto, observemos:

---

<sup>146</sup> Como já havia sido mencionado em outra parte da Pesquisa, Campina Grande é atualmente primeira colocada em saneamento no Nordeste, de acordo com o Censo de 2010.

<sup>147</sup> Segundo o recenseamento de 1970, existiam em Campina Grande 83.955 pessoas classificadas como “sem instrução”. Ver: IBGE, 1972.

## QUADRO N° 21

<b>Dados da Industrialização de Campina Grande (1960-1970)</b>			
Censo Referente	Total do Número de Estabelecimentos	Média Mensal dos Operários Ocupados	Cinco Principais Gêneros Produzidos (Número de Estabelecimentos)
1960	212	2.443	Produtos alimentares (65) Mobiliário (36) Vestuário e calçados (15) Metalúrgica (13) Têxtil (13)
1970	294	4.348	Produtos alimentares (78) Mecânica (26) Produtos de minerais não metálicos (24) Mobiliário (24) Metalurgia (20)

Fonte: IBGE, *Censo Industrial da Paraíba*, 1960-1970.

É visível o aumento significativo do número total de estabelecimentos, com crescimento de 38,68%, concomitantemente, fica evidenciado o também acréscimo da quantidade de mão-de-obra destinada as fábricas com um desenvolvimento de 77,98%.

Com relação aos principais gêneros industriais presentes em Campina Grande no período mencionado no quadro n°21, destacam-se, quanto ao número de estabelecimentos; os alimentares (sendo a principal mercadoria produzida nas duas coletas de dados), o crescimento do fabrico de componentes mecânicos<sup>148</sup>, a prosperidade da metalurgia, e ainda, a diminuição de importância da indústria de vestuários e calçados, que apesar de continuar a ser relevante<sup>149</sup>, não acompanhou o desenvolvimento dos outros setores (não estava mais entre as cinco atividades quantitativamente mais importantes), e mais, a queda agressiva da manufatura têxtil<sup>150</sup>, por fim, a indústria mobiliária com redução do número de estabelecimentos.

<sup>148</sup> De acordo com o Censo Industrial da Paraíba de 1960 (IBGE), a diligência mecânica dispunha de 15 (quinze) unidades fabris em Campina Grande.

<sup>149</sup> Segundo o Censo Industrial da Paraíba de 1970 (IBGE), a indústria de vestuário e calçadista evoluiu para 18 (dezoito) o número de estabelecimentos.

<sup>150</sup> A produção têxtil caiu de 13 (treze) para 7 (sete), o número de fábricas em Campina Grande. In: IBGE, 1962-1972.

## Considerações Finais

Pelas informações que foram assinaladas, fica patente o fato de existir uma cultura política própria a Campina Grande, a ambição da classe média local, reforçada pela outrora força econômica do Município, e alicerçada na vida intelectual expressiva nesta cidade (possivelmente devido à existência de duas Universidades Públicas), em que, historicamente, parte expressiva do eleitorado concedeu seu voto a projetos favoráveis ao desenvolvimentismo juscelinista, a ideia do crescimento meteórico, em especial, via industrialização, demonstra junto à população a imagem de progressismo, assim, acreditamos que este projeto foi gestado nas décadas de 1950-1960, o fato é que a proposta de governo em questão, nos primeiros momentos após o Golpe de 1964, conseguiu sobreviver e atingiu seu apogeu na gestão municipal de Williams Arruda, e posteriormente com a eleição de Ronaldo Cunha Lima, provavelmente ganharia novo impulso, ao destacar que não existe um personagem político o qual consiga sintetizar o desenvolvimentismo em si mesmo, ou no seu sobrenome, **este projeto é da Cidade**<sup>151</sup>, apenas citamos os dois sujeitos políticos neste parágrafo, porque o primeiro governou Campina Grande no ápice da encampação do desenvolvimentismo, e o segundo, já na sua campanha política em 1968, foi eleito sob o ideário industrializante, entretanto, com a cassação do candidato petebista (Ronaldo Cunha Lima) e a nomeação de um interventor, a plataforma desenvolvimentista perdeu fôlego na administração municipal, mas eleitoralmente, parte notável das pessoas que têm domicílio eleitoral em Campina, ainda são simpáticas aos preceitos desenvolvimentistas, e acreditam na urgência da “Rainha da Borborema” chefiar o crescimento econômico de todo o interior nordestino, este sentimento, é o *campinismo*<sup>152</sup>.

Destarte, julgamos conveniente destacar três notoriedades sobre a História Política de Campina Grande mais recente, primeiro, a dificuldade da ARENA em eleger seus candidatos no município aludido, segundo, as preleções políticas desta cidade serem determinantes para os rumos políticos do Estado da Paraíba, terceiro, o quão a apelação ao passado de apogeu do desenvolvimentismo é discurso revisitado na Rainha da Borborema.

---

<sup>151</sup> Grifos do autor.

<sup>152</sup> Uma concepção muito próxima da adotada nesta Dissertação para conceituar o que seria o *campinismo*, foi proposta pelo jornalista Stenio Lopes (1989, p.74-75), “*Campinismo* é esse estado de espírito que coloca Campina Grande acima de tudo na querência e na predileção, em se tratando de realizar obras ou prestar serviços à cidade e à sua população, em se tratando de não deixar que esta cidade seja prejudicada, de qualquer que seja a forma, em sua penosa escalada para o progresso”.

Começamos então por analisar a votação obtida pelos candidatos da ARENA e do MDB a Prefeitura de Campina Grande ao longo da vigência do bipartidarismo no decurso da ditadura civil-militar<sup>153</sup>:

QUADRO Nº22

<b>Eleição/Ano</b>	<b>ARENA (votos)</b>	<b>MDB (votos)</b>	<b>Número de Eleitores</b>	<b>Abstenção</b>	<b>Branco e Nulos</b>	<b>Eleito</b>
1968	18.442	22.156	54.656	14.056	<i>indisponível</i>	Ronaldo Cunha Lima
1972	40.001	2.150	62.570	16.933	3.486	Evaldo Cavalcanti
1976	30.615	26.361	77.650	16.550	4.124	Enivaldo Ribeiro

Fonte: *Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba*.

Ao observar o quadro acima, ficam patentes dois momentos, primeiro, o vigor eleitoral do projeto desenvolvimentista, no período dimensionado pela já citada eleição de Ronaldo Cunha Lima<sup>154</sup>, mesmo quatro anos após o “sucesso” do Golpe, e mais, em meio a toda repressão sócio-política a plataforma desenvolvimentista sagrou-se vitoriosa, ainda que na chapa perdedora, tivesse uma dobradinha para época “imbatível”, Severino Cabral (Prefeito) e Raymundo Asfora (vice). Segundo, o grande número de abstenções em todas as três eleições, sobretudo, no pleito de 1972. Nesta primeira metade da década de 1970, o jornalista Stenio Lopes, além de intelectual engajado na industrialização, foi testemunha ocular desta fase da História Política local, assim, afirmou em suas memórias relativas ao período mencionado que “a ARENA campinense é inexpressiva: ela não tem liderança”<sup>155</sup>.

Ainda sobre as eleições gerais de 1970<sup>156</sup>, cabe ressaltar, que nenhum candidato da Aliança Renovadora Nacional, com atuação em Campina Grande, postulante a deputado, seja estadual, quer seja federal, foi eleito.

<sup>153</sup> Fundamental destacar que tanto a ARENA quanto o MDB, poderiam indicar para a disputa eleitoral mais de um candidato.

<sup>154</sup> O Prefeito de Campina Grande, Ronaldo José da Cunha Lima, foi cassado pelo AI-5, ficando em seu lugar o vice-prefeito eleito, Orlando Augusto César de Almeida, empossado em 14/03/1969, posteriormente afastado do cargo por força do Ato de Número 64.336, de 10/04/1969 do então Presidente da República General Costa e Silva, na mesma data da publicação do afastamento foi empossado como Interventor Federal o General Manoel Paz de Lima, cujo Ato foi publicado no Diário Oficial da União do dia 14/05/1969. Disponível em, [http://www.tre-pb.gov.br/she/pages/consulta/cargo\\_listar.jsf](http://www.tre-pb.gov.br/she/pages/consulta/cargo_listar.jsf). Acessado em, 06/07/2012.

<sup>155</sup> LOPES, 1989, p.37.

<sup>156</sup> Com exceção de Presidente da República, em 1970, houve eleições para todos os cargos eletivos, porém, para a vaga de governador e vice-governador a eleição foi indireta. In: TRE-PB.

Já no período da “redemocratização”, e o eminente retorno do bipartidarismo o quadro eleitoral em Campina Grande demonstrou<sup>157</sup>:

QUADRO Nº23

<b>Eleição/Ano</b>	<b>PDS (votos)</b>	<b>PMDB (votos)</b>	<b>Número de Eleitores</b>	<b>Abstenção</b>	<b>Branco e Nulos</b>	<b>Eleito</b>
1982	30883	40.756	100.505	21.530	6.765	Ronaldo Cunha Lima

Fonte: *Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba*.

Naquele momento de retorno político de vários personagens os quais haviam tido seus direitos políticos cassados nos primeiros momentos da repressão, ganhou novamente destaque o retorno ao poder municipal, de um candidato e um partido que tinham suas imagens vinculadas às propostas desenvolvimentistas em Campina Grande.

Vamos agora dar um “salto” na linha do tempo e partir para uma temporalidade ainda mais próxima, e analisar a hegemonia campinense no cenário eleitoral paraibano nas campanhas rumo ao Governo do Estado da Paraíba, com o fim de ratificar a força ainda presente do *campinismo* nos pleitos de 2002 e 2006, período em que um candidato (Cássio Cunha Lima) próximo a elite mercantil local, natural de Campina Grande, venceu quatro turnos consecutivos no período mencionado contra candidatos com ampla aceitação do eleitorado da Capital. Assim, observemos os quadros que seguem:

QUADRO Nº24

**GOVERNADOR DA PARAÍBA 2002**

Candidato	Situação na contagem geral	Número de Votos em % Campina Grande	João Pessoa	1º Turno
Cássio Cunha Lima (PSDB)	1º Colocado	64,46	30,49	
Roberto Paulino (PMDB)	2º Colocado	20,83	41,62	

**GOVERNADOR DA PARAÍBA 2002**

Candidato	Situação na contagem geral	Número de Votos em % Campina Grande	João Pessoa	2º Turno
Cássio Cunha Lima (PSDB)	Eleito	74,24	37,86	
Roberto Paulino (PMDB)	Não eleito	25,76	62,14	

Fonte: *Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, 2002*.

<sup>157</sup> Mesmo com o aparente retorno as “eleições livres”, cada partido ainda podia indicar mais de um candidato.

#### QUADRO Nº25

##### **GOVERNADOR DA PARAÍBA 2006**

Candidato	Situação na contagem geral	Número de Votos em % Campina Grande	João Pessoa	1º Turno
Cássio Cunha Lima (PSDB)	1º Colocado	66,70	39,18	
José Maranhão	2º Colocado	31,21	56,45	

##### **GOVERNADOR DA PARAÍBA 2006**

Candidato	Situação na contagem geral	Número de Votos em % Campina Grande	João Pessoa	2º Turno
Cássio Cunha Lima (PSDB)	Eleito	69,25	39,02	
José Maranhão (PMDB)	Não eleito	30,75	60,98	

Fonte: *Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba*, 2006.

Com base nos números exibidos nos quadros 24 e 25, fica evidente o poder de influência do *campinismo* em todo o interior do Estado da Paraíba, quando o candidato “escolhido” por Campina Grande, consegue irradiar influência nos rincões paraibanos, assim, concordamos que há “(...) diferenças entre Campina Grande e João Pessoa. Muito embora João Pessoa sedie o Governo do Estado, é Campina Grande quem dita os rumos políticos e econômicos que a Paraíba deve seguir” (LIMA, 2010, p. 79.).

Faz-se ainda interessante sublinhar como o “passado glorioso” no espaço político-econômico de Campina Grande, é discurso sempre revisitado em período eleitoral, desta maneira, a partir da análise das propostas de governo, dos atuais “prefeitáveis” para a corrida eleitoral do ano em curso, apontaremos o quão a ideia do retorno a força e liderança da Rainha da Borborema na época estudada ao longo desta Dissertação, é sempre um filão eleitoral explorado na cidade em foco,<sup>158</sup> onde

Os tempos em que a Rainha da Borborema reproduzia Recife constituem apenas lembranças. Já não se tem a hegemonia da arrecadação estadual. Na década de 1950, o desenvolvimento econômico de Campina Grande era considerável. Impulsionada pela crescente industrialização, entre 1950/1954 o município contribuía com 1/3 da arrecadação do Estado. Os intelectuais campinenses, os empresários, aqueles que sempre pensaram a cidade para planejar seu futuro, deixaram de ser chamados a contribuir.

<sup>158</sup> Também se faz interessante frisar que o retorno a este passado de crescimento econômico, não está no programa de governo dos candidatos que ocuparam a PMCG nos últimos trinta anos, provavelmente, por acreditar que este clamor pelo retorno ao desenvolvimento das décadas de 1950 e 1960, é reconhecer que nas últimas três décadas a cidade não conquistou avanços significativos.



É tempo de reconstrução. Nos anos 1960, em outro tempo, outro campinense de cepa propôs a Revolução da Prosperidade. É chegado o momento de propor uma nova revolução para resgatar a cidade.

Como já anunciava a Revolução da Prosperidade em 1960, o Programa de Governo de Newton Rique, *“não se resolve o problema da miséria em uma cidade sem emprego e estes empregos só podem vir das atividades remuneradoras da indústria”*. De 1961 a 1965, Campina Grande se situou na quarta posição entre as cinco cidades nordestinas mais beneficiadas com projetos da SUDENE de implantação ou ampliação de fábricas, superando todas as capitais de Estados e principais cidades da Região, exceto Recife, Salvador e Fortaleza. É preciso retomar esse tempo de prosperidade. Para tal, qualquer cidade há de contar com três fatores fundamentais: água, energia e áreas industriais aptas a receber os empreendimentos. (RIBEIRO, 2012, p.4)

No mínimo curioso, o fato do programa de governo a cima ser de autoria de uma candidata a prefeita, cuja família já governou a cidade em fins da década de 1970, e não é perceptível na administração deste clã, os projetos tão aclamados na sua atual proposta de gestão. Todavia, o que se faz notável, é o chamamento do retorno ao passado glorioso, pois é apontada esta época de prosperidade, justamente ao recorte temporal delineado em nossa pesquisa.

Outro ponto controverso nos pronunciamentos dos atuais candidatos a Prefeito de Campina Grande, é a recorrente ambição de enxergar na industrialização a melhor saída para o incremento econômico da cidade, e até mesmo, ao clamar pela noção de atingir a industrialização via incentivos fiscais, pois a

Redução da burocracia para instalação de empresas e empreendimentos no Município promovendo a criação de Incentivos Fiscais para a captação de negócios, fábricas, investidores, e mais, com a criação do 3º Distrito industrial é nossa meta de governo. (ALMEIDA, 2012, p. 11.)

Industrialização e crescimento econômico aparentam ainda estar na ordem do dia no discurso da atual oposição em Campina, ainda mais numa fase da corrida eleitoral em que a alocação política é dirigida por “marqueteiros”, onde supostamente buscam aproximar as falas do candidato aos anseios do eleitorado, em suma, reproduzir o discurso que os eleitores gostam de ouvir, no caso de Campina Grande em específico, a proposta simpática a parte expressiva do eleitorado local, é o discurso desenvolvimentista, o qual, ainda gera dividendos políticos, assim, compreendemos ser oportuno lembrar uma declaração concedida ao autor, pelo advogado campinense que foi dirigente financeiro da CELB no período de 1970 a 1975 e presidiu na década de 1960 o time de futebol, Campinense Clube, exclama Lamir Motta, “nos idos de 1960, os políticos de Campina Grande eram bons administradores, e bastantes limitados nos

discursos, nas aparições públicas de maneira geral, os discursos eram muito inferiores aos atos administrativos, já hoje... São magníficos no ‘quesito falatório’, e desastrosos na gestão pública”!<sup>159</sup>

Nada mais justo para fechar o presente trabalho, do que chamar à *baila*, um personagem político que foi na opinião de muitos historiadores, profissionais ou diletantes, o primeiro político a abraçar o discurso progressista advindo de amplos setores da sociedade campinense, eis um relato publicado no dia 08 de julho de 1979 no Diário da Borborema com o prefeito na década de 1940, Vergniaud Wanderley.

A manchete da notícia, uma citação do entrevistado já sucinta o *campinismo* “Eu queria Campina sendo a Capital”, no transcurso da matéria, toda feita no formato de entrevista, Vergniaud, aborda a cidade que ele administrou como a “Capital Nordestina”, e que em fins dos anos 1970, na sua ótica continuava de maneira incontestada a protagonizar o cenário político-econômico estadual, ainda cita a tão polêmica reforma urbana feita em seu governo nos anos de 1940, em nosso entendimento, a renovação estética e funcional da urbe foi vinculada aos últimos instantes da força econômica algodoeira, seria o primeiro grande impulso rumo a posterior guinada desenvolvimentista, o projeto era dar a Campina, uma feição arquitetônica digna de ser a Capital do Estado da Paraíba, sonho que obviamente não se realizou, mas ainda hoje adentra no anedotário político local.

---

<sup>159</sup> Entrevista concedida ao autor em 28/07/2012.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros

ALMEIDA, Agnaldo. *O Poeta e Político em Ronaldo Cunha Lima*. In: Poder e Política na Paraíba: Uma Análise das Lideranças (1960.1990). João Pessoa: API/ UNIÃO, 1993.

AUED, [Bernardete Wrublevski](#). *O sapateiro militante*: José Peba Pereira dos Santos. Campina Grande: EDUEP, 2006.

BEINSTEIN, [Jorge](#). *Capitalismo Senil*: A Grande Crise da Economia Global. São Paulo: Record, 2011.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.) *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

\_\_\_\_\_. “Os Partidos”. In: RÉMOND, René. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BENEVIDES, Cezar. *Camponeses em marcha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro*: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1998.

BRUM, Argemiro J. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Petrópolis: Vozes / UNIJUÍ, 1998.

BETO, Frei. *Batismo de Sangue*: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1991.

CARDOSO, Maria Francisca Thereza C. *Campina Grande e sua função como capital regional*. Rio de Janeiro: SESI, 1964.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento (Brasil JK-JQ)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CITTADINO, Monique. *Poder local, memória e cultura política: possibilidades de análise a partir da figura do governador João Agripino (Paraíba - 1966-1971)*. In: *Saeculum-Revista de História*, ano 13, n. 16 (2007) João Pessoa: Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História/UFPB, jan./jun.2007.

\_\_\_\_\_. *Populismo e Golpe de Estado na Paraíba*. (1945/1964). João Pessoa: Universitária/UFPB/Ideias, 1998.

\_\_\_\_\_. *Poder Local e ditadura militar: o governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971)*. Bauru: Edusc, 2006.

DINOÁ, Ronaldo. *Memórias de Campina Grande*. Campina Grande, 2 vols.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *O Populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FLORES, Elio Chaves. *Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica*. Saeculum. João Pessoa, DH/PPGH/UFPB, n.16, 2007.

FRAGOSO, João.; FLORENTINO, Manolo. “História Econômica”. In CARDOSO, Ciro Flamarion.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Ensaio de Teoria. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FREITAS, Goretti Maria Sampaio de; OLIVEIRA, Flavianny Guimarães & SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. *História da Mídia Regional: o rádio em Campina Grande*. Campina Grande: EDUEP/EDUFCG, 2006.

FURTADO, Celso. *O Nordeste e a Saga da SUDENE*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Schwarcz, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

GURJÃO, Eliete Queiroz de (Org.). *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*. Campina Grande: PMCG, 2000.

HIRSCHMAN, Albert G. *Desenvolvimento Industrial no Nordeste Brasileiro e o mecanismo de crédito fiscal do art. 34/18*. Fortaleza: BNB, 1969.

IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JULLIARD, Jacques. “A política”. In: LE GOFF, Jacques (org.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LAJUGIE, Joseph. *As Doutrinas Econômicas*. São Paulo: Difusão Editorial S.A, 1981.

LAFER, Celso. *JK e o programa de metas (1956-1961): Processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2002.

LOPES, Stenio. *Campina Luzes e Sombras*. Campina Grande: Grafset, 1989.

\_\_\_\_\_. Stenio. *Escola Politécnica de Campina Grande: Uma experiência de desenvolvimento*. Campina Grande: Grafset, 1991.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. "*História política e imaginário de progresso em Campina Grande no anos 50*". In: *Saeculum*. Revista de História. Nº 10, janeiro/julho 2004 - João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Ó, Alarcon Agra do. *Da cidade de pedra à cidade de papel: Projetos de educação, projetos de cidades Campina Grande (1959)*. Campina Grande: EDUFCG, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC - Rio, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

RODRIGUEZ, Janete Lins. *Atlas da Paraíba*. Campina Grande: Grafset, 2002.

SÁ, Maria Braga de. *Campina Grande e sua paisagem urbana*. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 10 de out. 1993.

SIMÕES, Solange de Deus. *Pátria e Família. As mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SYLVESTRE, Josué. *Nacionalismo & Coronelismo: Fatos e Personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1954-1964)*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. *Lutas de vida e de morte: fatos e personagens da História de Campina Grande (1945/1953)*. Brasília, Senado Federal, 1982.

\_\_\_\_\_. *A Cassação de Newton Rique: um prejuízo para Campina Grande*. In: *Poder e Política na Paraíba: Uma Análise das Lideranças (1960.1990)*. João Pessoa: API/ UNIÃO, 1993.

SOHIET, BICALHO, & GOUVÊA, *Culturas Políticas História*. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

TEJO, William. *Argemiro: Confidencias de um líder*. Campina Grande: Gráfica Marcone, 2001.

VASCONCELOS, Amaury. *Massa e sensibilidade política no clientelismo de “Seu” Cabral*. In: *Poder e Política na Paraíba: Uma Análise das Lideranças (1960-1990)*. João Pessoa: API/ UNIÃO, 1993.

## **Dissertações e Teses**

### **a) Dissertações**

ARAÚJO. Martha Lúcia Ribeiro. *Campina Grande: Poder Local e Mudança Nacional (1945-1964)*. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba.

ARAÚJO. Railane Martins de. *O governo de Pedro Gondim e o Teatro do poder na Paraíba: imprensa, imaginário e representações(1958-65)*. 2009. Dissertação(Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba.

COSTA, José Jonas Duarte da. *A Crise do Sistema de Produção Algodoeiro Paraibano: Uma análise das causas*.1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). Universidade Federal da Paraíba.

LIMA, Damião de. *Industrialização via Incentivos Fiscais: Expansão e Crise em Campina Grande*. 1996. (Mestrado em Economia). Universidade Federal da Paraíba.

SOARES, Gilbergues Santos. *Heróis de uma Revolução Anunciada ou Aventureiros de um Tempo Perdido? A atuação das organizações de esquerda em Campina Grande*. 2000. Dissertação (Mestrado em Política). Universidade Federal de Pernambuco.

SOUZA, Josefa Lúcia Jordão de. *Agradando a Deus e ao Diabo: Um estudo sobre a gestão de Severino Cabral (1959-63)*. 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). Universidade Federal da Paraíba.

### **b) Tese**

LIMA, Damião de. *Impactos e repercussões socioeconômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964-1984)*. 2004. (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo.

LIMA, Rômulo de Araújo. *A luz que não se apaga: a Escola Politécnica da Paraíba e a formação de um campo científico-tecnológico*. 2010. (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Universidade Federal da Bahia.

## **Entrevista**

MOTTA, Lamir. (*Depoimento*). Campina Grande, 2012.

## **Jornais**

A GAZETA DO SERTÃO

DIÁRIO DA BORBOREMA

JORNAL DA PARAÍBA

## **Documentos Oficiais**

BRASIL. *Cadastro Industrial - Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco*. Rio de Janeiro: IBGE, 1965.

\_\_\_\_\_. *Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste*. Boletim Econômico. Vol. 1. N° 01. Recife: SUDENE, 1960.

\_\_\_\_\_. *Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste*. Projetos Industriais aprovados em Campina Grande, 1970.

\_\_\_\_\_. *Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, vários anos.

\_\_\_\_\_. *Sistemas 34/18 E FINOR*. Recife: SUDENE, 1986.

PARAÍBA. *Manual de dados do Estado da Paraíba*. João Pessoa: CINEP, 1974.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. *Diretrizes para Campina Grande: Diagnósticos e Proposições*. Campina Grande, 1965.

GUIA de Incentivos Fiscais. Revista Veja nº185, Encarte Especial, 1970. (Material Publicitário).

SESC / DEPARTAMENTO NACIONAL. *Campina Grande: Um Centro Comercial do Nordeste*. Rio de Janeiro: SESC, 1964.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – VII *Recenseamento Geral do Brasil – 1960* – “Estado da Paraíba: sinopse preliminar do senso demográfico”. Rio de Janeiro: 1962.

\_\_\_\_\_. *VIII Recenseamento Geral do Brasil – 1970* – “Estado da Paraíba: sinopse preliminar do senso demográfico”. Rio de Janeiro: 1972.

\_\_\_\_\_. *Censo Industrial da Paraíba, 1960-1970*. Rio de Janeiro: 1975.

\_\_\_\_\_. *Censo Comercial da Paraíba, 1960-1970*. Rio de Janeiro: 1975.

\_\_\_\_\_. *Censo Geral do Estado da Paraíba, 2010*. Rio de Janeiro: 2012.

MINISTÉRIO DO INTERIOR (1979). *Incentivos Fiscais e Financeiros para o Nordeste*. Recife: SUDENE/BNB.

## **Documentos Eletrônicos**

### **a) Artigos**

ALMEIDA, José Artur Melo de. *Plano de Governo: Partido não coligado*. Disponível em, <http://divulgacand2012.tse.jus.br/divulgacand2012/abrirTelaPesquisaCandidatosPorUF.action?siglaUFSelecionada=PB>. Acessado em: 09 ago. 2012.

DUARTE, José Jonas da Costa. *Seca, Pobreza e Desertificação na Paraíba*. Saeculum: Revista de História. N.º 8/9 – Jan./Dez./2002/2003. Disponível em: [http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum08\\_09\\_art05\\_costa.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum08_09_art05_costa.pdf). Acessado em: 28 jun. 2012.

RIBEIRO, Daniella Velloso Borges Ribeiro. *Plano de Governo: Pra Campina Crescer em Paz*. Disponível em <http://www.daniella11.com/>. Acessado em: 08 ago. 2012.

### **b) Dados**



Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. *Resultado das Eleições*. Vários Anos. Disponível em, [http://www.tre-pb.gov.br/she/pages/consulta/cargo\\_listar.jsf](http://www.tre-pb.gov.br/she/pages/consulta/cargo_listar.jsf). Acessado em 22 jul. 2012.